

**DIVERSIFICAÇÃO COMO ALTERNATIVA
PARA O DESENVOLVIMENTO DA
AGROPECUÁRIA FAMILIAR SUL MINEIRA**

ANA ADALGISA SIMÃO

2005

ANA ADALGISA SIMÃO

**DIVERSIFICAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR SUL MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Dr. Edgard Alencar

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2005

ANA ADALGISA SIMÃO

**DIVERSIFICAÇÃO COMO UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR SUL
MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 24 de Fevereiro de 2005.

Prof. Dr. Euler David de Siqueira UFJR

Prof. Dr. José Carlos dos Santos Jesus UFLA

Prof. Dr. Robson Amâncio UFLA

Prof. Dr. Edgard Alencar
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Simão, Ana Adalgisa

Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da
agropecuária familiar Sul Mineira / Ana Adalgisa Simão. -- Lavras : UFLA,
2004.

149 p. : il.

Orientador: Edgard Alencar.
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento. 3. Liderança. 4. Organização. 5.
Diversificação. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-306.852

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os produtores familiares, técnicos e representantes do governo municipal entrevistados. Sem a boa vontade e receptividade dessas pessoas seria impossível a realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela possibilidade de realização deste trabalho.

Agradeço a colaboração das alunas do Curso de Graduação em Administração da UFLA, Ana Carolina, Jaciara, e Patrícia, à colega de mestrado Maria Paula, à amiga Clarisse e ao Prof. Robson, que foi de fundamental importância para a conclusão do estudo.

Finalmente, agradeço ao Prof. Edgard pela orientação na realização do estudo e pelo apoio e compreensão a mim conferidos durante todo o tempo.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADRO	i
LISTA DE FIGURA	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1 INTRODUÇÃO	01
2 OBJETIVOS	07
2.1 Objetivo geral	07
2.2 Objetivo específicos	07
3 REFERENCIAL TEÓRICO	08
3.1 Agricultura familiar	08
3.2 Diversificação	11
3.2.1 Diversificação agrícola versus diversificação rural	11
3.2.2 Dicotomia Rural urbano	15
3.3 Mecanismos de intervenção	18
3.4 Atuação dos técnicos, extensionistas e agentes de desenvolvimento	20
3.5 Atuação do governo	20
3.6 Atuação dos produtores	23
3.6 Teoria da Ação Social	27
4 METODOLOGIA	34
4.1 Natureza do estudo	34
4.2 Local de estudo	34
4.3 Amostragem e seleção	35
4.4 Método de coleta de dados	38
4.5 Análise do dados	39
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	40

5.1 Análise das percepções	40
5.1.1 Percepção das lideranças de produtores familiares	40
5.1.1.1 Principais atividades desenvolvidas na região	42
5.1.1.2 A natureza favorável ou limitante da diversificação	49
5.1.1.3 Principais alternativas para a diversificação	51
5.1.1.4 Contribuições se problemas acarretados pela implantação de agroindústrias	53
5.1.1.5 Outros fatores favoráveis e limitantes	57
5.1.1.6 Nível de organização dos produtores	61
5.1.1.7 Atuação dos técnicos na perspectiva das lideranças dos produtores	66
5.1.2 Percepção dos técnicos	70
5.1.2.1 Principais atividades desenvolvidas na região	70
5.1.2.2 A natureza favorável ou limitante da diversificação	75
5.1.2.3 Principais alternativas para a diversificação	77
5.1.2.4 Contribuições se problemas acarretados pela implantação de agroindústrias	80
5.1.2.5 Outros fatores favoráveis e limitantes	82
5.1.2.6 Nível de organização dos produtores	86
5.1.2.7 Atuação dos técnicos na perspectiva dos técnicos	91
5.1.3 Percepção dos representantes do governo municipal	94
5.1.3.1 Principais atividades desenvolvidas na região	94
5.1.3.2 A natureza favorável ou limitante da diversificação	97
5.1.3.3 Principais alternativas para a diversificação	99
5.1.3.4 Contribuições se problemas acarretados pela implantação de agroindústrias	101
5.1.3.5 Outros fatores favoráveis e limitantes	104
5.1.3.6 Nível de organização dos produtores	109
5.1.3.7 Atuação dos técnicos na perspectiva dos representantes do governo municipal	113

5.2 Objetos situacionais identificados como favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas	116
5.2.1 Fatores favoráveis.....	118
5.2.1.1 Objetos de natureza física	118
5.2.1.2 Objetos de natureza social	119
5.2.1.3 Objetos de natureza cultural	120
5.2.2 Fatores limitantes	121
5.3 Análise de convergência ou divergência de opiniões dos diferentes atores envolvidos no estudo	122
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Estabelecimento, por grupo de área total, na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais, 1995	35
QUADRO 2	Categorias de atores sociais e número de entrevistados por categoria, 2003	37
QUADRO 3	Perfil dos produtores familiares entrevistados em 2003	41
QUADRO 4	Principais atividades agrícolas, pecuárias, indústrias, artesanais atualmente desenvolvidas na região sul-mineira, na opinião dos produtores familiares entrevistados, 2003	43
QUADRO 5	Justificativas apresentadas pelos produtores familiares para o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais que consideram principais no Sul de Minas, 2003	45
QUADRO 6	Atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais anteriormente desenvolvidas no Sul de Minas e razões de sua descontinuidade na visão dos produtores familiares entrevistados, 2003	49
QUADRO 7	Diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária, na visão dos agricultores familiares entrevistados, 2003	50
QUADRO 8	Possíveis alternativas para a diversificação sul-mineira, na opinião dos produtores familiares entrevistados, 2003	52
QUADRO 9	Contribuições e problemas com a implantação de agroindústrias na região sul-mineira, na opinião dos produtores familiares entrevistados, 2003	54
QUADRO 10	Fatores favoráveis e limitantes que podem contribuir para a formação da percepção da diversificação como meio ou condição ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, na visão dos produtores familiares entrevistados, 2003	57
QUADRO 11	Principais atividades agrícolas, pecuárias, indústrias e artesanais desenvolvidas na região sul mineira na opinião dos técnicos entrevistados, 2003	71
QUADRO 12	Justificativas apresentadas pelos técnicos entrevistados para o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais que consideram principais no Sul de Minas, 2003	73
QUADRO 13	Percepções dos técnicos entrevistados sobre a diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar no Sul de Minas, 2003	75
QUADRO 14	Possíveis alternativas para a diversificação sul-mineira, na opinião dos técnicos entrevistados, 2003	78
QUADRO 15	Contribuições e problemas com a implantação de agroindústrias na região sul-mineira na opinião dos técnicos, 2003	80
QUADRO 16	Outros fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, na opinião dos técnicos entrevistados, 2003	82

QUADRO 17	Principais atividades (agrícolas, pecuárias, indústrias, artesanais) desenvolvidas na região sul-mineira, na opinião dos técnicos entrevistados, 2003	95
QUADRO 18	Justificativas para o desenvolvimento das principais atividades (agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais), na opinião dos representantes do governo entrevistados, 2003	96
QUADRO 19	Percepções sobre a diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira dos representantes do governo local entrevistados, 2003	98
QUADRO 20	Possíveis e melhores alternativas para a diversificação sul - mineira na opinião dos representantes do governo local entrevistados, 2003.	99
QUADRO 21	Contribuições e problemas com a implantação de Agroindústrias na região sul-mineira na opinião dos técnicos entrevistados, 2003	103
QUADRO 22	Outros fatores favoráveis e limitantes para o desenvolvimento da agropecuária sul-mineira na opinião dos representantes do governo familiares entrevistados, 2003	105
QUADRO 23	Fatores favoráveis à diversificação como estratégia de desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003	118
QUADRO 24	Fatores limitantes à diversificação como estratégia de desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003.....	122

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Esquema dos conceitos de diversificação agrícola e diversificação rural para elaboração de políticas públicas	13
FIGURA 2	Mudança da natureza das políticas públicas setoriais para territoriais e o fim dicotomia rural-urbano	18
FIGURA 3	Elementos articulados ao conceito de significado	29
FIGURA 4	Esquema dos componentes da ação	30
FIGURA 4	Esquema geral da interpretação.....	31
FIGURA 5	Principais atividades desenvolvidas na região sul mineira dos atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003	125
FIGURA 6	Diversificação como fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira na opinião dos atores sócias entrevistados no período de junho a agosto de 2003	128
FIGURA 7	Diversificação como fator limitante ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira na opinião dos atores sócias entrevistados no período de junho a agosto de 2003	129
FIGURA 8	Alternativas para diversificação na concepção dos Diferentes atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003	130
FIGURA 9	Problemas e contribuições ocasionados pela implantação de grandes agroindústrias na região, na concepção dos diferentes atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003	132
FIGURA 10	Problemas e contribuições ocasionados pela implantação de agroindústrias de produtores na região, na concepção dos diferentes atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003	134
FIGURA 11	A influência de outros fatores favoráveis e limitantes sobre a diversificação na opinião dos atores entrevistados no período de junho a agosto de 2003	136
FIGURA 12	Nível de organização dos produtores familiares na opinião dos atores entrevistados no período de junho a agosto de 2003	138
FIGURA 13	Atuação dos técnicos na opinião dos atores entrevistados no período de junho a agosto de 2003	139

RESUMO

SIMÃO, Ana Adalgisa. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira**. 2005. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais.*

O objetivo desta pesquisa foi identificar e descrever como lideranças de agricultores familiares (LAF), técnicos que lhes assessoram (TEC) e representantes de governos locais (RGL) avaliam a diversificação como possível alternativa ao desenvolvimento da agropecuária familiar no sul do estado de Minas Gerais. O estudo fundamentou-se na abordagem interpretativa, abrangeu catorze municípios, o método de coleta de dados empregado foi a *focused-interview* e foram entrevistados onze LAF, treze TEC e doze RGL, selecionadas pela técnica de amostragem por julgamento. As três categorias de entrevistados tendem perceber a diversificação como favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira, por representar uma alternativa de renda e reduzir riscos econômicos. Os principais objetos que orientaram a percepção dos atores a considerarem a diversificação como favorável foram a) os fatores edafoclimáticos, b) fatores estruturais, como condições de mercado e comercialização, c) fatores relacionados aos valores intrínsecos-subjetivos e econômicos, como a produção destinada ao consumo, diminuição do risco de uma única atividade e a complementação da renda familiar. Poucos foram os entrevistados que atribuíram à diversificação o caráter limitante tendo como justificativa a possibilidade de ineficiência produtiva. Percebe-se que a diversificação agrícola é mais utilizada na região, tendo como principal alternativa a fruticultura e as atividades que envolvem a diversificação rural foram menos citadas. Pode-se perceber que nem sempre o que é considerado melhor para os produtores na opinião dos próprios produtores é visto da mesma forma pelos técnicos e representantes do governo local. Isso pode ser explicado pelo fato desses atores possuírem experiências, valores e crenças diferenciadas e situarem-se em diferentes contextos guiados por diferentes objetos de orientação para formação de sua percepção.

* Orientador: Edgard Alencar

ABSTRACT

SIMÃO, Ana Adalgisa. **Diversification as possible alternative for the development of family agriculture in southern Minas Gerais.** 2005. 149 p. Dissertation (Master in Administration) Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais. Brazil.*

The objective of this research was to identify and to describe as family farmers' leaderships (FFL), agricultural technicians who advise them (TEC) and local governments' representatives (LGR) evaluate the diversification as possible alternative to the development of the family farming in the southern Minas Gerais State, Brazil. The study is an interpretative approach, which was undertaken in fourteen municipal districts. It was used the focused-interview method to collect data. The judgment sampling technique was employed to chose interviewees; eleven FFL, thirteen TEC and twelve LGR were interviewed. The three categories of interviewees tend to see the diversification as a favorable development means while its represents for family farmers an income alternative and to reduce economical risks. The main orientation objects that guided the actors' perceptions to consider the diversification as favorable means were as following: a) the natural resources (soil, climate and water); b) infra-structural factors, as market conditions and commercialization; c) factors related to the intrinsic-subjective and economical values, as the production destined to the family self-consumption, risk decreased related to a single activity and the complementation of the family income. Few numbers of interviewees attributed to the diversification the character of limiting factors. They justified their point of view considering the possibility of productive inefficiency when farmers develop different economic activities. It is noticed that the agricultural diversification is more used in the study area, and its main activities involves horticulture. The rural diversification was less mentioned. It was observed that not always what producers considered to be better for themselves was seen in the same way by the technicians and the local government's representatives. These distinct visions may be explained by social characteristics that differentiate an actor from another, such as different experiences, values and background. These social factors may also conduct actors to have different interpretation and situational orientation.

* Adviser: Edgard Alencar
Co-adviser: Robson Amâncio

1 INTRODUÇÃO¹

Recentes estudos enfatizam que a humanidade vive em um mundo de constantes incertezas e adaptações. Os mercados tornam-se cada vez mais dinâmicos e competitivos e, para poder se manter nesse ambiente extremamente excludente, é necessária a busca constante por novas alternativas².

A agricultura, como não poderia deixar de ser, encontra-se presente nesse ambiente turbulento e exigente. Embora tenha desempenhado um importante papel na formação social, econômica e política do Brasil, sua posição vem sendo redefinida pela urbanização e pela industrialização do país. Apesar de ainda ser um setor que muito contribui para o crescimento da economia nacional, a agricultura tornou-se um ator secundário no atual cenário político-econômico do Brasil. Segundo Sorj (1980, p. 21):

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se encontram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada.

Mais recentemente, Lamounier (1994), no estudo “Determinantes políticos da política agrícola”, corrobora as colocações de Sorj ao identificar um conjunto de atores efetivamente significativos na decisão sobre política agrícola, destacando-se, neste caso, o Ministério da Fazenda, o Congresso Nacional, médios e grandes produtores e agroindústriais (*agribusiness*). No entanto, esse

¹ Esta dissertação foi elaborada com dados da projeto de pesquisa “Agropecuária Sul-Mineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e coordenada pelo Prof. Edgard Alencar do Departamento de Administração.

² Tais características são realçadas pelos estudos de Dupas (1999), Giddens (2001), Corsi (2002) e Gonçalves (2003), entre outros autores.

autor considera que o poder dos médios e grandes produtores é pequeno quando comparado com a “capacidade de influir” dos atores agroindustriais, representados pelos segmentos a montante e a jusante das cadeias agroalimentares. Entre as características estruturais apontadas por Lamounier (1994), que aumentam o poder dos segmentos agroindustriais, as seguintes parecem ser especialmente importantes: a) o domínio do mercado por poucas firmas nos setores a montante e a jusante; b) a tradição de negociação entre firmas para restringir a competição e dividir mercados; c) a capacidade de financiar campanhas eleitorais e organizar lobbies eficientes lhes asseguram defensores no Congresso. No mesmo estudo, Lamounier (1994) identifica um conjunto de atores que “pouco influir” na formação de políticas agrícolas, formado por pequenos produtores e trabalhadores rurais. Esses atores sociais são, para Lamounier (1994), os grandes excluídos dos benefícios da modernização da agricultura do período de 1965 a 1980.

Analisando-se historicamente a forma como foi elaborada a política agrícola nos últimos 40 anos, pode-se perceber que ela apresenta três pontos relevantes: a) sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agribusiness; b) nas últimas duas décadas (anos 1980 e 90), as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização; c) por fim, nos anos 1990, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego (Denardi, 2004). No entanto, torna-se necessário descrever o processo de modernização do período 1970/1980 que constituiu a base do atual padrão agrícola brasileiro.

O crédito agrícola e os subsídios foram os mais importantes meios usados para a modernização das unidades de produção agropecuária. Por meio do crédito e dos subsídios, o Estado se transforma no agente que possibilita a sustentação e a expansão da capitalização de amplos setores da agricultura

(Müller, 1982; Kageyama et al., 1990; Silva, 1997). De acordo com Alencar (2000), os principais mecanismos criados pelo Estado para a sua modernização abrangeram as seguintes áreas: a) investimento público em infra-estrutura (estradas, comunicação, comercialização, etc.); b) estabelecimento de projetos especiais e programas regionais; c) encorajamento aos investimentos privados em reflorestamento e à abertura de grandes fazendas nas regiões Centro-Oeste e Amazônica; d) desenvolvimento da agroindústria; e) reestruturação da pesquisa agropecuária e da extensão rural; f) incremento do crédito rural, geralmente a taxas de juros negativas e g) subsídios para a aquisição de insumos modernos, tais como fertilizantes, sementes e máquinas.

Porém, Muller (1982), Kageyama et al. (1990), Silva (1997), Denardi (2004) e outros autores ressaltam que as políticas de modernização favoreceram os grandes e médios produtores rurais, categorias sociais que foram beneficiadas pela concessão de créditos e subsídios. Dessa forma, tornam-se também os maiores favorecidos e ao mesmo tempo, propulsores do desenvolvimento da agroindústria. Ou seja, como os médios e grandes produtores foram os atores com maior acesso a crédito e subsídios, eles tiveram maiores oportunidades para investir na compra de insumos, fertilizantes, máquinas e equipamentos, estimulando o desenvolvimento do setor a montante e também maiores condições de realizar o processamento de produtos, embalagem, armazenamento, transporte e assessoria técnica, conseqüentemente favorecendo o desenvolvimento do setor a jusante da agricultura.

Embora excluídos da política de modernização, está também presente neste cenário um ator com grande importância econômica e social pela sua produção de alimentos e ocupação de grande contingente de mão-de-obra: o agricultor familiar. Como observa Schuch (2004), a agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

Mesmo diante de sua importância, a agricultura familiar não chegou a fazer parte de uma alternativa viável de desenvolvimento. Poucas foram e ainda são as políticas voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento dos produtores familiares. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros. O PRONAF é visto sob duas diferentes esferas no âmbito do governo federal. Os ministérios da Fazenda e da Agricultura vêem o PRONAF apenas como uma política social compensatória, isto é, como mero paliativo para minorar os efeitos da "inevitável" marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, respaldado por setores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto de Pesquisa em Economia Agrícola (IPEA), pretende dar ao PRONAF a importância e amplitude de uma efetiva política de desenvolvimento rural (Denardi, 2004).

O PRONAF tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais. Todavia, falta crédito para investimentos e, principalmente, para financiar mudanças nos sistemas de produção, reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural. Os bancos comerciais dificilmente financiam sistemas de produção diversificados e sustentáveis ou produtos orgânicos e diferenciados (Denardi, 2004).

Para que a agricultura familiar possa se manter no mercado cada vez mais competitivo e excludente torna-se necessária a criação de formas alternativas de trabalho e sobrevivência. A diversificação pode ser uma dessas formas, uma vez que poderá diminuir os riscos de se ter apenas uma atividade como principal fonte de renda e manutenção familiar. Encarada como um ato coletivo pertencente a um processo de revitalização social, econômica, política e ambiental, a diversificação constitui uma das opções estratégicas na política do

desenvolvimento rural, em particular dos territórios rurais mais afetados pelo declínio de determinadas atividades.

Para que os agricultores familiares possam diversificar sua atividade e desenvolver sistemas de produção sustentáveis, aproveitando nichos e demandas de mercado por produtos diferenciados, talvez sejam aconselháveis algumas mudanças de comportamento por parte do governo local, técnicos responsáveis pela assessoria regional e dos próprios produtores familiares. A atenção não deve se limitar ao interior da unidade produtiva agrícola e, menos ainda, a algum produto agrícola específico. É indispensável o estudo dos sistemas de produção, cadeias produtivas, oportunidades de mercado, observar as dinâmicas familiares, respeitando as experiências dos agricultores, apoiando a organização comunitária e valorizando a educação para a cidadania (Denardi, 2004).

Com relação às políticas públicas destinadas a promover sistemas de produção diversificados e sustentáveis, nota-se que nunca houve uma preocupação concisa a esse respeito. Ou seja, pelo fato da produção de *commodities* agrícolas ser a maior responsável pelo crescimento econômico do país, não havia interesse por parte dos governantes de promover sistemas de produção que viabilizassem a diversificação. Talvez esta seja a razão da exclusão dessa categoria de produtores das políticas de modernização da agricultura com foi enfatizados por Muller (1982), Kageyama et al. (1990), Silva (1997) e Denardi (2004).

A conjugação de esforços entre as instituições de pesquisa, assistência técnica, extensão rural, escolas técnicas, universidades, as próprias organizações de agricultores e governo é indispensável para a implementação de modelos de desenvolvimento que promovam a diversificação e gerem alternativas de renda para os agricultores familiares. As políticas públicas e programas específicos, sejam de âmbito nacional, estadual ou municipal, a formação profissional dos agentes de desenvolvimento, bem como os métodos participativos de planejamento e gestão de recursos públicos, principalmente na esfera local, são

alguns dos instrumentos para enfrentar o difícil desafio de promover novas práticas agrícolas e, com elas, o desenvolvimento de um importante segmento da agricultura brasileira. Aliada a estas estratégias, a diversificação pode vir a ser um meio para melhorar na qualidade de vida dos produtores familiares no espaço de um município ou região.

É neste contexto que se inserem as questões que orientam esta pesquisa:

a) A diversificação pode ser considerada uma alternativa para o desenvolvimento da agropecuária na região sul de Minas Gerais?

b) Como os produtores familiares, técnicos e representantes do governo municipal interpretam a diversificação e como ela vem sendo implementada na região?

c) Há concordância ou discordância de opinião entre os diferentes atores sociais que compõem o meio rural, com relação à diversificação?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Identificar e descrever como lideranças de agricultores familiares, profissionais de agências que prestam assessoria a esta categoria de produtores e os representantes dos governos municipais (prefeito ou secretários da agricultura) avaliam a diversificação como uma possível alternativa ao desenvolvimento da agropecuária no sul do estado de Minas Gerais.

2.2 Objetivos específicos

Mais especificamente pretende-se verificar, na opinião desses atores:

- se a diversificação deve ser considerada um meio (fator favorável) ou condição (fator limitante) ao desenvolvimento da agropecuária no sul de MG;
- quais as possíveis e melhores alternativas para a diversificação e quais motivos levaram os produtores a optarem por essas atividades agrícolas;
- se existe relação entre o nível de organização dos produtores e a adoção da diversificação;
- a existência de relação entre o trabalho dos técnicos e a implantação de novas atividades;
- se há uma convergência ou divergência de opiniões entre os diferentes atores presentes no estudo, com relação à diversificação agrícola.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

São discutidos, neste capítulo, os fundamentos teóricos da pesquisa que subsidiam a compreensão da diversificação no contexto da agricultura familiar. Inicialmente, será apresentado o conceito de agricultura familiar utilizado no estudo, seguido da discussão sobre o significado da diversificação rural e agrícola, conduzindo ao entendimento da elaboração de políticas que possuam um enfoque territorial e não setorial, a fim de apresentar a relação dicotômica existente entre o rural-urbano. Posteriormente, serão discutidas as formas de intervenção utilizadas pelos técnicos e agentes de desenvolvimento, a postura dos representantes do governo frente a participação e o nível de organização dos produtores familiares. Finalmente, será apresentada a teoria que sustenta a realização do estudo sobre a análise das diferentes percepções.

3.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar é um tema polêmico em termos de conceituação. Por este motivo, inicialmente serão apresentados alguns conceitos correntes na literatura sociológica para, posteriormente, expor-se a conceituação utilizada neste estudo.

A discussão se fundamenta na diferenciação entre agricultura familiar e camponesa. O que caracteriza o agricultor familiar e o agricultor camponês? E o que possuem de comum?

Há autores que consideram a agricultura familiar como aquela referente à produção da família realizada em pequenas propriedades, onde a produção se destina ao consumo e à sobrevivência dos membros que a compõem. Esta concepção se aproxima do conceito de agricultura camponesa. Há outros que consideram a agricultura familiar como aquela em que há predomínio da força de trabalho da família, indiferente do tamanho da área de terra e do destino da produção (consumo ou comercialização). Essas diferentes visões serão

apresentadas fundamentando-se na discussão de alguns dos muitos autores que discorrem sobre o assunto.

Alencar (2000) afirma que a unidade familiar pode ser caracterizada sob duas principais perspectivas: a empresa familiar e a unidade camponesa. As empresas familiares são caracterizadas por possuírem alta composição de capital de exploração, alto grau de comercialização da produção e área modular. A unidade camponesa possui baixo nível de capitalização e comercialização e é uma unidade policultora e minifundiária. Nos dois casos, a produção é destinada ao autoconsumo e comercialização, entretanto, no primeiro caso, o nível de exploração e comercialização dos produtos é maior. Possuem em comum a utilização de força de trabalho, que é caracterizada pelo predomínio da mão-de-obra familiar.

Entre as duas categorias consideradas pelo autor – a empresa familiar e a unidade camponesa – existem tipos híbridos que devem ser considerados na discussão sobre a agricultura familiar. Esses tipos híbridos são unidades que possuem características que oscilam entre as duas principais perspectivas apresentadas. Ou seja, para o autor, há diferentes racionalidades a serem consideradas para a compreensão da agricultura familiar.

Para Chayanov (1974), na agricultura camponesa o camponês utiliza sua força de trabalho e de sua família para a produção, que é direcionada para consumo familiar. O excedente é visto como uma retribuição do seu próprio trabalho e não como lucro, ou seja, o principal objetivo da produção camponesa e das eventuais vendas dos produtos é a subsistência da família e não a obtenção de lucro. Aparentemente, esse autor não difere a agricultura familiar da camponesa, pois acredita que a lógica de trabalho e exploração é a mesma para os dois.

De acordo com Santos (1999), a agricultor familiar é o sujeito que produz, com a força da mão-de-obra de sua família, contratando trabalhadores externos de forma esporádica e pouco significante. A unidade de consumo e

produção aparece de maneira indissociada. O negócio está sempre presente, assim como as relações vicinais e de parentesco, desde produtos de subsistência até bens que significam acumulação, de irmãos a compadres. A venda e a aquisição são constantes e obedecem a uma lógica peculiar.

De acordo com Lamarche (1993), a agricultura familiar é aquela onde o trabalho, a terra, o capital e a gestão da propriedade são predominantemente familiares. O agricultor que possui um pedaço de terra e nele produz com seu próprio trabalho e de sua família e com capital proveniente desse trabalho é caracterizado como familiar.

O que é possível identificar como ponto comum entre os diversos conceitos apresentados é que esse tipo de agricultor pode ser identificado pela presença predominante do trabalho da família na produção. A fim de alcançar o consenso, apresenta-se o conceito exposto por Schuch (2004), de que os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família e, neles, a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. A gestão e o trabalho são predominantemente familiares e ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social.

Para fins deste trabalho, será utilizado esse último conceito, de maneira que a agricultura familiar será aqui caracterizada como sendo a unidade na qual a mão-de-obra e a gestão são predominantemente familiares, indiferente das formas de aquisição de capital e do destino dado à produção, podendo estar presente tanto em unidades modulares quanto em submodulares, desde que a mão-de-obra e a gestão sejam da família.

Os agricultores familiares, dentro de sua racionalidade de produção e exploração, desenvolvem determinadas atividades para seu consumo e ou comercialização. A racionalidade é aqui entendida como a forma com que os produtores compreendem e realizam seu trabalho e sua consequente finalidade e importância. Dessa forma, pode-se perceber tanto a presença de uma

racionalidade instrumental, na medida em que há uma preocupação voltada à comercialização desses produtos, quanto de uma racionalidade subjetiva, uma vez que há também uma preocupação com a produção para a sobrevivência familiar. O desenvolvimento simultâneo de duas ou mais atividades, indiferente do destino que lhes é dado, denomina-se diversificação e será o assunto abordado na próxima seção.

3.2 Diversificação

Para que os agricultores familiares possam se manter em um ambiente de constantes mudanças e adaptações, acredita-se que a elaboração de alternativas e ou estratégias lhes possibilite uma maior garantia de sobrevivência e o maior acesso a melhores rendas. A diversificação talvez possa ser considerada uma das formas de promoção de melhores condições de vida aos produtores familiares. Isso se deve ao fato de ser apontada como condição indispensável à sobrevivência e à competitividade dos territórios rurais por promover o mercado de trabalho e criar riqueza por meio de novas oportunidades de negócio. A diversificação se destina não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas, igualmente, a assegurar o autoconsumo e a agregação de valor, garantindo melhores rendas aos produtores familiares.

3.2.1 Diversificação agrícola versus diversificação rural

O conceito de diversificação pode ser empregado de duas maneiras: quando aplicado à atividade agrícola exercida pelos agricultores nas suas explorações ou sempre que associado a uma comunidade rural, essencialmente dependente da atividade agrícola (IDRHa, 2004)³.

No primeiro caso, o conceito de diversificação, associado à multifuncionalidade, significa o exercício, simultâneo e ou sucessivo, por uma mesma pessoa, de várias atividades de caráter agrícola e não agrícola, no sentido

³ Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa).

de tornar mais competitivas as explorações, por meio de alternativas que se complementem. No segundo caso, trata-se de preservar e de potencializar as características, os valores e tradições, o patrimônio e os recursos endógenos de cada território, propiciando o seu desenvolvimento sustentado e conferindo-lhe atratividade (IDRHa, 2004). Para que seja possível responder às questões de pesquisa apresentadas, este estudo se fundamentará na primeira conceituação.

Quando se fala em diversificação, é preciso que se compreenda a diferença existente entre diversificação agrícola e diversificação rural. Na Figura 1 estão esquematizadas essas duas formas de diversificação e suas implicações na formulação de políticas “agri-rurais”. A diversificação agrícola refere-se à implantação de duas ou mais atividades agropecuárias em uma propriedade rural; por exemplo, uma propriedade que produza café, milho, leite e crie suínos é considerada uma propriedade “agrícolamente” diversificada.

A diversificação agrícola se apresenta como uma possível alternativa de renda e diminuição de risco para os pequenos produtores. Caso o produtor possuísse apenas uma cultura anual como principal fonte de renda ficaria mais exposto a riscos edafoclimáticos (enchentes, granizo, secas, pragas e doenças) e estaria mais vulnerável às incertezas de mercado. Se possuir outras atividades como horticultura, fruticultura e criações, seja para a comercialização ou para o consumo de sua família, terá alternativa de renda mensal e subsistência. Dessa forma, a diversificação agrícola representa a redução do risco para o produtor pela dependência de uma única cultura e uma forma de sobrevivência⁴.

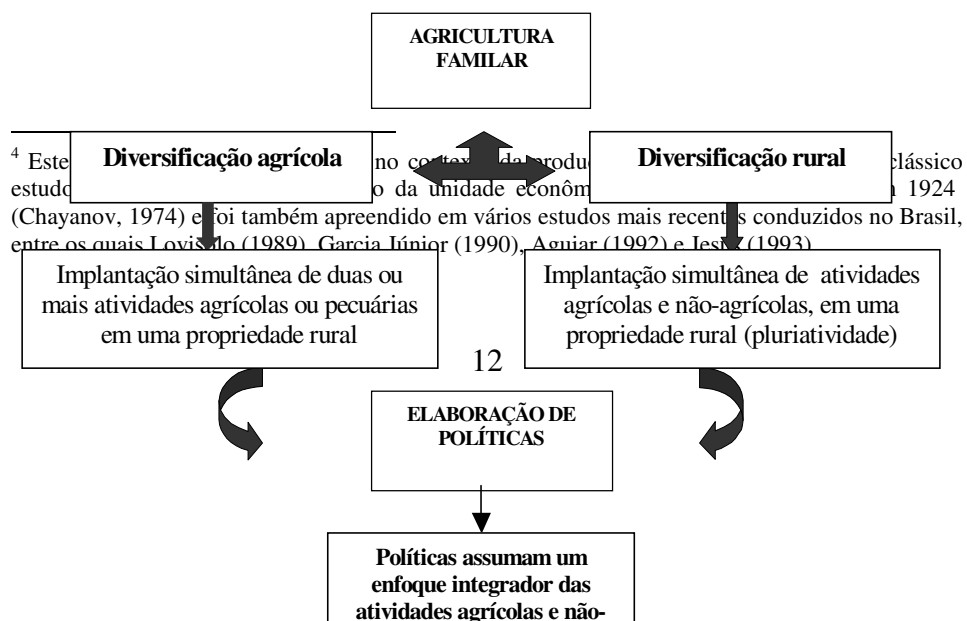


FIGURA 1 Esquema dos conceitos de diversificação agrícola e diversificação rural para elaboração de políticas públicas

Porém, conforme defende Silva (2001), diversificar apenas a produção agrícola de uma região não resolve, pois traz poucas melhorias na renda das famílias agrícolas pobres que dependem dos mercados locais de trabalho. Dessa forma, torna-se importante o desenvolvimento simultâneo da diversificação rural.

A diversificação rural refere-se à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma propriedade, configurando-se por meio de um mercado relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústria, têxtil, etc.) ou pela combinação de atividades urbanas do setor terciário com o conjunto das atividades agropecuárias. Entende-se por atividades agrícolas aquelas pertencentes ao setor primário (produção) da economia e por

atividades não-agrícolas aquelas que envolvem atividades também presentes no setor secundário (industrialização) e terciário (prestação de serviços).

A diversificação rural pode, então, ser caracterizada como pluriatividade que, de acordo com Silva (2001), representa a nova base da agricultura moderna, uma vez que considera fundamental a criação de um novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsionar o desenvolvimento das áreas rurais, proporcionando condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem a necessidade de migrar para as cidades.

De acordo com Perondi & Ribeiro (2000), a demanda por fatores de produção como capital e terra e a desocupação da força de trabalho podem ser apontadas como as principais causas da pluriatividade. Ou seja, a agricultura familiar demanda uma certa quantidade capital para sua exploração assim como “um pedaço de terra” para desenvolver o trabalho juntamente com sua família e nem sempre os agricultores possuem acesso a esses recursos, o que pode levar à desocupação da força de trabalho.

Dessa forma, alguns produtores buscam alternativas em atividades não-agrícolas para a sua sobrevivência e de sua família, tornando-se pluriativos. A característica fundamental do produtor pluriativo é que ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais (Silva, 1997).

A agricultura familiar possui caráter pluriativo por possuir capacidade de combinar atividades agrícolas e não agrícolas na busca de alguma receita fora do estabelecimento produtivo, numa atividade de comércio ou prestação de serviços (Perondi & Ribeiro, 2000). Essa integração de atividades pode ser responsável pela alavancagem do desenvolvimento regional.

Balsadi (2001) acredita que, por meio de um enfoque integrador das atividades agrícolas e não-agrícolas, seja possível promover um modelo de

desenvolvimento rural que permita aos seus habitantes melhorarem suas condições de emprego, renda e qualidade de vida. Este modelo, que o autor designa de políticas “agri-rurais”, busca tanto a diversificação agrícola quanto a rural. Ou seja, busca-se a promoção do desenvolvimento das atividades agrícolas para o produtor, por meio da liberação de créditos ou subsídios, por exemplo e, simultaneamente, procura-se elevar a renda do produtor pela criação de empregos não-agrícolas (Balsadi, 2001).

A partir da idéia apresentada sobre as políticas “agri-rurais”, será apresentada a discussão sobre a dicotomia existente entre o meio rural e urbano, propondo um caráter territorial às políticas.

3.2.2 Dicotomia rural-urbano

Partindo da perspectiva de que as políticas “agri-rurais” abrangem atividades presentes nos três setores da economia (primário, secundário e terciário), torna-se cada vez mais importante a compreensão de que o meio rural não pode mais ser caracterizado somente como agrário. É preciso considerar o rural como um *continuum* do urbano ou o urbano como um *continuum* do rural (Figura 2).

A área rural brasileira não se restringe mais àquelas atividades relacionadas à agropecuária. Nas últimas décadas, o meio rural vem ganhando novas funções – agrícolas e não-agrícolas – e oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para famílias. Agora a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem espaço com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços e até à indústria, reduzindo, cada vez mais, os limites entre o rural e o urbano no País (Izique, 2004, p.4).

O rural não deve ser identificado exclusivamente como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros e muito menos como atividades exclusivamente agropecuárias. O rural é necessariamente territorial e não setorial como os programas governamentais propõem e executam.

Essa idéia é defendida por Veiga (2001, p.5) ao afirmar ser necessário um plano estratégico de desenvolvimento do Brasil rural que “contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais”. Acredita ser fundamental o incentivo governamental para a emergência de arranjos institucionais que se constituam em espaços de concentração intermunicipal para a realização de pactos territoriais pelo desenvolvimento, por reconhecer que a localidade não necessariamente deve ser restrita ao município, pois pequenos municípios teriam dificuldades para realizar um diagnóstico, planejar e gerir seu plano de desenvolvimento.

As políticas públicas teriam que superar uma abordagem setorial em favor de uma abordagem territorial (Figura 2), visando a superação da dicotomia rural-urbana, principalmente nos municípios rurais, os quais deveriam ser tratados como integrantes de uma economia rural. De acordo com Silva (2001), a busca do desenvolvimento da agricultura por meio de uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região. Afirma ainda que a grande vantagem de se pensar políticas territoriais para o desenvolvimento local é a possibilidade de superar tanto o enfoque setorial (agrícola/não agrícola) como a falsa dicotomia rural-urbano.

A ampliação das atividades rurais não-agrícolas no campo não implica em uma desterritorialização do espaço urbano-rural. Assim, por mais que a estrutura organizacional da economia rural tenha se tornado semelhante à economia urbana, elas não são suficientes para reduzir os contrastes entre ambos (Veiga, 2001).

Com o fim da separação entre o rural e urbano e do enfoque setorial existente nas políticas, poderá ocorrer uma diminuição no quadro do desemprego urbano, além de evitar que pessoas pouco qualificadas desloquem-se para os setores secundário e terciário. Portanto, é fundamental o

fortalecimento dessa agricultura como forma de regulação do êxodo rural, além de constituir-se uma estratégia eficaz e barata para o combate da pobreza nesse Brasil rural (Veiga, 2001).

Segundo Veiga (2001), nas regiões brasileiras em que a economia local está assentada numa agricultura diversificada de base familiar, os resultados econômicos e sociais apontam para uma economia e sociedade de grande vitalidade. Nelas, observa-se a pluriatividade dos agricultores, que favorece a chamada industrialização difusa e a descentralização do setor terciário, tanto para empresas quanto para vários tipos de serviços sociais. Enquanto isso, nas regiões de agricultura de base patronal e superespecializada, onde se visa maximizar a competitividade do *agribusiness*, o que se constata é especialização e busca da eficiência alocativa (Veiga, 2001).

A adoção de políticas que assumam um enfoque territorial ou “agri-rural” poderá conduzir ao desenvolvimento regional. A discussão em torno do desenvolvimento e suas diferentes dimensões é o foco da próxima seção.

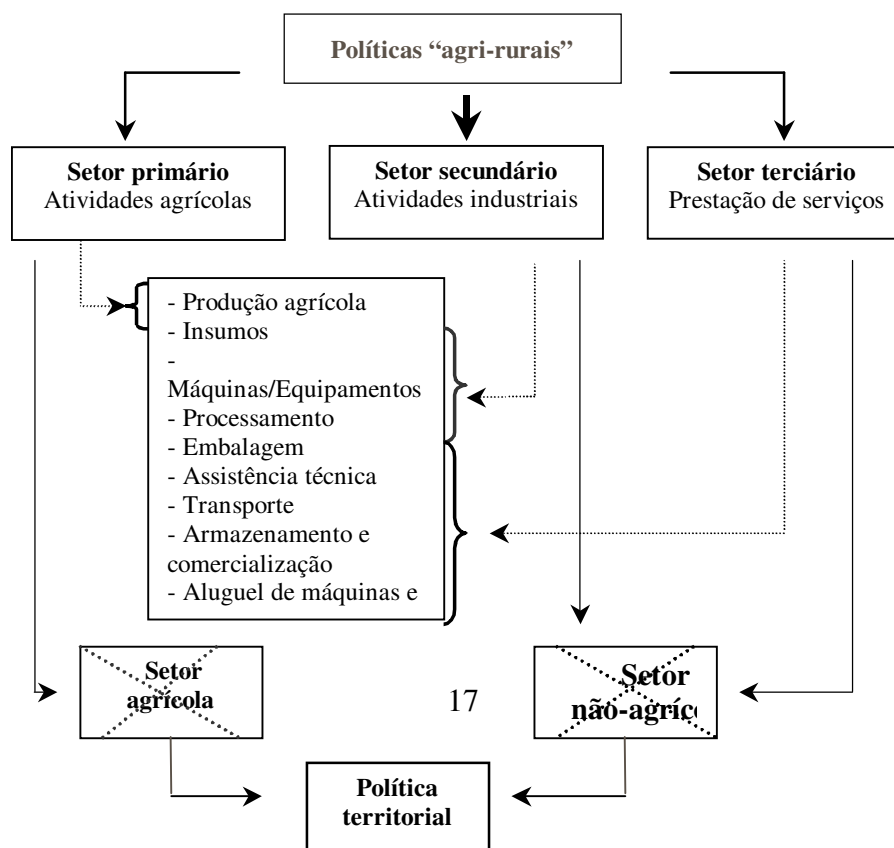


FIGURA 2 Mudança da natureza das políticas públicas setoriais para territoriais e o fim dicotomia rural-urbano.

3.3 Mecanismos de intervenção

Desenvolvimento compreende um processo que permeia a história de dada sociedade, envolvendo todo o tipo de avanços, retrocessos, conflitos, pactos entre os atores envolvidos e que, gradualmente, permite um incremento na qualidade de vida de dada população (Brose, 2002).

Segundo Oakley & Garforth (1985), o desenvolvimento de uma região ou país deve ser considerado sobre três dimensões: econômica, social e humana. A econômica refere à capacidade produtiva do país ou localidade. A dimensão social refere-se à possibilidade dos membros de uma sociedade terem acesso aos benefícios institucionais como educação, saúde, lazer, moradia, segurança, etc. E a dimensão humana refere-se ao fato das pessoas se transformarem de sujeitos passivos em sujeitos ativos, ou seja, tornarem-se pessoas conscientes de seu papel na sociedade enquanto cidadãos. Não basta considerar desenvolvimento somente sobre a perspectiva do crescimento econômico, é fundamental que se considere sobre o seu aspecto social e humano:

O desenvolvimento rural é um processo que envolve objetivos econômicos e sociais orientados para transformar a sociedade e proporcionar um meio de subsistência melhor e mais seguro para a população rural (Oakley & Garforth, 1985, p.5).

Este modo de entender desenvolvimento conduz à discussão sobre estratégias de intervenção e o papel que diferentes atores sociais podem desempenhar nessas estratégias. Tendo como referência o trabalho comunitário, Alencar (1995) define intervenção como uma ação ou um conjunto de ações praticadas por pessoas que não pertencem à localidade onde as ações se desenvolvem. Ela pode assumir um caráter tutorial ou educativo. Na intervenção tutorial, observa Alencar (1990) a ação é orientada no sentido de introduzir idéias que já foram estabelecidas pelos agentes de desenvolvimento e as pessoas “alvos” se responsabilizarão apenas pela execução das decisões previamente estabelecidas. O caráter educativo caracteriza a intervenção em que os agentes de desenvolvimento são responsáveis por orientar a população sobre como realizar o diagnóstico, definir objetivos e meios para alcançá-los, posteriormente avaliá-los e propor possíveis ajustes para seu aperfeiçoamento.

Os mecanismos de intervenção utilizados por técnicos ou agentes de desenvolvimento, a atuação dos representantes dos governos locais em modelos representativos ou participativos de gestão e o nível de conscientização e organização dos produtores podem ser importantes instrumentos que conduzem ao desenvolvimento e serão discutidos nas próximas seções.

3.4 Atuação de técnicos, extensionistas e agentes de desenvolvimento

A atuação dos técnicos será fundamentada nos conceitos sobre os mecanismos de intervenção apresentados. Os técnicos ou agentes de desenvolvimento muitas vezes atuam como injetores de informação e formuladores de estratégias, tendo o produtor apenas a função de colocar em prática o que já foi previamente definido. Ou seja, esses atores, que podem ser denominados de agentes externos, muitas vezes assumem uma postura essencialmente tutorial.

Para que os produtores possam participar do início ao fim do processo de elaboração do planejamento - que envolve a elaboração de um diagnóstico, a

definição dos objetivos e meios para alcançá-los, sua execução, seu acompanhamento e verificação - seria conveniente uma reavaliação sobre o comportamento e atitudes desses agentes externos, buscando a mudança de postura tutorial para educativa-participativa que, segundo Alencar (1990), pode ser realizado por meio do método denominado planejamento participativo.

3.5 Atuação do governo

O mundo contemporâneo passa por inúmeras transformações que resultam em crises e levam a um reposicionamento dos atores sociais, demandando mudanças estruturais e relacionais. Uma dessas mudanças pode ser observada no setor público da sociedade, ainda que muito lentamente, que busca substituir modelos representativos por participativos. Ou seja, a decisão sobre o que deve ser feito passa a ser compartilhado com a sociedade, de forma que pessoas possam a exercer a cidadania, optando, decidindo e avaliando sobre o que realmente é necessário para o desenvolvimento.

Durante décadas, a intervenção governamental foi caracterizada por ações paliativas, de forte cunho assistencialista, que atuavam na realimentação da miséria e manutenção do *status quo*, pouco contribuindo para transformações efetivas no sentido da conquista da cidadania e de condições dignas de sobrevivência (Tenório & Rozenberg, 1997). Em virtude das demandas atuais de segmentos expressivos da sociedade brasileira, sugerindo um movimento de busca de superação tanto das práticas clientelistas e particularistas, as instituições públicas vêm-se frente à necessidade de atendê-las, utilizando, para isso, a implantação de novas alternativas de gestão.

Tais iniciativas podem ser consideradas constituintes embrionárias de um processo de construção de um novo Estado no Brasil, a um só tempo mais democrático e mais eficiente, um Estado mais permeável às exigências e à dinâmica da sociedade civil (Farah, 1997). Esse modelo de gestão se caracteriza em função de seu caráter democrático, com espaço para a participação plena,

incentivando a organização dos beneficiários para que estejam aptos a opinar, decidir e avaliar o processo.

Cabe ressaltar, porém, que não são muitas as ações realizadas nesse sentido. Muitos são os governos que ainda implementam práticas clientelistas e particularistas, visando interesses próprios e não coletivos ou que supostamente utilizam práticas democráticas e participativas⁵.

O poder local pode ser visto, no entanto, como um espaço privilegiado para a realização da democracia, da participação cidadã e de iniciativas econômicas e sociais que, conseqüentemente, ocasionarão o desenvolvimento, não se restringindo apenas ao desenvolvimento econômico, mas compreendendo o social e humano, que proporcionará uma melhoria da qualidade de vida aos cidadãos.

Surge, então, uma valorização dos níveis subnacionais de governo em detrimento do governo central, devido ao esgotamento da capacidade dos governos centrais de lidar com problemas complexos e extensos, levando à transferência desses problemas para os níveis subnacionais, principalmente o municipal (Pinho & Santana, 2002).

Teoricamente, ao transferir o problema para o nível municipal, este seria mais habilitado a enfrentá-lo, dado que a sociedade está mais próxima do governo e, assim, a definição das soluções, o acompanhamento, as interações e os controles seriam menos difíceis em menores agregados do que maiores agregados (Pinho & Santana, 2002).

Mas, pelo fato de não possuir grande poder de influência, estando sujeito às políticas federais e estaduais e por representar um segmento que muitas vezes possui interesses próprios, o governo local não deve ser visto como suficiente em si mesmo para a transformação dos sujeitos passivos em sujeitos ativos;

⁵ A discussão sobre poder local está presente no estudo de Andrade, "Os desníveis de desenvolvimento (regional e a política de aménagement du territoire)", publicado em 1987 e nos trabalhos de Farah (1997), Pinho & Santana (2002) e Silveira (2002).

contudo pode significar um novo posicionamento da sociedade civil, frente a problemas sociais.

O processo de elaboração de políticas poderia ser constituído a partir de abordagem interpretativa em que as pessoas fossem livres para expor suas reais necessidades e, a partir de então, criar ações a fim de atendê-las. Mas seria ingenuidade acreditar na adoção desse tipo de abordagem como única e verdadeira, uma vez que, dentro de uma sociedade, existem redes de interesses, muitas vezes conflitantes, por almejarem objetivos específicos de segmentos de atores sociais.

Dessa forma, o grande desafio da gestão municipal democrática é transformar a democracia representativa em democracia participativa, ou seja, incluir um conjunto de instituições que disciplinam a participação popular no processo político, que vêm a formar os direitos políticos que qualificam a cidadania não só por meio das eleições, mas também pela vida partidária, sindical e nos mais diferentes tipos de associações e conselhos. Para que isso aconteça, é fundamental que haja uma maior integração entre os diversos atores sociais que compõem a sociedade, para que sejam elaboradas políticas e ações que realmente atendam aos interesses dos beneficiários.

Mas, para que ocorra essa transformação, é necessário que a sociedade esteja organizada ou em processo de organização. Essa questão será discutida na próxima seção.

3.6 Atuação dos produtores

O enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os sujeitos possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares, o que nem sempre ocorre (Silva, 2001). Como observa Demo (1986. p.28):

À sombra da desorganização da sociedade civil, o Estado e o grupo dominante “pintam e bordam”, porque não aparece força contrária

*capaz de coibir desmandos, corrupções e aproveitamentos próprios (...)
O Estado, de instância de serviço à sociedade, passa a tutela e já
distribui favores, não mais cumpre deveres.*

A participação popular passa assumir um importante papel dentro da elaboração de políticas públicas. Com a participação, tende-se a romper com a idéia de administração tradicional de que “quem governa é só o governo”, passando a incluir, no ato de governar, a comunidade (Pinho & Santana, 2002).

Na visão de Silva (2001), a participação popular reside, atualmente, em uma das principais questões das políticas públicas no Brasil, mas que ainda é uma questão geralmente negligenciada nos diagnósticos governamentais. Considera que:

o Estado, nos seus diferentes níveis, não se encontra aparelhado para oferecer respostas às questões levantadas pelas populações locais. E não se trata apenas das carências de meios técnicos, recursos humanos ou financeiros suficientes para enfrentar os problemas. Também não basta diagnosticar a questão. É preciso ir mais fundo e reconhecer que, depois de séculos de regimes autoritários, nem a sociedade, nem os governos federal, estadual e municipal estão acostumados à “prática de consertação”, ou seja, de processos participativos que tenham por objetivo formar consensos – condição necessária para que as políticas públicas sejam bem sucedidas (Silva, 2001, p. 25)

Mas, o que é participação? Oakley & Marsden (1985), analisando projetos de desenvolvimento, identificaram diferentes significados atribuídos ao termo: a) envolvimento voluntário dos indivíduos nos programas, sem, contudo, participarem da sua elaboração; b) sensibilização dos indivíduos, aumentando-lhes a responsabilidade para responderem às propostas de programas de desenvolvimento e encorajando iniciativas locais; c) envolvimento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, na implementação dos programas, na divisão dos benefícios e na avaliação das decisões tomadas; d) associação do conceito de participação com a iniciativa de pessoas e grupos, visando à solução

de seus problemas e à busca de autonomia; e) organização de esforços de pessoas excluídas para que elas aumentem o controle sobre recursos necessários ao desenvolvimento e sobre as instituições que regulam a distribuição desses recursos; f) associação do conceito de participação com o direito e o dever dos indivíduos participarem na solução dos seus problemas, terem responsabilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas, mobilizarem recursos locais e sugerirem novas soluções, bem como de criarem e manterem as organizações locais.

A concepção de desenvolvimento atribuída à discussão deste trabalho se fundamenta no último conceito apresentado por Oakley & Marsden (1985), ou seja, haverá desenvolvimento nos seus três aspectos (econômico, social e político), uma vez que as pessoas passam do estado passivo de representação para o estado ativo, ressaltando novamente a importância da conscientização e organização da sociedade civil.

As alternativas de gestão para o setor público, por meio do envolvimento com a sociedade civil organizada, podem possibilitar uma maior proximidade entre os mesmos. Dessa forma, as pessoas terão maiores possibilidades de participar de processos de decisão, nos quais o principal sujeito envolvido são elas mesmas. Poderão refletir e opinar sobre o que realmente é bom e necessário para que suas reais necessidades sejam atendidas, ocasionando uma melhoria na sua qualidade de vida.

Todavia, devem ser considerados alguns aspectos sobre esse processo de organização e participação da sociedade civil: a) há uma série de interesses por parte de outros atores sociais que compõem a sociedade, a fim de que a mesma permaneça em seu estado passivo de representação; b) a participação exige um processo de conscientização, de maneira que a sociedade passe a compreender a importância de sua atuação no processo de tomada de decisão sobre o que realmente é necessário para melhoria de seu bem-estar, o que pode ser dificultado pelo próprio fator cultural inerente à sociedade brasileira, de que

quem governa é o governo; c) participação envolve disputa de poder, conseqüentemente deve-se diferenciar participação de mera manipulação, ou seja, é preciso estar atento ao grau de importância e controle das decisões⁶.

De acordo com Bordenave (1983), quando se fala em controle, evidentemente não é a mesa coisa os membros participarem de atividades decididas pelo próprio grupo e participarem de uma atividade controlada por outro ou outros. Há casos em que os dirigentes apenas informam os membros da organização sobre as decisões tomadas; outros em que a administração consulta ou não os seus subordinados, solicitando críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema. Em um degrau superior está a co-gestão, na qual a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão. O grau mais alto de participação é a autogestão, na qual “o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa...” (Bordenave, 1983, p.33).

Com relação à importância das decisões, Bordenave (1983) afirma que em qualquer grupo ou organização existem decisões de muita importância e outras não tão importantes. Segundo sua importância, as decisões podem ser organizadas em níveis, do mais alto ao mais baixo, sendo que nos níveis de formulação de políticas e planejamento a participação fica restrita a uns poucos “burocratas”, “teocratas” ou “lideranças”.

Dessa forma, deve-se ter o cuidado de distinguir a legítima participação da mera manipulação, formas válidas de cooperação Estado-sociedade da simples cooptação, ou da pseudoparticipação (Tenório & Rozenberg, 1997).

De acordo com Demo (1986), muitas propostas participativas acabam sendo uma maneira de disfarçar novas e sutis opressões. O que normalmente acontece é que se tenta encobrir o poder com a capa da participação. Dessa

⁶ Este significado de participação está presente no estudo de Bordenave, “O que é participação”, publicado em 1983 e foi também apreendido em vários estudos, entre os quais Tenório & Rozenberg (1997) e Demo (1986).

forma, é preciso encarar o poder de frente para realizar a participação, pois quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder.

Para que seja possível colocar em prática modelos participativos de gestão seria necessário uma transferência do poder de decisão dos governantes para a sociedade, porém, sabe-se que esse processo não é algo fácil de ser realizado, uma vez que envolve questões relativas a controle e poder. Dessa forma, deve-se ter em mente que, mesmo significando uma nova demanda da sociedade frente às constantes mudanças ambientais, a gestão democrática participativa ainda representa um grande desafio para a sociedade e seus governantes.

3.7 Teoria da Ação Social

A teoria da ação possui diferentes vertentes, no entanto, o seu foco principal centra-se na interpretação que o ser humano faz do mundo como elemento central de sua conduta. As pessoas constroem respostas explicativas partindo da observação das relações entre acontecimentos no mundo que as envolve (Bandura, 2001). Na sociologia compreensiva, que possui em Max Weber seu principal expoente, o comportamento humano é explicado como um produto de escolhas e intenções dos atores sociais. Esta postura epistemológica é também assumida pelo interacionismo simbólico, pela fenomenologia, pela etnometodologia (Layder, 1994) e pela teoria social cognitiva (*social cognitive theory*), segundo Bandura (2001).

Tais abordagens são conhecidas também como “microteorias” por centrarem suas análises nas ações dos atores sociais e não na macroestrutura da sociedade (Jones, 1993; Layder, 1994). Todavia, são também conhecidos os esforços no sentido de aproximação ou superação do dualismo entre “indivíduo e sociedade” (macro e microanálise) conduzidos, entre outros, por Anthony Giddens (“teoria da estruturação”), Jürgen Habermas (“ação comunicativa”), Michel Foucault (“poder e conhecimento”) e Pierre Bourdieu (“prática social”),

Alain Touraine (“sistema de ação política”), Georg Lukács (“história e consciência de classe”)⁷.

Por ser de interesse identificar e descrever as percepções de diferentes atores sociais (lideranças de agricultores familiares, profissionais de agências que prestam assessoria a esta categoria de produtores e os representantes dos governos municipais), esta pesquisa fundamenta-se na análise interpretativa e tem como elemento central os significados de “objetivos”, “meios” ou “condições” de uma ação, atribuídos pelos atores sociais aos objetos de orientação que identificam em uma dada situação, ambiente ou contexto. O conceito de significado é visto com base na perspectiva do fenomenologista Charles Taylor (1979: 25/71) e a noção de situação, ambiente ou contexto é retirada do “marco de referência da teoria da ação” elaborado por Parsons & Shils (1968, p. 75/100).

Segundo Taylor (1979), quando se fala de significado está se usando um conceito que possui seguinte articulação: significado existe para um indivíduo e é de alguma coisa (objeto de orientação) que se encontra em um contexto (Figura 3). Isto quer dizer que um mesmo objeto pode assumir significados diferentes para distintos grupos de indivíduos e que, em contextos diferentes, este objeto pode também ter diferentes substratos. Isto não quer dizer que objeto e significado sejam fisicamente separáveis, mas que pode ter duas descrições em uma das quais ele é caracterizado em termos do que representa para um indivíduo ou grupo específico de indivíduos. Os distintos substratos – ou significados subjetivos – de um mesmo objeto de orientação resultam da heterogeneidade social, das distintas experiências vividas pelos indivíduos, habilitações que adquiriram, interesses, valores e ideologias que orientam suas vidas e que os levam a identificar tal objeto e relacioná-lo com outros objetos

⁷ As contribuições desses autores na superação do dualismo entre “micro e macroanálise” nas ciências sociais são discutidas por Cohn (1993), Craib (1992), Layder (1994), Seoane C. (2000), Weissaupt (1993) e Zizek (2003).

situacionais ou contextuais de diferentes modos. A tarefa do cientista social é interpretar tais significados subjetivos e o que representam para os atores sociais ou, na linguagem de Weber (1969), entender e interpretar a ação social.

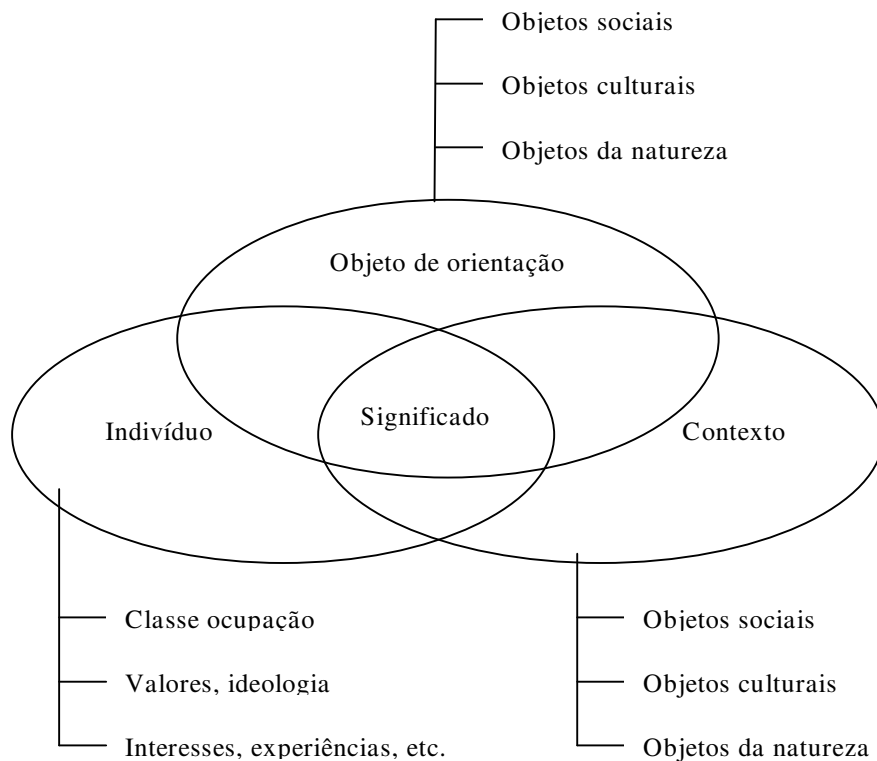


FIGURA 3 Elementos articulados ao conceito de significado

Fonte: adaptado de Alencar et al. (2001, p.18)

O comportamento humano pode ser interpretado como uma ação que possui as seguintes características: a) é orientada para a obtenção de fins, metas ou objetivos; b) tem lugar em uma situação (ambiente ou contexto); c) é

normativamente regulada; e) implica em gasto de energia (esforço) e motivação. Os componentes da ação, para fins analíticos, estão esquematizados na Figura 4.

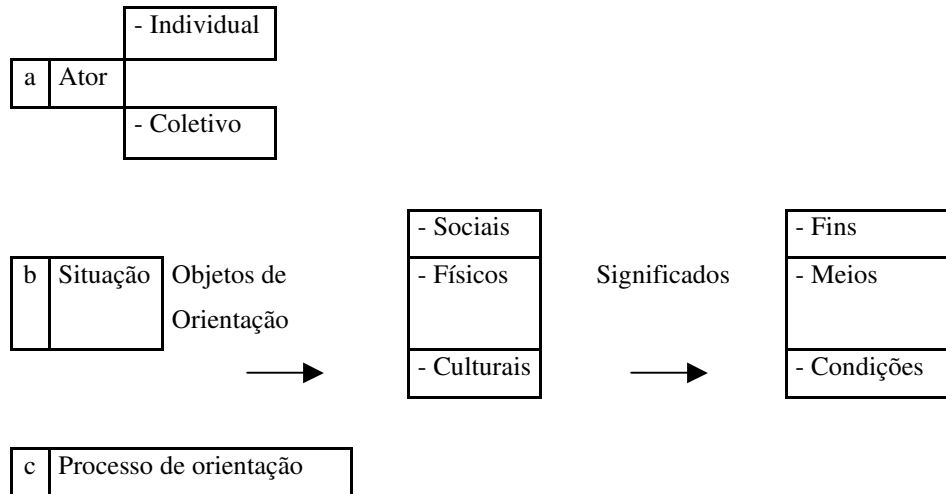


FIGURA 4 Esquema dos componentes da ação.
 Fonte: Alencar et al. (2001, p.16).

Ator social é o agente que desenvolve a ação e pode ser um indivíduo ou uma coletividade (ator coletivo). Fins (metas ou objetivos) são estados futuros que o ator ou atores querem atingir e, por isso, desenvolvem a ação. Meios são componentes da situação sobre os quais o ator julga ter controle e que ele pode utilizar (ou desejar utilizar) para alcançar o seu objetivo. Condições (obstáculos) são os elementos da situação que impedem, limitam ou condicionam a consecução do objetivo da ação. Situação é a parte do mundo onde o ator atua e é formada de objetos de orientação que podem ser de natureza social, física ou cultural.

Os objetos de natureza social são os outros atores (individuais ou coletivos), cujas ações e atitudes são significativas para o ator tomado como ponto de referência para a análise. Objetos culturais são os componentes do

ambiente que são criações dos seres humanos e podem ser classificados em componentes materiais e não materiais da cultura. Componentes materiais são os objetos físicos da cultura, instrumentos, equipamentos, construções, etc. Os conhecimentos requeridos para que esses objetos possam ser usados são classificados como componentes não-materiais da cultura. Os componentes não materiais constituem a parte do ambiente que não tem uma estrutura física (conhecimentos, valores, ideologias, normas, etc.). No entanto, fornecem ao ator padrões de referência para: a) escolher os objetivos (fins ou metas); b) eliminar ou contornar os efeitos das condições (obstáculos) sobre a ação; c) selecionar os meios adequados para atingir os fins propostos. Objetos físicos são os elementos da natureza (por exemplo, solo, clima, topografia, recursos hídricos, distância, etc.) e os componentes materiais da cultura (máquinas, adubos, sementes melhoradas, etc.).

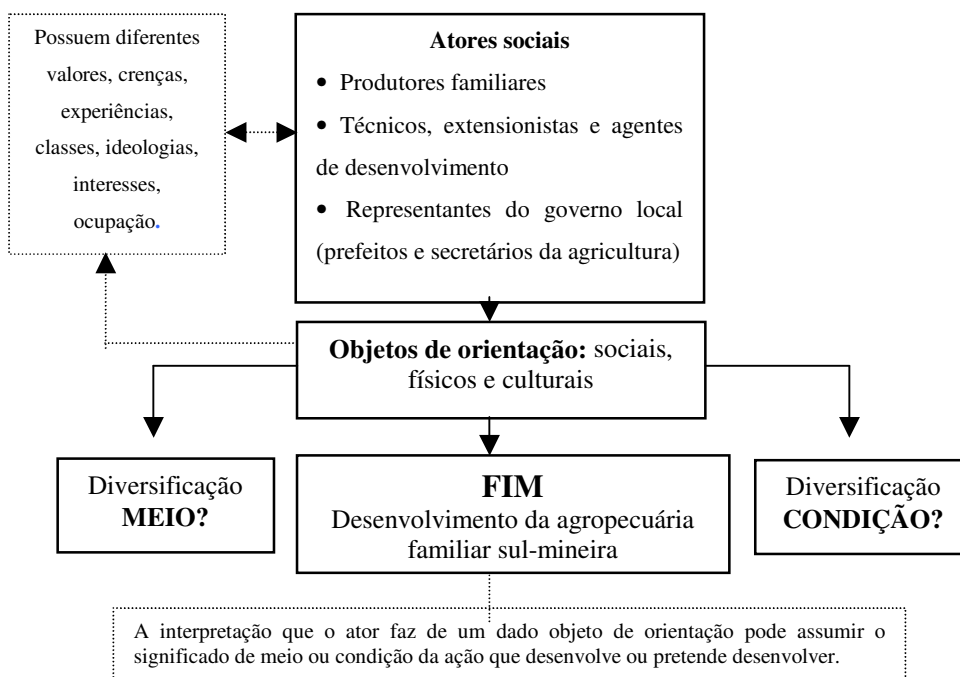


FIGURA 5 Esquema geral da interpretação.

A orientação da ação, ou seja, o estabelecimento dos fins, a seleção dos meios para atingi-los e a neutralização das condições, implica na possibilidade de escolha, o que se denomina processo de orientação. Esse processo envolve:

- a) conhecimento da situação em que a ação se desenvolve, incluindo
 1. o lugar de um objeto de orientação (um potencial objetivo, meio ou condição) entre os demais objetos de orientação (outros possíveis objetivos, meios ou condições);
 2. a determinação das propriedades atuais e potenciais dos objetos de orientação, tendo em vista a satisfação das necessidades do ator;
- b) ponderação, avaliação e seleção dos objetos que comporão o plano de ação.

Considerando que é no processo de orientação que o ator social atribui a um dado objeto a qualidade de “fim”, “meio” ou “condição” de sua ação, esses conceitos podem ser articulados com as considerações de Taylor (1979) sobre significado, dando origem ao esquema geral de interpretação empregado neste estudo (Figura 5). Para melhor compreensão pelos entrevistados, a palavra “meio” foi substituída pela expressão “fator favorável” e “condição” por “fator limitante”.

Vários fatores podem influenciar o modo como um ator específico ou categorias de atores sociais interpretam a realidade em que vivem, uma vez que o ator possui história, experiências e habilitações que o diferenciam ou aproximam de outros atores, está inserido em uma estrutura social e é parte de uma cultura e tem interesses que podem ser conflitantes ou não com os de outros atores. Todavia, a inclusão, na Figura 5 de características como “classe”, “ocupação”, “valores”, “ideologia”, “interesses” e “experiências” que acompanham o ator social, reflete a preocupação em expor que as interpretações dos atores entrevistados sobre o ambiente em que vivem podem apresentar múltiplos significados.

A noção de significado aqui empregada enfatiza a necessidade da análise ser conduzida partindo da perspectiva (ponto de vista) do ator da ação e não do observador, substituindo o método hipotético-dedutivo pelo método interpretativo.

Portanto, este estudo não visa ao estabelecimento de relações entre variáveis pela formulação prévia de hipóteses. Busca compreender como atores sociais específicos, “liderança de produtores familiares”, “assessores” e “representantes dos governos municipais” interpretam o ambiente onde atuam, extraindo dele informações que consideram significantes para o estabelecimento de estratégias de ação, com as quais poderiam influir nesse ambiente. Propõe-se, pois, o uso do método indutivo, no qual as categorias e modelos originam-se da análise do discurso ou da ação dos atores.

Pode-se, pois, ter três diferentes tipos de percepções atribuídas à diversificação, bem como a possibilidade de ser considerada alternativa de desenvolvimento para agropecuária-sul mineira. Conforme o significado atribuído pelos sujeitos, orientado pelos diversos objetos (sociais, físicos ou culturais) que compõem determinada situação ou contexto, tem-se uma visão distinta da realidade. Conseqüentemente, o que é visto e compreendido pelos produtores familiares poderá ser diferente do que é visto e compreendido pelos técnicos, que poderá ser diferente da percepção dos representantes do governo.

Buscou-se captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes, uma vez que todo o conhecimento é relativo às experiências e às perspectivas individuais (Godoy, 1995).

4 METODOLOGIA

Neste capítulo será discutida a natureza que envolve o estudo assim como a apresentação e caracterização do local onde se desenvolveu o trabalho. Posteriormente será apresentada a forma pela qual foi constituída a amostra e a seleção dos entrevistados para a realização da pesquisa e finalizando com os métodos de coleta e análise de dados empregados.

4.1 Natureza do estudo

A abordagem compreensiva empregada nesta pesquisa realça sua natureza qualitativa, requerendo do pesquisador, de acordo com Bogdan & Biklen (1994), atenção aos elementos presentes na subjetividade humana. Assim, a investigação qualitativa é um questionamento contínuo das ações dos sujeitos com o intuito de perceber os objetivos buscados e as estratégias adotadas para estruturar os seus mundos numa perspectiva social. Ou seja, o objeto de estudo da investigação qualitativa consiste no modo como as pessoas entendem e experimentam “seus mundos” que, pela heterogeneidade e a subjetividade humana, formam múltiplas realidades a serem interpretadas.

4.2 Local de estudo

O estudo foi realizado na região sul do estado de Minas Gerais (RSMG), que corresponde à mesorregião de sul/sudoeste de Minas Gerais, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para fins desta pesquisa, e por ser mais conhecida por sul de Minas (RSMG), essa denominação será aqui utilizada.

Várias são as justificativas para a escolha da região. Primeiramente, a sua estrutura agrária é caracterizada por um grande número de pequenas e médias propriedades rurais (Quadro 1), além de possuir acesso à assistência técnica contando com uma rede de escritórios da Empresa de Assistência

Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER- MG). Conta ainda com instituições de ensino técnico e superior em ciências rurais e com a presença de organizações não-governamentais que atuam junto aos produtores familiares. Possui uma rede de cooperativas agropecuárias, operando na comercialização e ou processamento de produtos agropecuários, principalmente café e leite (Santos, 2000). A região apresenta um grande número de pequenas e médias agroindústrias que operam no setor de laticínios, beneficiamento e torrefação de café. Finalmente, apresenta uma localização privilegiada, estando próxima das maiores áreas metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), favorecendo sua industrialização e o aumento da produção agropecuária.

QUADRO 1 Estabelecimento por grupo de área total na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais, 1995.

Grupo de área total em ha	Número de estabelecimento	Porcentagem
Menos de 10	41.793	43,30
10 a menos de 100	46.340	48,00
100 a menos de 200	5.221	5,40
200 a menos de 500	2.586	2,70
500 a menos de 200	509	0,50
200 e mais	27	0,00
Sem declaração	45	0,00
Total	96.521	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996, citado por Alencar et al. (2001, p. 64).

4.3 Amostragem e seleção dos entrevistados

Os atores sociais que ocupam o centro da análise deste estudo são “lideranças de agricultores familiares”, “assessores” e “representantes do governo municipal”. Por liderança, entende-se aqueles produtores que mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar na RSMG. Os assessores compreendem

extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e profissionais de agências que desenvolvem projetos com agricultores familiares na região estudada. Os representantes do governo municipal referem-se aos prefeitos e ou secretários da agricultura. Os entrevistados foram selecionados pelo método não-probabilístico de amostragem por julgamento, em que as pessoas são escolhidas por preencherem certos critérios e pela relevância de suas informações.

Para a escolha da liderança de agricultores, foi encaminhada uma carta aos diretores da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), da Cáritas de Minas Gerais, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à Organização Não Governamental do Sapucaí (Organização que presta assistência técnica em alguns dos municípios sul-mineiros), bem como à direção regional da EMATER-MG, solicitando a indicação de cinco nomes de produtores que mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar no sul de Minas Gerais e que cultivam a terra e gerem a propriedade com mão-de-obra familiar. A FETAEMG assim como a Cáritas não responderam à solicitação, desta forma, utilizou-se as informações das outras duas instituições consultadas.

Para a escolha da liderança de agricultores será encaminhada aos diretores da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), da Cáritas de Minas Gerais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bem como à direção regional da EMATER-MG, carta solicitando a indicação de cinco nomes de produtores que a) mais se destacam na discussão de temas relacionados com política agrícola, tecnologia e desenvolvimento da agricultura familiar no sul de Minas Gerais; b) cultivam a terra com mão-de-obra familiar

O processo de seleção dos assessores foi semelhante. Solicitou-se à direção dessas organizações a indicação de três assessores que assistem à agricultura familiar e que atuam na área de estudo, preferencialmente há mais de

três anos. A determinação dos representantes dos governos municipais decorreu da localização das propriedades dos agricultores selecionados e ou área de atuação dos assessores. Procurou-se entrevistar prefeitos, secretários de agricultura ou funcionários municipais que respondiam pela agropecuária.

As cidades cujos produtores, técnicos e representantes do governo municipal foram entrevistados são Cambuí, Campestre, Coqueiral, Ijaci, Itumirim, Lavras, Machado, Maria da Fé, Natércia, Nova Rezende, Poço Fundo, Pouso Alegre, Três Pontas e Varginha. A Figura 6 apresenta a localização destas cidades e o Quadro 2 o número de entrevistados por município.

QUADRO 2 Categorias de atores sociais e número de entrevistados por categoria, 2003.

Categorias de atores sociais	Número de entrevistados	
	N ^o	%
Lideranças de produtores	11	30,56
Assessores	13	36,11
Representantes da administração municipal	12	33,33
TOTAL	36	100

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 Método de coleta de dados

O método “entrevista focalizada” (*focused-interview*) foi empregado para coleta de informações, uma vez que atendia aos objetivos propostos pelo estudo, tendo em vista as seguintes características: a) está centrado em tópicos dispostos em um roteiro que serão abordados durante a entrevista; b) esses tópicos não assumem a forma de questões estruturadas; c) não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a realização da entrevista (Alencar & Gomes, 1998, p.110).

A elaboração do roteiro seguiu, em linhas gerais, os seguintes passos, buscando identificar e conhecer a opinião dos entrevistados sobre: a) principais atividades agrícolas, pecuárias, industriais ou artesanais desenvolvidas nas propriedades e os motivos que levaram os produtores a optarem por elas; b) ocorrência de outras atividades na região e que foram abandonadas, bem como a identificação dos motivos que levaram ao seu abandono; c) intenção de implantar novas atividades na região e as razões que fundamentam essa possível intenção, d) opinião dos entrevistados com relação à diversificação agrícola como um fator favorável (possíveis meios) ou limitante (possíveis condições) ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas; e) possíveis contribuições e ou problemas ocasionados pela implantação de agroindústrias na região; f) formas de organização dos produtores familiares; f) atuação dos técnicos, extensionistas e agentes de desenvolvimento. Além do roteiro, nas entrevistas com os produtores foi utilizado um pequeno questionário estruturado para obter informações sobre mão-de-obra empregada, idade, escolaridade e ocupação em atividades não agrícolas.

4.5 Análise dos dados

Utilizou-se, para análise dos dados, a técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Lavine & Dionne (1999), não consiste em um método rígido. Procurou-se organizar os depoimentos de forma a dar maior significação aos seus conteúdos para que não fossem perdidos detalhes, bem como a qualidade e a riqueza da subjetividade dos entrevistados, isto é, o seu modo de interpretar a realidade.

Os dados foram analisados e interpretados tendo preocupação com as suas particularidades, seguindo os seguintes passos: a) transcrição das fitas; b) leitura sistemática de todas as entrevistas; c) identificação de dimensões (o que existe ou não em comum na fala dos entrevistados); d) codificação das diferentes dimensões para identificá-las; e) organização das dimensões codificadas em categorias de objetos significantes (Strauss & Corbin, 1990); f) montagem da rede de significação que enfatiza a generalização na forma de descrições de dados combinados, advindos de dados verbais trabalhados durante a análise, construindo um sistema geral de combinações de significados (Kluth, 2000).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo é constituído por três seções. Na primeira seção, serão apresentadas as diferentes percepções dos atores sociais entrevistados sobre o ambiente que os envolve. Na segunda seção, são expostos os objetos situacionais que identificaram a diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas, bem como as razões em que se fundamentam tais significados. Na terceira, será apresentada a análise de convergência e divergência das diferentes percepções entre as três categorias de atores sociais, ou seja, produtores familiares, técnicos e representantes do governo municipal.

5.1 Análise das percepções

Os itens presentes na análise da percepção envolvem a concepção dos atores quanto a) às principais atividades desenvolvidas na região, b) à diversificação vista como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira; c) às principais alternativas de diversificação; d) as contribuições e problemas acarretados pela implantação de agroindústrias; e) a outros fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira que podem influenciar a percepção dos atores sobre a diversificação como condição ou meio para o desenvolvimento regional. Também são discutidas nesta seção as formas de organização dos produtores e o modo como os técnicos desenvolvem seu trabalho junto aos agricultores.

5.1.1 Percepção das lideranças de produtores familiares

Antes de se iniciar a discussão sobre a percepção dos produtores familiares sobre a diversificação como possível alternativa de desenvolvimento, será apresentado o perfil dos produtores entrevistados.

A idade dos 11 atores variou ente 32 e 73 anos, sendo a média de 45 anos (Quadro 3). Apenas um deles possui curso superior completo; os demais possuem entre o ensino fundamental e ensino médio completos, não havendo

nenhum analfabeto entre eles (Quadro 3). As propriedades variam entre 6 e 100 hectares e os produtores afirmaram terem se dedicado toda a vida ao trabalho agropecuário (Quadro 3). Quanto à mão-de-obra empregada em sua unidade de produção, sete produtores declararam utilizar somente o trabalho familiar, dois utilizam mão-de-obra temporária e um, mão-de-obra temporária e permanente.

QUADRO 3 Perfil dos produtores familiares entrevistados em 2003.

Identificação	Idade	Escolaridade	Composição da força de trabalho	Profissão	Tamanho da propriedade	Tempo de trabalho na agropecuária
A	47	Ensino médio	MOF=Temp	Somente agricultor	100 ha	Vida toda
B	44	Ensino médio	SMOF	Somente agricultor	25 ha	Vida toda
C	53	Ensino fundamental	SMOF	Somente agricultor	7,66 ha	Vida toda
D	32	Ensino médio	MOF+Temp	Somente agricultor	33 ha	Vida toda
E	41	Ensino fundamental	SMOF	Somente agricultor	6 ha	Vida toda
F	39	Ensino superior incompleto	MOF+Temp	Somente agricultor	21 ha	27 anos
G	73	Ensino médio incompleto	SMOF	Somente agricultor	20 ha	40 anos
H	45	Ensino médio	MOF+Parc	Somente agricultor	22 ha	15 anos
I	33	Ensino médio	MOF+Temp	Somente agricultor	6,9 ha	Vida toda
J	48	Ensino superior	MOF+Tem+Perm.	Somente agricultor	60 ha	19 anos
L	55	Ensino médio	SMOF	Somente agricultor	25 ha	Vida toda

Fonte: Dados da pesquisa.

SMOF = somente mão-de-obra familiar;

MOF+Temp. = mão-de-obra familiar e temporária;

MOF+Temp.+Perm. = mão-de-obra familiar, temporária e permanente.

MOF+Parc = mão de obra familiar mais parcerias com vizinhos.

5.1.1.1 Principais atividades desenvolvidas na região

De acordo com a revisão teórica realizada neste estudo sobre agricultura familiar, sabe-se que os motivos que levam os agricultores familiares a explorar determinadas atividades em suas propriedades são os mais diversos. Há

produtores que destinam determinadas atividades para o consumo e outras para comercialização, assim como há aqueles que produzem apenas para comercialização e, com a renda proveniente da venda, compram os produtos necessários à sobrevivência. Há também produtores familiares que desenvolvem atividades somente para o consumo.

Buscou-se identificar quais atividades estão sendo desenvolvidas na região, a fim de compreender qual o perfil regional em termos de produção e sua tendência. Na opinião dos produtores familiares, as principais atividades desenvolvidas são: fruticultura, café, milho, leite e feijão. Outras atividades foram apontadas, porém, com menor expressão como, arroz e avicultura entre, outras. O Quadro 4 apresenta todas as atividades desenvolvidas pelos produtores.

As principais culturas desenvolvidas na fruticultura são o maracujá e a banana (Quadro 4). O fato da fruticultura se apresentar como atividade de maior ocorrência na região pode ser explicado, em alguns municípios, pela presença de agroindústrias processadoras de frutas para a produção de doces e sucos, principalmente a cultura do maracujá.

Na microrregião de Lavras, Itutinga e Itumirim, encontra-se a Frutilavras, agroindústria de doces e sucos, responsável pelo estímulo da produção do maracujá, pêssego e goiaba nesses municípios, em parceria com o Consórcio do Funil - empresa responsável pelo assentamento de famílias de agricultores que tiveram suas propriedades inundadas pela construção da Usina Hidrelétrica do Funil. De acordo com os entrevistados, a Frutilavras propôs ao Consórcio que incentivasse os produtores a produzirem essas frutíferas ou incluíssem essas novas atividades, garantindo-lhes a compra de toda a produção.

QUADRO 4 Principais atividades agrícolas, pecuárias, industriais, artesanais atualmente desenvolvidas na região sul-mineira na opinião dos produtores familiares entrevistados, 2003.

Atividades					
Fruticultura	Grãos e cereais	Criações	Olericultura e horticultura	Produto industrializado	Produtos orgânicos
Maracujá (n 3)	Café (n 7)	Leite (n 6)	Mandioca (n 1)	Artesanato (n 1)	Banana (n 1)
Banana (n 2)	Milho (n 6)	Galinha (n 2)	Couve (n 1)	Doce (n 1)	Hortaliça (n1)
Pêssego (n 1)	Feijão (n 5)	Suíno (n 1)	Inhame (n 1)	Crochê (n 1)	Café (n 1)
Morango (n 1)	Arroz (n 2)	Gado de corte (n 1)	Batata (n 1)	-	-
Figo (n 1)	Soja (n 1)	Mel (n 1)	-	-	-
Mamão (n 1)	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Nessa circunstância, a presença da agroindústria foi um fator que estimulou a diversificação frutífera, uma vez que os produtores teriam mercado garantido para a venda de seus produtos. No caso específico dessa microrregião, a prolongada crise na atividade leiteira, apresentando baixos preços pagos ao produtor, também motivou a busca de novas alternativas de renda e sobrevivência, entre as quais a fruticultura.

Por outro lado, a presença da agroindústria Santa Amália, fabricante de doces de goiaba, figo e pêssego, situada na microrregião formada pelos municípios de Machado, Poço Fundo, Campestre e Nova Rezende, não estimulou a produção frutícola nesses municípios, uma vez que a indústria adquire sua matéria-prima em outras regiões. O “carro chefe” dessa microrregião ainda é a cafeicultura que, por sua vez, procura novos canais de comercialização e meios de agregar valor ao produto. Uma estratégia formulada, principalmente no município de Poço Fundo, foi substituir as lavouras de café convencional por café orgânico. O crescimento da fruticultura decorreu mais das características edafoclimáticas da microrregião – clima temperado de altitude – e, de modo geral, é consumida nos municípios vizinhos.

A produção de café e hortifrutícolas orgânicos está entre as principais atividades potenciais de diversificação para a agricultura sul-mineira na opinião desses atores. Existem também atividades que são produzidas, consorciadas com

outros produtos, como, por exemplo, a banana. Além de satisfazer às necessidades da alimentação do núcleo familiar, esta fruta gera renda pela comercialização é plantada em consórcio com outros produtos ou como produto integrante do processo de rotação de culturas.

Poucos foram os produtos industrializados indicados, podendo, dessa forma, inferir que, segundo os produtores, nos municípios estudados, a diversificação agrícola, ou seja, o desenvolvimento simultâneo de duas ou mais atividades agrícolas, predominava sobre a diversificação rural, que se refere ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma propriedade.

As razões pelas quais as principais atividades agrícolas e industriais são implementadas nas unidades de produção familiar estão indicadas no Quadro 5. Observa-se, neste quadro, que muitos fatores são ponderados pelos entrevistados e que tal ponderação não se aplica uniformemente a todos os produtos. As principais atividades desenvolvidas para o **consumo** são feijão, leite, milho, arroz, avicultura e este destino é assim justificado:

O arroz, feijão, milho é só para consumo mesmo. Eles fazem parte do dia-a-dia, como diz o outro, eu tenho necessidade deles (C., produtor).

O arroz favorece o orçamento. Ao invés de você comprar você vai colher (C., produtor).

QUADRO 5 Justificativas apresentadas pelos produtores familiares para o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais que consideram principais no Sul de Minas, 2003.

Consumo	Tradição	Comercialização	Rotação de culturas ou consórcio	Trato animais ou adubo orgânico	Renda mensal	Complementação renda familiar	Adaptação a pequenas áreas e clima
Feijão (n 3)	Café (n 5)	Café (n 4)	Soja (n 1)	Milho (n 1)	Leite (n 1)	Crochê (n 1)	Morango (n 1) (área)
Leite (n 3)	Leite (n 2)	Milho (n 3)	Banana (n 1)	Avicultura (frango) (n 1)	Hortaliça orgânica (n 1)	Artesanato com jornal (n 1)	Maracujá (área) (n 1)
Milho (n 2)	-	Maracujá (n 2)	Mamão (n 1)	-	-	Mamão (n 1)	Pêssego (clima) (n 1)
Arroz (n 2)	-	Leite (n 2)	-	-	-	-	Banana (clima) (n 1)
Avicultura (n 2)	-	Feijão (n 2)	-	-	-	-	Figo (clima) (n 1)
Couve (n 1)	-	Gado de corte (n 1)	-	-	-	-	Frango (n 1)
Hortaliças orgânicas (n 1)	-	Banana orgânica (n 1)	-	-	-	-	-
Mandioca (n 1)	-	Mel (n 1)	-	-	-	-	-
Inhame (n 1)	-	Batata (n 1)	-	-	-	-	-
Suínos (n 1)	-	-	-	-	-	-	-
Doce (n 1)	-	-	-	-	-	-	-
Mamão (n 1)	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Todavia, outros entrevistados associam a produção desses bens a diferentes motivos e, dessa forma, a produção de feijão, leite e milho, por exemplo, assume significado distinto de auto-consumo como foi atribuído por alguns produtores (Quadro 5). Além da produção para o consumo o leite também é produzido para a comercialização e orientado pela tradição. Tradição, neste contexto, significa o uso da atividade por muitos anos, até mesmo por gerações, como também o conhecimento das práticas que demanda, adquirido com a longa experiência. Esse sentido da palavra tradição também acompanha a decisão de continuar a produzir café, se bem que fatores relacionados à infra-estrutura regional, como equipamentos para beneficiar, armazéns, canais de comercialização e a existência de benfeitorias nas propriedades, pesam nessa decisão, mesmo considerando a oscilação de preços desse produto. Caso similar também acontece com o leite, em decorrência da rede de laticínios e cooperativas do Sul de Minas, embora o preço deste produto seja interpretado como um dos obstáculos ao desenvolvimento da pecuária regional. Uma atividade voltada exclusivamente para a comercialização é o maracujá, fruta valorizada como uma possível opção de diversificação, tendo em vista o fato de percebê-la como fácil de comercializar dentro e fora da região. Os depoimentos a seguir ilustram estas considerações:

Leite não é opção, isso aí é porque já é tradição. Vem lá de trás, eu já tinha um pedacinho de terra, então continuei (C., produtor).

Café é uma coisa que veio dos meus avós, só produziam café (D., produtor).

Café e leite aqui sempre foram tradição, coisa que vem de pai para filho e a região inteira é café. E também pela facilidade de mercado, porque produzir hoje é muito fácil, difícil é comercializar o seu produto, é a hora de tirar seus lucros (J., produtor).

O maracujá é mais fácil pra vender, tem mais saída, né? O mercado internacional é melhor pro maracujá do que pro figo (H., produtor).

Outras justificativas para o desenvolvimento das atividades apontadas como principais no Sul de Minas foram: as funções que desempenham na implementação da rotação ou consórcio de culturas (soja, banana e mamão), trato dos animais ou produção de adubo orgânico para lavoura (milho e avicultura), complementação da renda mensal (crochê, artesanato e mamão), melhor adaptação das atividades ao clima da região, às pequenas áreas e aptidão (morango, pêssego, banana, figo e avicultura). A produção de hortaliças e frutas em geral, a suinocultura e a fabricação de doces caseiros assumem, para alguns entrevistados, o significado de valor de uso (Quadro 5).

Cabe ressaltar que são poucas as atividades não agrícolas apontadas pelos produtores familiares como complemento da renda doméstica (Quadro 5). Dessa forma, seria aconselhável aos produtores que conciliassem a diversificação rural à agrícola (diversificação “agri-rural”), o que poderia proporcionar maior agregação de valores ao produto, por meio do processamento e até mesmo a embalagem, e a eliminação de intermediários na comercialização, uma vez que os próprios produtores poderiam criar canais de comercialização para seus produtos já processados e embalados, o que lhes geraria mais emprego e maiores rendas.

No Quadro 6 são mostradas as atividades que foram exploradas no passado e tiveram o seu emprego diminuído na atualidade, bem como as razões apresentadas pelos produtores como causas dessa descontinuidade. Embora o milho seja uma das principais atividades desenvolvidas na região, mencionou-se nos depoimentos que alguns vizinhos deixaram de produzi-lo devido ao alto custo de produção e baixo retorno financeiro. Situação semelhante ocorreu com a produção de leite. A pecuária bovina, de forma geral, tem como a principal limitação as pequenas áreas das unidades de produção. A cana deixou de ser produzida pela dificuldade de manejo, principalmente do corte. No caso do município de Três Pontas, houve uma queda considerável no cultivo de cana-de-

açúcar em decorrência do fechamento da Usina Boa Vista, principal compradora do produto. Mais uma vez, percebe-se a presença da agroindústria como estímulo à produção agropecuária.

A cenoura e o feijão deixaram de ser produzidos em escala comercial por alguns produtores familiares pela falta de canais de comercialização alternativos que lhes proporcionassem retornos compatíveis com os custos de produção (Quadro 6). Segundo os entrevistados, os atravessadores locais compravam os produtos a preço muito baixo, ficando a maior parte do lucro na mão desses intermediários:

Há uns anos atrás se produzia aqui muita cenoura...é uma coisa que acabou. A cenoura, no caso, foi mais os atravessadores que pensaram em ganhar muito. Se uma saca de cenoura valesse trinta reais, ele tinha coragem de falar para o produtor: te pago doze (J., produtor).

As atividades mais freqüentemente desenvolvidas na região e, em especial nas unidades familiares, são o café, o leite e a fruticultura. A presença da fruticultura permite concluir que os produtores estão começando a romper com o que eles próprios consideram “forte tradicionalismo” regional baseado na cultura do café com leite, ou seja, eles têm buscado diversificar sua produção por meio da implantação da fruticultura. O principal fator apontado como motivo do rompimento dessa “tradição” foi de caráter econômico. Partindo do conhecimento das atividades desenvolvidas na região, buscou-se compreender a natureza da diversificação como fator favorável ou limitante para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira.

QUADRO 6 Atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais anteriormente desenvolvidas no Sul de Minas e razões de sua

descontinuidade, na visão dos produtores familiares entrevistados, 2003.

Atividades desenvolvidas	Razões de descontinuidade na produção
Milho (n2)	- Pequena produção - Alto custo - Baixo retorno financeiro
Leite (n 2)	- Prejuízo - Pouco lucro
Pecuária (n 1)	- Pequena área de terra
Figo (n 1)	- Demanda de muita mão-de-obra - Difícil comercialização
Alho (n 1)	- Dificuldade em estabelecer canais de comercialização - Falta de apoio governamental para facilitar o escoamento da produção. - Competição com mercado externo (importação)
Cenoura (n 1)	- Falta de alternativa comercialização e domínio de atravessadores
Cana (n 1)	- Trabalho árduo e desgastante - Fechamento da usina
Feijão (n 1)	- Perda de canal de comercialização - Domínio de atravessadores

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

5.1.1.2 A natureza favorável ou limitante da diversificação

A diversificação foi apontada pela maioria dos produtores como um fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira (Quadro 7). Apenas um dos entrevistados percebe a diversificação como fator limitante, justificando-se por acreditar que “quando você diversifica muito, às vezes você não acaba fazendo nada direito. Você quer ser tudo ao mesmo tempo e você não é nada”(G., produtor).

O significado de favorável que atribuem à diversificação associa-se à redução de riscos que percebem quando se desenvolvem mais de uma atividade, caso ocorram problemas climáticos, pragas ou doenças que afetam mais uma atividade do que outras, bem como as variações no mercado que ocasionam oscilação e queda dos preços. Dessa forma, a diversificação é valorizada como um atenuante de risco, um “porto seguro” para os produtores, além de significar

uma complementação de sua renda (Quadro 7). Essas considerações podem ser observadas nos depoimentos a seguir:

E um fator favorável. A propriedade, quanto mais diversificada ela for, melhor ela é, porque, quando você tem uma monocultura, uma atividade só, se aquilo ali acontecer uma variação de tempo, algum problema, você perdeu tudo. Quando você diversifica, talvez se dá um problema aqui, você tem como repor na outra (G., produtor).

Hoje não tem mais espaço para a monocultura, porque se uma coisa tá em baixa e, tendo outra pra te segurar, pra ajudar, eu acho que é essencial, não pode ficar com uma coisa só (J., produtor).

QUADRO 7 Diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária, na visão dos agricultores familiares entrevistados, 2003.

Favorável	Limitante
Custo de uma atividade sobre o custo da outra.	Quando diversifica muito, acaba não fazendo nada direito.
Alternativa de renda	-
Diminuição do risco de se ter só uma atividade e perder tudo caso aconteça problemas climáticos	-
Uma atividade sustenta a outra	-
Produz o ano inteiro	-
Se uma atividade está em baixa, tem outra para segurar.	-
Dinheiro todo final semana ou todo mês	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Porém, a diversificação assume significados específicos em decorrência da atividade principal conduzida na unidade de produção. Assim, deve-se analisar o contexto em que cada produtor familiar está inserido e, a partir disso, analisar a real utilidade da diversificação em situações específicas. No caso de produtores que possuem uma cultura anual ou bi-anual, como o café em sua

propriedade, a diversificação é vista como uma maneira de se obter uma renda mensal, semanal ou até mesmo diária pela comercialização de outros produtos de menores ciclos de produção (milho, maracujá, leite, feijão, etc.) ou até mesmo para o consumo e sobrevivência da família (feijão, arroz, hortaliças, etc.).

O produtor que vive só de café aqui tá passando apertado por causa do preço...porque no caso daria uma coisa que se pode introduzir no meio e te dá um dinheirinho todo final de semana, quem sabe por mês (C., produtor).

Já para os produtores que possuem como principal atividade a produção de milho, ou feijão ou leite, a diversificação é encarada como uma complementação da renda familiar ou um suporte para a atividade principal. O depoimento a seguir ilustra estas considerações:

Se eu cato um cadinho daqui um cadinho dali, cada coisa, cada planta dessa, vamos dizer aí no caso do leite, me dá uma rendazinha, chega no final do mês, me dá uma renda melhor, dá um total maior (A., produtor).

Conclui-se que, para os agricultores familiares, a diversificação é uma atividade que reduz riscos, complementa a renda da família, além de completar a sua dieta. Este significado resulta da análise que fazem do ambiente, articulando diferentes objetos de orientação. A seguir, será discutido qual seria, na perspectiva dos produtores, as melhores alternativas para a diversificação em âmbito regional.

5.1.1.3 Principais alternativas para diversificação

A fruticultura, representada pelo cultivo de goiaba, maracujá, figo, marmelo, lichia, manga e atenóia, foi apontada como a principal alternativa para a diversificação da agricultura regional pelos produtores (Quadro 8). São vários

os fatores que os entrevistados ponderaram para chegar a esta conclusão, incluindo orientação dos órgãos de assistência técnica, mercado, fatores edafoclimáticos, facilidade de manejo e demanda de mão-de-obra. O figo, o marmelo e o maracujá são culturas incentivadas por técnicos locais da EMATER-MG. As culturas indicadas pela facilidade de mercado foram goiaba, atenóia e manga. A goiaba também foi indicada pelo seu fácil manejo e menor exigência de mão-de-obra, assim como a manga que também serve para sombrear o café. A lichia, além de sombrear o café, é considerada um produto exótico e com bom preço.

QUADRO 8 Possíveis alternativas para a diversificação sul-mineira, na opinião dos produtores familiares entrevistados, 2003.

Projetos ou atividades	Justificativa
Usina de leite para produzir queijo (associação de produtores) (n 2)	- Agregação de valor - Melhor comercialização - Retirada do atravessador - Boas condições de mercado
Agricultura orgânica (n 2)	- Frutas e verduras: complementação de renda
Goiaba (n 2)	- Fácil manejo - Menor exigência de mão-de-obra - Boas condições de mercado
Manga (n 2)	- Fácil manejo - Menor exigência de mão-de-obra - Boas condições de mercado - Sombrear o café
Figo (n 1)	- Influência da EMATER
Marmelo (n 1)	- Influência da EMATER
Maracujá (n 1)	- Influência da EMATER
Legumes: pimentão, cenoura, eterraba, alho (n 1)	- Produção diária - Alternativa de renda
Peixe (n 1)	- Atividade lucrativa - Boas condições de mercado - Não toma muito tempo - Pode ser desenvolvida juntamente com outras atividades

Continua...

QUADRO 8 Continuação.

Projetos ou atividades	Justificativa
Lichia (n 1)	- Sombreia o café - Produto é exótico - Bom preço
Atenóia (n 1)	- Muita procura - Bom preço para comercialização
Leite (n 1)	- Sonho

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

A olericultura, representada pela produção de legumes, pimentão, cenoura, beterraba e alho, figurou como uma alternativa por proporcionar renda diária. A avaliação positiva da piscicultura prendeu-se ao fato de visualizá-la como sendo uma atividade que não “toma muito tempo” e pode ser desenvolvida simultaneamente com outras atividades, além de apresentar facilidade de mercado.

A construção de uma usina (agroindústria) de leite para a produção de queijo a partir da formação de uma associação foi a única indicação dentre atividades não-agrícolas. Ou seja, a diversificação como um fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira é vista mais pelo seu lado agrícola do que pelo lado rural. Talvez esse fato permita indagar se a organização de produtores pode estimular a diversificação rural, uma vez que terão maior poder de negociação e reivindicação na região.

Nota-se que há uma possível valorização da agroindustrialização como meio alternativo de desenvolvimento. Em decorrência desta valorização, a próxima seção discutirá as contribuições e as limitações da implantação de mais agroindústrias no sul de Minas Gerais.

5.1.1.4 Contribuições e problemas acarretados pela implantação de agroindústrias

A análise das entrevistas permitiu identificar dois tipos de agroindústrias, aqui categorizadas como “agroindústria do produtor” e “grande agroindústria” (expressões encontradas na maioria dos depoimentos). Os entrevistados empregavam o termo “agroindústria do produtor” ao se referirem às agroindústrias constituídas pelos próprios produtores, ou seja, aquelas criadas e geridas pelos produtores e sua família. Ao usarem a expressão “grande agroindústria”, referiam-se às agroindústrias implementadas por terceiros, onde lhes cabiam a entrega dos produtos (matéria-prima) (Quadro 9).

QUADRO 9 Contribuições e problemas com a implantação de agroindústrias na região sul-mineira, na opinião dos produtores familiares entrevistados, 2003.

Agroindústria do produtor		Grande agroindústria	
Contribuição	Problema	Contribuição	Problema
Geração de emprego (n 3)	Ambiental: resíduo, poluição (n2)	Desenvolvimento para região (n1)	Falta de credibilidade (n1)
Processamento de produtos/agregação de valor (n 3)	-	Se houver poder de barganha: poder de negociação com associação (n1)	Desorganização do produtor e baixo poder de negociação (n1)
Contribuições financeiras (diminuição de custos) (n 1)	-	Garantia de mercado (n 1)	Ambiental (1)
Geração de conhecimentos (n 1)	-	Emprego (n 1)	Levam mais do que trazem (n 1)
Complementação da renda familiar (opção de trabalho para mulher ocupar seu tempo) (n 3)	-	Maior competitividade dos produtos (n 1)	Visam interesses próprios.(n 1)
Maior circulação de dinheiro (n 1)	-	-	-
Fortalecimento comercial (n 1)	-	-	-
Atração de mão-de-obra (n 1)	-	-	-
Comercialização: venda direta dos produtos (n 1)	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a contribuição ou problema foi citado.

Embora entre as alternativas indicadas pelos produtores para a diversificação de suas atividades não incluam, em sua maioria, o processo de industrialização de seus produtos, os produtores acreditam que as agroindústrias podem trazer contribuições à região e, por isso, são vistas de maneira positiva:

Iria melhorar, porque o nosso solo é bom, produz muito e, se tiver aonde vender, principalmente com um preço mínimo, tem muito mais incentivo ao plantar (J., produtor).

Gerava mais emprego, principalmente pras mulheres que têm necessidade de emprego, porque o serviço da roça é pesado (G., produtor).

A implantação dos dois tipos de agroindústrias pode trazer diferentes contribuições e problemas a região. Tratando-se das agroindústrias criadas pelos próprios produtores, as principais contribuições apresentadas pelas lideranças de agricultores familiares são a geração de emprego e agregação de valor ao produto. Ou seja, em vez de venderem seus produtos *in natura* por intermédio de atravessadores que retinham grande parte de seu lucro, eles podem beneficiá-los e vendê-los diretamente aos grandes centros consumidores como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Acreditam que a agregação de valor poderá melhorar suas rendas:

Seria muito bom porque os produtores venderiam os produtos direto, produziam e já industrializavam. Seria uma ajuda para os produtores e mais aproveitamento dos produtos (...) e emprego, traria mais emprego (J., produtor)

O único problema apontado para a implantação desse tipo de agroindústria é a questão ambiental, ou seja, a forma como serão tratados os possíveis resíduos oriundos da industrialização:

Problema maior mesmo que a agroindústria poderia trazer para a localidade aonde ela vai ser colocada talvez seja algum resíduo, poluição, poluir alguma coisa, mas no restante acho que não (G., produtor).

Com relação à implantação da “grande agroindústria”, como definem a indústria de processamento empresarial instalado por terceiros, há um equilíbrio quanto às contribuições e problemas que possam ser gerados. Dentre as contribuições estão a garantia de mercado, a geração de emprego, a maior competitividade dos produtos e, conseqüentemente, o desenvolvimento para a

região. Os problemas apontados relacionam-se com a expectativa que nutrem sobre o comportamento dos seus pares e a desconfiança quanto aos propósitos e interesses dos empresários e gestores das grandes agroindústrias (Quadro 9). Destacam-se nos dois casos as seguintes avaliações: a) a falta de credibilidade desse tipo de indústria que, algumas vezes, não cumpre o acordo estabelecido com os produtores; b) o baixo poder de negociação dos produtores, devido à sua falta de organização; c) o fato de os empresários visarem apenas seus interesses próprios, não se preocupando com as características e tendência da região; d) os problemas ambientais que poderão ocasionar. A transcrição de suas falas ilustra tais avaliações:

As agroindústrias maiores, como a Nestlé, eu não sei se uma multinacional é negócio, até que ponto é negócio, porque parece que elas levam mais do que trazem, ou levam tudo. Levam barato e não deixam nada em troca (J., produtor).

Não sei se nesse caso seria interessante, porque ela ver mais os interesses dos donos da empresa (J., produtor).

De maneira geral, para as lideranças, a implantação de agroindústrias, indiferente de ser criada pelos próprios produtores ou por terceiros, traz mais contribuições do que problemas para a região. Dessa forma, pode-se concluir que o processo de agroindustrialização poderá contribuir com a diversificação positivamente na medida em que garante mercado, gera emprego e renda para os produtores. Há, porém, outros fatores que devem ser analisados simultaneamente para compreender a diversificação como favorável ou limitante. Essa análise é assunto da próxima seção.

5.1.1.5 Outros fatores favoráveis e limitantes

Para que seja possível compreender a diversificação com um fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira,

é preciso buscar articulações entre fatores que possam influenciar a percepção dos entrevistados a respeito da diversificação como meio ou condição. Ou seja, a presença de outros fatores favoráveis ou limitantes na região pode conduzir à formação da percepção dos entrevistados de forma a atribuir caráter de meio ou condição à diversificação. O Quadro 10 apresenta os fatores favoráveis e limitantes que foram indicados pelos produtores familiares.

Entre os fatores favoráveis apontados, encontram-se os edafoclimáticos como fertilidade do solo, abundância de água e clima bem definido, assim como as boas condições topográficas e de altitude. Na visão dos produtores, tais fatores são propícios à diversificação:

A nossa região aqui, o solo é muito fértil. Tudo que se planta, colhe. Nós não temos essa dificuldade com tempestades (...) O clima tudo favorece (A., produtor).

QUADRO 10 Fatores favoráveis e limitantes que podem contribuir para a formação da percepção da diversificação como meio ou condição ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, na visão dos produtores familiares entrevistados, 2003.

Fatores favoráveis	Fatores limitantes
Disponibilidade de água (n 5)	Falta de recursos financeiros (n 3)

Continua...

QUADRO 10. Continuação.

Fatores favoráveis	Fatores limitantes
Bom clima (n 5)	Difícil estabelecimento de canais de comercialização (n 3)
Localização estratégica (n 3)	Baixo preço dos produtos (n 2)
Fruticultura como alternativa de renda (n 2)	Falta e má qualificação da mão-de-obra (n 2)
Presença constante da assistência técnica (EMATER) (n 2)	Custo elevado com transporte e embalagem (n 1)
Predomínio da agricultura familiar (n 2)	Dificuldade de armazenamento (n 1)
Boas condições de acesso de algumas estradas (Fernão Dias) (n 1)	Má condição das estradas (n 1)
Abundância de mão-de-obra (n 1)	Ausência de agroindústria (n 1)
Agricultura orgânica (n 1) como alternativa	Customização da embalagem para o

de renda	consumidor (n 1)
Boa altitude (n 1)	Alto preço da semente (n 1)
Boa topografia (n 1)	Oscilação dos preços (n 1)
Presença do PRONAF (n 1) como facilitador para captação de recursos	Ocorrência de geada (n 1)
-	Falta de acesso à informação (globalização) (n 1)
-	Crise do café (n 1)
-	Falta de planejamento (n 1)
-	Falta de integração dos produtores (n 1)
-	Alto custo de produção (n 1)
-	Fator cultural como inibidor de novas atividades (n 1)
-	Perda da tradição (dos mais velhos) (n 1)
-	Falta de incentivos fiscais (n1)
-	Juros elevados para crédito (n1)
-	Falta de política de preços mínimos (n1)

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Seguindo esta linha de raciocínio, alguns agricultores tomaram a fruticultura como exemplo, por representar nova fonte de renda e a região apresentar condições edafoclimáticas e estruturais ideais para o seu desenvolvimento. A transcrição de suas falas ilustra tais considerações:

Pelo levantamento que nós fizemos, nós andamos em vários lugares em São Paulo, Rio, essas cidades, essas capital vizinha aí, e eu acho que o objetivo nosso é a fruticultura. Hoje tá valendo em tudo, em fonte de renda, em emprego, direto ou indireto (H., produtor).

Além disso, incorporam a esta rede de relações favoráveis a localização, pelo fato da RSMG estar geograficamente localizada entre as maiores cidades consumidoras do país: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (Quadro 10). O depoimento a seguir ilustra estas considerações:

Porque está entre os dois maiores estados, os dois maiores consumidores do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Tem Belo Horizonte também que não é longe (G., produtor).

Destacam também a assistência técnica oferecida pela EMATER-MG pela constante presença e orientação dos técnicos:

O técnico da EMATER ta lá com a gente, acompanhando a gente, instruindo. Além dele ser um técnico, ele é uma pessoa bem chegada da gente, ao povo da roça, ele é bom nessa parte (A., produtor).

A EMATER também nos ajudou muito nestes últimos tempos e eles são muito familiares. Eles vêm no nosso meio, que dizer que eles vêm e a gente se encontra como amigo. Pelo menos a equipe da EMATER daqui, a gente tem mesmo como amigo. E eles têm muita amizade, mas eles não deixam de corrigir aquele que estiver errado (A.. produtor).

A presença da experiência do trabalho familiar na região, possibilitando a redução de custos com a produção; o bom estado das estradas, comparadas às de outras regiões, tendo como exemplo a Rodovia Fernão Dias, facilitando o escoamento da produção; com a quantidade de mão-de-obra disponível ao trabalho e, finalmente, a presença do PRONAF, com taxa de juros reduzida, foram outros fatores citados como favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira (Quadro 10).

Dentre os fatores considerados limitantes, os mais citados foram falta de recursos e incentivos, além dos juros muitos altos para o crédito e vários impedimentos bancários, uma vez que as instituições financeiras preferem emprestar dinheiro para os médios e grandes produtores (Quadro 10). As questões referentes à comercialização também foram indicadas como limitantes. A falta de canais alternativos deixa os produtores sujeitos à presença de atravessadores regionais, os quais, na interpretação dos entrevistados, ficam com a maior parte do lucro dos agricultores (Quadro 10). O caráter restritivo do preço de venda dos produtos agrícolas foi associado à falta de uma política de preço mínimo e à falta de um planejamento de produção que acarreta na queda de

preço dos produtos. O modo como interpretam tais fatores como limitantes estão refletidos nos depoimentos a seguir:

Isso aí a gente sempre vê na televisão: o país produziu tantas toneladas de milho, tá com excesso de produção e chega no final não acontece nada. Chega no final da safra do ano que vem, a safra anterior teve um prejuízo de 40% (...) tinha que ter uma melhoria lá em cima. Estabelecer um preço, né? O governo estabelecer um preço mínimo do milho, um preço mínimo do café (H., produtor).

Os bancos, hoje, você mexer com financiamento, tipo Banco do Brasil, por exemplo, você podia fazer um investimento pra fazer um melhoramento, mas lá só tem caminho pra quem tá estruturado. O cara pequeno chega lá, nem caminho de entrar ele tem. Logo que ele entrou é barrado. O crédito é só para os médios e maiores (A., produtor).

A mão-de-obra que foi citada por alguns produtores como fator favorável apareceu na visão de outros entrevistados como fator limitante (Quadro 10). Interpretam-na, neste caso, como escassa, não atendendo à demanda regional, além de apresentarem baixo grau de qualificação.

Há uma inter-relação entre os fatores limitantes citados, pois a ausência de políticas agrícolas pode prejudicar a concessão empréstimos e a disponibilidade de recursos aos produtores que conseqüentemente, podem deixar o meio rural em busca de novas oportunidades de emprego. Dessa forma, pode ocorrer a escassez de mão-de-obra na região.

Outros fatores estruturais, econômicos e culturais também foram citados, como por exemplo, “problemas de armazenamento”, representados pela escassez de estruturas condizentes com as necessidade dos produtores e ainda “ausência de pesquisa”, “falta de agroindústrias”, “preço elevados dos insumos”, “custos elevados com embalagem e transporte”, “mudança de hábito dos produtores na forma de produzir”, “desconhecimento do produtor ao ingressar em novas

atividades” e “falta de organização dos produtores” (Quadro 10). Os depoimentos a seguir ilustram estas considerações:

À hora que ele pega o empacotamento, por exemplo, nós vendemos o leite a quarenta e poucos centavos e ele (leite) chega no mercado a sessenta, oitenta centavos. Será que esse empacotamento dali pra cá, dá essa diferença toda? (A., produtor).

Falta uma parceria de nós mesmos, justamente essa conscientização de que nós temos que trabalhar embutido (A., produtor).

O nível de organização dos produtores foi indicado como um fator limitante, devido à sua baixa conscientização sobre a importância do trabalho conjunto e será discutido na próxima seção. A importância desse tipo de discussão deve-se ao fato das organizações de produtores, como cooperativas, associações e sindicatos, possuírem certo grau de influência, direta ou indireta, sobre a forma como são elaboradas as políticas para o meio rural.

5.1.1.6 Nível de organização dos produtores

Os produtores familiares acreditam que está começando a ocorrer um processo de conscientização em relação à importância do trabalho conjunto como alicerce para o desenvolvimento da região. Consideram que, com a união, os produtores se tornarão mais fortes, com maior poder de reivindicação e, possivelmente, terão acesso a recursos e informações que isoladamente não conseguiriam:

O produtor que veio se ajuntar a um grupo, pra mim, o produtor que dá esse passo, ele deu o passo mais importante da vida dele. Então, ele já tá sentindo que sozinho não dá mais, que vai ter que associar. Então, esse é um produtor inteligente (L., produtor).

Os produtores familiares vêem o trabalho conjunto como uma boa alternativa e estão começando a criar autoconfiança e participar de algumas associações. Ou seja, os produtores estão começando a perceber que, trabalhando “uns com os outros”, serão o maiores as possibilidades de conquistas. Isso se torna possível na medida que acreditam no seu trabalho e na sua capacidade de realização:

A gente começou a conversar, troca idéia daqui, a gente foi vendo que sozinho estava complicado e junto a gente foi achando o caminho (...) a gente começou a ver que com a associação talvez a gente chegaria mais longe, serviria pra alguma coisa (G., produtor).

Não tem dúvida que o produtor cooperado, associado, tem mais segurança na sua atividade (L., produtor).

Acreditam que, organizados em associações, poderão planejar melhor suas atividades, diagnosticando suas necessidades, definindo seus objetivos e estratégias e colocando-as em prática. Essa organização lhes fornece maior poder de negociação e reivindicação, permitindo-lhes a realização de seus interesses.

A nossa associação nasceu esse ano, é nova ainda. Mas o primeiro passo que nós demos junto com a autoridade do município foi boa. Fomos bem atendidos pelo secretário da agricultura. Nós convocamos ele pra fazer uma reunião, pra reivindicar os pontos críticos das estradas e isso seria na parte de escoamento da produção, seria a parte do estado. Nós conversamos com ele não foi sobre lavoura, mas sobre as estradas muito ruins do nosso bairro (rural) e imediatamente fomos atendidos (J., produtor).

Percebem, entretanto, algumas restrições quanto à implementação de ações que estimulem o associativismo, tendo em vista a desconfiança do produtor quanto ao trabalho cooperativo. Dizem que alguns têm receio de ajudar outro produtor e não serem correspondidos na hora em que precisar de ajuda. Ou

então preferem esperar para ver se isso realmente vai dar certo para se unirem ao grupo:

O povo tem medo de se ajudar, de se agrupar. Ninguém tem medo de entrar em uma cooperativa grande, de ajudar o grande, mas ele tem medo de fazer uma parceria com o colega, o vizinho, que é do tamanho dele e ajudar a ele melhorar de vida (G., produtor).

Observam que os obstáculos para a implantação dessas associações são maiores em alguns municípios ou comunidades e acreditam que esse impedimento pode ter, como pano de fundo, interesses políticos devido à falta de recursos destinados à organização da classe. Ou seja, afirmam que não há uma preocupação dos representantes locais com a organização dos produtores, uma vez que não há incentivos para a formação dessas organizações. Conseqüentemente, os produtores possuem um menor poder de negociação e reivindicação e uma participação menos efetiva, caracterizando esse tipo de governo como tutorial:

Aqui, infelizmente, nem a associação a gente consegue. Tem associação, mas ela não vai pra frente, não consegue nem registrar (...) eu tenho a impressão que isso aí é política (A., produtor).

Todas as associações estão se organizando muito precariamente porque tudo hoje depende de dinheiro, mas tão organizando. São tipo assim construção, tipo máquina de beneficiar café, todo mundo naquele lugar ali (G., produtor).

Outro fator limitante apontado pelas lideranças de agricultores foi a baixa escolaridade e a conseqüente falta de informação dos produtores sobre a importância desse tipo de trabalho:

Ta difícil começar essas associações porque tem gente que estudou muito pouco e é difícil de entender que aquilo vai melhorar. Às vezes tem desconfiança (J., produtor).

Na opinião dos entrevistados, as cooperativas - outra forma de organização dos produtores - atualmente, representam um segmento voltado ao alcance de interesses próprios e não de interesses de seus associados. Os produtores acreditam que talvez isso aconteça justamente pelo fato de não terem acesso a todo tipo de informação, por possuírem baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, não podem participar das tomadas de decisões. Declaram ainda que o essencial para que a participação se torne realmente efetiva, é o processo educativo dos associados. Por meio da educação, os produtores se tornarão mais conscientes de seu papel como membros de um grupo e da importância de sua participação nas tomadas de decisão. Talvez seja necessário romper com a idéia de que a cooperativa ou qualquer outro tipo de organização seja um órgão puramente representativo e passar a compreendê-la como um espaço aberto à participação. O depoimento abaixo reflete essas considerações:

As cooperativas, hoje, parece que elas tão voltadas para virar empresas, não estão atendendo, buscando diretamente o produtor, o associado. Elas estão voltadas para si mesmas, estão preocupadas mais em crescer do que ajudar o pessoal que tá lá dentro (...) As outras associações e sindicatos têm ajudado na medida do possível, mas o povo, o produtor parece que tá muito distante. É muito difícil. Eu acho que o básico é a educação, não adianta querer forçar uma pessoa fazer alguma coisa, achar que tem que ser feito isso (...) Então, aqui é muito assim: você faz uma reunião e ele diz que o que o fulano decidir tá bom pra mim (...) (J., produtor).

Os produtores afirmam que até os serviços de assistência técnica, comuns nesse tipo de organização, são restritos àqueles produtores que possuem recursos para deles se beneficiarem. A partir do exposto, pode-se perceber que os produtores não atuam diretamente junto às organizações, fazendo valer seu

direito de decisão, uma vez que se sentem prejudicados com a situação e não conseguem mudá-la por não poderem participar do processo de tomada decisão.

A cooperativa tem uma assistência técnica boa, mas tudo é pago também. Pro produtor não tem nada que vem a facilitar. O descapitalizado acaba sempre ficando no meio do caminho (J., produtor).

Quanto ao sindicato, outra forma de organização mencionada nas entrevistas, as opiniões se dividem. Para alguns entrevistados, o sindicato tem exercido bem a sua função, buscando proporcionar aos produtores melhores formas de acesso ao crédito, muitas vezes dificultado pelos órgãos responsáveis por sua distribuição como, por exemplo, o Banco do Brasil. Para outros, no entanto, os sindicatos não cumprem sua real função que seria política, limitando-se às ações de cunho assistencialista ou à mera prestação de serviços contábeis, além de servir como cabide de empregos:

Para você tirar um exemplo, essa semana mesmo o sindicato trabalhou em cima do PRONAF, que o pequeno produtor, ele tem uma renda familiar do PRONAF, na faixa de cinco mil reais pro pequeno produtor e que o Banco do Brasil não queira soltar o dinheiro. Então, o sindicato com a EMATER daqui foi no Banco do Brasil e fez o financiamento para os pequenos produtores (H., produtor).

Por incrível que pareça o nosso sindicato é totalmente ausente. Eu acho que o sindicato existe só pra dar emprego pra algumas pessoas. Eu não vejo uma ação efetiva do sindicato (...) A gente tem tanta coisa que o sindicato podia atuar (...) Acho que o sindicato é um órgão mais indicado para trabalhar junto com o setor público (J., produtor).

Observou-se nas entrevistas que alguns entrevistados manifestaram a idéia de que está se iniciando um processo de conscientização sobre a importância da organização. Porém, ele está se desencadeando a passos lentos, o que, segundo as lideranças, pode ser explicado, principalmente, pela

desconfiança existente na região quanto ao trabalho conjunto. Consideram que as associações são a forma de organização mais atuante, se comparadas com as cooperativas e sindicatos. As cooperativas se preocupam mais com interesses da própria organização e estão mais propícias a prestar serviços aos médios e grandes produtores. Por sua vez, os sindicatos são valorizados pela intermediação entre produtores e Banco do Brasil de recursos financeiros do PRONAF o que não é visto de mesma maneira por todos os entrevistados.

A forma como os técnicos vêm desenvolvendo seu trabalho na região será apresentada no próximo tópico. A importância dessa análise se justifica pelo fato dos técnicos poderem influenciar de forma positiva ou negativa sobre a implantação de novas atividades.

5.1.1.7 Atuação dos técnicos na perspectiva das lideranças dos produtores

A análise da atuação dos técnicos, extensionistas e agentes de desenvolvimento, baseou-se no trabalho realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) e por profissionais de agência de desenvolvimento que possuem projetos com agricultores familiares na região estudada (Organização Não Governamental do Sapucaí). A fim de facilitar a apresentação dos resultados, os técnicos, os extensionistas e os agentes de desenvolvimento serão aqui caracterizados somente como técnicos.

Nem todos os municípios que tiveram produtores entrevistados possuem um escritório da EMATER. Nesse caso, a assistência é prestada por técnicos contratados pela prefeitura, pelos sindicatos e ONG's. Nos municípios que possuem EMATER, alguns escritórios situam-se dentro da prefeitura municipal. E em alguns casos, o técnico que presta assessoria ao município é também o secretário municipal de agricultura:

Eu acho que isso aí varia de município para município, Tem lugares que a gente conversa e vê que a EMATER funciona, já aqui não tem

nem escritório da EMATER. Quem dá assistência é o [secretário municipal da agricultura e engenheiro agrônomo] (G., produtor).

Com relação à atuação dos técnicos da EMATER foi possível identificar que eles possuem uma presente atuação junto aos produtores familiares. De maneira geral, os produtores consideram boa a forma como os técnicos vêm desenvolvendo o trabalho de assistência. Percebe-se que há fortes laços de amizade entre eles e os técnicos são vistos como amigos e conselheiros.

As principais atividades desenvolvidas pelos técnicos são: a) a assistência nas lavouras para tirar dúvidas dos produtores quanto aos cuidados com pragas e doenças; b) a orientação sobre formas de financiamento e empréstimos e c) cursos de capacitação:

A EMATER trabalha mais e ajuda mais. Tipo renda familiar, tipo PRONAF, tipo assessoria, tudo ela trabalha mais (G., produtor).

A EMATER na nossa região tem ajudado. Meu pai foi um dos primeiros clientes da EMATER (...) nós sempre fomos bem tratados, porém tem poucos técnicos para uma região grande (...) Ela dá assistência em lavoura e ajuda nos financiamentos que seria o PRONAF, o dinheiro que vem através do Banco do Brasil para investimento. Através deles que leva conhecimentos ao produtor (J., produtor).

Não foi possível identificar nenhum tipo de trabalho desenvolvido no sentido de organização e conscientização dos produtores sobre importância de sua atuação no processo de tomada de decisão, sobre o que é importante ou limitante para o desenvolvimento dos produtores e da região. Dessa maneira, pode-se afirmar que a forma de intervenção utilizada pelos técnicos, considerando a opinião dos produtores familiares, aproxima-se mais do tipo tutorial, uma vez que não foram identificadas formas de trabalho que envolvam a participação dos produtores familiares em todo processo de planejamento, ou seja, desde a elaboração de um diagnóstico, passando pela definição de seus

objetivos e formulação de estratégias até a sua implantação e controle. O que ocorre é a definição prévia por parte dos técnicos sobre o que deve ser feito, baseado no que consideram ser melhor para o produtor e mais adequado às características edafoclimáticas e infra-estruturais da região e somente a execução do que já está estabelecido envolve a participação dos produtores.

Um exemplo dessa forma de intervenção pode ser identificado com a implantação da fruticultura na região. A introdução dessa atividade partiu dos técnicos, considerando as características do clima, solo, topografia, altitude, localização e mercado. Após a decisão estabelecida, foi passado aos produtores que essa seria a melhor alternativa e a esses coube somente a execução da decisão:

O maracujá eu plantei por incentivo; tive uma parte muito grande de incentivo do técnico da EMATER. Eu já tinha uma quedazinha por essa parte, então, deu mais um empurrão. Nós chegamos, começamos, plantamos um canteirinho lá no meio dos outros e foi bem bom (H., produtor).

A Frutilavras tem seis anos, agora que nós conseguimos chegar a um ponto final. É uma indústria de produtores. Lá vai fazer doce de goiaba, doce de banana, de figo, de pêssago e na polpa também do maracujá. E essa idéia partiu da EMATER daqui (H., produtor).

Mesmo avaliada com uma atuação positiva pelos entrevistados, foi possível identificar algumas limitações no trabalho dos técnicos da EMATER. Os produtores familiares afirmaram que há uma deficiência quanto ao número de técnicos que oferecem assistência na região. O que eles alegam é que a demanda pelo trabalho dos técnicos tem aumentado muito enquanto que o número de assessores permanece o mesmo:

Eu não quero dizer que ela está devendo, mas ela já esteve mais em atividade, pelo menos na nossa comunidade, na nossa região. Eu não

sei se o pessoal procurou mais, mas, inclusive, às vezes, os técnicos não têm como vir toda vez que a gente procura (...) Deveria haver mais técnicos. Eu acredito que não é que eles não estão vindo ou comparecendo, acredito que mais produtores estão procurando eles (A., produtor).

O trabalho desenvolvido pelos técnicos é visto com bons olhos pelos produtores, que os têm em alta conta. Porém, pelo fato do trabalho se limitar à assistência técnica nas lavouras, orientação sobre formas de financiamento, empréstimos e cursos de capacitação, o tipo de intervenção realizada é considerada tutorial, por não buscar a participação dos produtores nas decisões. Dessa forma, os técnicos podem estimular a diversificação, mas com idéias preestabelecidas, ou seja, a adoção de novas atividades irá partir do ponto de vista dos técnicos. Porém, é importante retratar que nem sempre o que foi decidido pelos técnicos será colocado em prática pelos produtores. Embora, muitas vezes, não participem do processo de decisão, não necessariamente irão executar tudo aquilo que lhes for “aconselhado”.

O que poderia ser feito é procurar identificar as necessidades e expectativas dos produtores familiares, procurando conciliar com as características edafoclimáticas da região e potencialidades econômicas e estruturais, de forma a elaborar um planejamento voltado para o desenvolvimento regional em seu sentido mais amplo.

O próximo item apresenta a forma como os técnicos percebem a diversificação, analisando os mesmos tópicos abordados na análise da percepção dos agricultores familiares.

5.1.2 Percepção dos técnicos

A análise sobre a percepção dos técnicos sobre a diversificação se faz importante pelo fato de serem eles os responsáveis por “levar” aos produtores informações sobre novas tecnologias e cultivos, assim como estimular o trabalho conjunto essencial ao alcance do desenvolvimento.

Os técnicos entrevistados são extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e profissionais de agências que desenvolvem projetos com agricultores familiares na região estudada. Como se observou nas discussões sobre metodologia, foram entrevistados treze técnicos, residentes em onze cidades sul-mineiras⁷.

5.1.2.1 Principais atividades desenvolvidas na região

Assim como foi feito com os produtores familiares, procurou-se identificar quais as principais atividades desenvolvidas na região na opinião dos técnicos. Por meio da análise das percepções realizada entre os diferentes atores sociais envolvidos neste estudo, será, posteriormente, realizada uma análise conjunta dessas diferentes percepções.

Na opinião dos técnicos, as principais atividades desenvolvidas pelos produtores familiares na região sul-mineira estão representadas no Quadro 11 e as justificativas para sua produção estão apresentadas no Quadro 12 .

A fruticultura é a atividade mais apontada pelos técnicos, que afirmam ser as culturas do maracujá, goiaba, banana e morango as mais desenvolvidas. Acreditam que a produção do maracujá e da goiaba destina-se ao consumo, à comercialização e conseqüentemente, à complementação da renda do produtor. A banana é produzida para consumo familiar, orientada pela tradição. O morango, além de ser um produto tradicional em algumas localidades do Sul

⁷ As cidades referentes às entrevistas realizadas com os técnicos encontram-se no capítulo Metodologia, tópico 4.2 Local de estudo.

mineiro, é um produto de melhor adaptação a pequenas áreas e ao clima dessas localidades. O figo, a manga e o limão também foram indicados entre as principais culturas exploradas, porém, com menos frequência:

A fruticultura ainda é para a subsistência. Alguns produtores de café começam a diversificar com banana, com fruta, pra diversificar a renda familiar, mas a grande maioria é apenas para o consumo (P., técnico).

QUADRO 11 Principais atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais desenvolvidas na região sul-mineira, na opinião dos técnicos entrevistados, 2003.

Fruticultura (16)	Grãos e cereais	Criações	Olericultura e horticultura	Produto industrializado	Outras
Maracujá (n 3)	Café (n 9)	Leite (n 8)	Horticultura (n 5)	Queijo (n 4)	Turismo (n 1)
Goiaba (n 3)	Milho (n 6)	Corte (n 3)	Mandioquinha salsa (n 1)	Artesanato (n 3)	Reflorestamento / eucalipto (n 1)
Banana (n 3)	Feijão (n 4)	Suinocultura (n 1)	Batata (n 1)	Quitanda (n 3)	-
Morango (n 2)	Arroz (n 1)	Avicultura (n 1)	-	Doces (n 2)	-
Figo (n 1)	-	-	-	-	-

Continua...

QUADRO 11. Continuação.

Fruticultura (16)	Grãos e cereais	Criações	Olericultura e horticultura	Produto industrializado	Outras
Manga (n 1)	-	-	-	-	-
Limão (n 1)	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Nos municípios de Lavras, Itumirim e Itutinga a fruticultura surgiu como resposta aos baixos preços do leite, ou seja, como uma alternativa de renda para os produtores, além da região possuir características edafoclimáticas que propiciem a produção de determinados tipos de frutas.

Por causa do preço do leite é que nós introduzimos o maracujá e a fruticultura na região. Surgiram outras atividades justamente para dar uma outra opção de renda para o produtor (J., técnico).

O café foi a segunda atividade mais indicada, orientada pela tradição - aqui entendida como anos contínuos de prática - bem como pela aptidão regional - que se refere às características edafoclimáticas propícias ao desenvolvimento de determinadas atividades. A produção do leite, produto também marcado pela tradição e aptidão regional, justifica-se pela facilidade de comercialização e geração de renda diária, semanal ou mensal e para o próprio consumo dos produtores. Essas considerações estão expressas nas afirmações abaixo:

O café e o leite fazem parte de um ciclo lá de trás. Foram as atividades pioneiras do Sul de Minas. Os produtores optaram por essas atividades por um fator histórico. Então, o leite é a atividade mais tradicional do Sul de Minas juntamente com o café (...) O leite é uma atividade que complementa as demais. Ele quer uma renda mensal, porque se fosse mexer com café, teria uma renda anual. Então ele precisa sobreviver, precisa de um dinheirinho no final do mês (E., técnico).

O café é cultural e histórico e a região, o clima, a geografia são propícias para a cultura (P., técnico).

O milho, além de ser comercializado, destina-se ao trato dos animais. É também utilizado para o consumo, juntamente com o arroz e o feijão:

O milho sempre foi plantado na região para subsistência do próprio leite. Plantava milho para tratar do porco, da galinha, da vaca. Depois, com a mecanização, as áreas de milho foram se expandindo e o produtor de leite hoje já compra ração pronta. Então milho que ele produz hoje é pra pôr no silo (H., técnico).

QUADRO 12 Justificativas apresentadas pelos técnicos entrevistados para o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais que consideram principais no Sul de Minas, 2003.

Consumo	Tradição	Comercialização	Trato animais ou adubo orgânico	Renda mensal	Complementação da renda familiar	Adaptação a pequenas áreas e clima	Aptidão
Arroz (n 1)	Café (n 7)	Milho (n 3)	Milho (n 2)	Leite (n 1)	Mandioquinha salsa (n 1)	Maracujá (clima) (n 1)	Horticultura (n 2)
Feijão (n 1)	Leite (n 9)	Figo (n 1)	-	-	Leite (n 1)	Milho (clima e topografia) (n 1)	Milho (n 2)
Milho (n 1)	Milho (n 1)	Goiaba (n 1)	-	-	Maracujá (n 1)	Café (clima) (n 1)	Leite (n 1)
Goiaba (n 1)	Fumo (n 1)	Leite (1)	-	-	Goiaba (n 1)	-	Café (n 1)
Banana (n 1)	Gado corte (n 1)	Maracujá (n 1)	-	-	Manga (n 1)	Morango (n 1)	Gado corte (n 1)
Limão (n 1)	Horticultura (n 1)	Horticultura (n 2)	-	-	Artesanato (n 1)	-	Feijão (n 1)
Maracujá (n 1)	Banana (n 1)	Feijão (n 1)	-	-	Doces (n 1)	-	-
-	Morango (n 1)	Hortaliças (n 1)	-	-	Hortaliças (n 1)	-	-
-	Batata (n 1)	Suinocultura (n 1)	-	-	-	-	-
-	-	Avicultura (n 1)	-	-	-	-	-
-	-	Reflorestamento (eucalipto) (n 1)	-	-	-	-	-
-	-	Fumo (n 1)	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Os produtos industrializados indicados pelos técnicos foram a produção do queijo, o artesanato, as quitandas e os doces e destinam-se ao consumo e complementação da renda familiar. A industrialização, mesmo que caseira, evidencia a presença da diversificação rural na região:

Das atividades principais têm também algumas coisas artesanais, por exemplo, as indústrias caseiras, que seriam os doces, bolachas, as quitandas. Nessas indústrias entra também a parte dos lácteos, queijo, requeijão, mussarela. Então, isso tem crescido bem. A própria EMATER promove treinamentos no meio rural pra fabricação de produtos defumados, queijo, artesanato (E., técnico).

De acordo com os técnicos, algumas atividades passaram a ser desenvolvidas em menores quantidades. É o caso da atividade do arroz e da cana-de-açúcar. No caso do arroz, a diminuição se deu devido à dificuldade de comercialização do produto e à falta de mão-de-obra para a produção. Especificamente no caso do município de Três Pontas, houve uma grande redução na produção de cana-de-açúcar, pelo fechamento da Usina Boa Vista para a qual destinava-se a produção. Pela facilidade encontrada na compra de determinados produtos, como quitandas, sabão, gordura de porco, rapadura, polvilho, açúcar mascavo, fubá e manteiga, eles deixaram de ser fabricados. Nota-se também uma redução na produção do café, que é explicada pelos baixos preços apresentados nos últimos anos, apresentando, mesmo assim, uma grande produção.

Partindo da concepção dos técnicos sobre as principais atividades desenvolvidas regionalmente, pode-se concluir que a diversificação vem sendo implementada na região. Prova disso é o surgimento de novas atividades, como fruticultura, arroz, feijão e milho, atreladas ao consumo e à complementação da renda por meio da comercialização. Nota-se, portanto, desvinculamento da cultura do “café com leite”, por muito tempo presente na região. Na próxima seção será discutido o caráter favorável ou não dessa diversificação.

5.1.2.2 A natureza favorável ou limitante da diversificação

No Quadro 13 estão as informações referentes à opinião dos técnicos sobre a diversificação, atribuindo-lhe caráter favorável ou limitante e suas justificativas.

QUADRO 13 Percepções dos técnicos entrevistados sobre a diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar no Sul de Minas, 2003.

Justificativa favorável	Justificativa limitante
Alternativa de renda	Ineficiência produtiva
Suporte para outras atividades	-
Mais opções de comercialização	-
Diminuição do risco	
Aumento da renda	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Na opinião dos técnicos, a diversificação é vista como um fator favorável para o desenvolvimento da agropecuária por representar a) alternativa de renda, b) diminuição do risco de se ter uma monocultura, c) proporcionar maiores opções de mercado e d) significar maiores condições de ganho e conseqüente aumento de renda para o produtor familiar. Os fatores que caracterizam a diversificação como favorável estão representados a seguir:

A diversificação é um fator favorável e super importante, justamente para se ter uma outra renda, principalmente para o pequeno produtor (J., técnico).

Você vai trabalhar com uma maior condição de ganho para o agricultor, se uma atividade não está indo bem, ele tem mais duas pra tentar cobrir aquela atividade que não está indo bem (A., técnico).

Acreditam também que a diversificação poderá ajudar na fixação do homem ao campo, pois, com suas propriedades diversificadas os produtores

terão acesso a melhores rendas e, conseqüentemente não irão procurar trabalho na cidade. Esse é mais um dos fatores que fazem com que os técnicos atribuam caráter favorável à diversificação, e que pode ser observado na fala transcrita:

Iria aumentar a renda deles, o pessoal ficaria na propriedade, não teria que sair mais dali, com renda melhor (S., técnico).

Apenas uma justificativa foi apresentada para a diversificação como um fator limitante e assemelha-se à condição apresentada pelos produtores familiares. Acredita-se que, quanto mais diversificada uma propriedade, menor o controle de sua eficiência produtiva em vez de expandir, o produtor “quebra”. Mesmo assim, acredita-se que os fatores favoráveis possuam maior peso na formação da percepção a respeito da diversificação que essa condição:

Diversificar para fugir do risco de se atrelar a uma monocultura. Eu sei que há controvérsia com relação a isso, porque você complica a tua gestão quando você tem diferentes atividades, mas eu acho que isso é pouco perto do risco de ficar seis anos com preço de café baixo. Ele que se organize pra gerir sua propriedade (S., técnico).

Na opinião dos técnicos, um dos fatores que poderão dificultar a diversificação é o tradicionalismo em dois sentidos distintos: primeiro, o fato dos produtores estarem “acostumados” a desenvolver determinadas atividades e segundo, pela falta de costume em desenvolver outras atividades. A desconfiança típica da região, representada pelo fato do produtor preferir esperar para ver se a nova atividade de seu vizinho vai dar certo para depois implantar em sua propriedade, foi outro fator limitante indicado pelos entrevistados. Esses aspectos que podem dificultar a implantação da diversificação na região estão contidos nos depoimentos a seguir:

A diversificação é viável, porém, limitada. Ela é viável porque tem clima, solo pra essas culturas. Mas tem mercado limitado e a gente precisa criar a condição de tradicionalismo, de cultura para essas atividades e isso não consegue do dia pro outro (...) (L., técnico).

Semelhante à concepção dos produtores familiares, a diversificação é considerada, de maneira geral, pelos técnicos, como favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira. A única justificativa apresentada que atribui caráter limitante à diversificação, também semelhante à justificativa apresentada pelos produtores, é o receio de que a realização simultânea de várias atividades possa acarretar ineficiência produtiva.

5.1.2.3 Principais alternativas para a diversificação

A importância da análise da percepção dos técnicos sobre as principais alternativas deve-se ao fato de possuírem certo poder de influência sobre os produtores, uma vez que os próprios produtores afirmaram serem os técnicos seus amigos e conselheiros. Então, possivelmente, os produtores irão seguir o que for estabelecido pelos técnicos. Em outras palavras, a decisão sobre com quais atividades será implementada a diversificação regional pode estar nas “mãos” dos técnicos.

Dentre as alternativas para a diversificação das propriedades (Quadro 14), a fruticultura foi a principal atividade indicada, principalmente as culturas do maracujá, pêssego e uva, por possuírem melhores condições de comercialização e representarem complementação da renda familiar.

A piscicultura e apicultura também foram apontadas e justificadas pela maior facilidade de comercialização. Devido à proximidade com o mercado consumidor e melhor adaptação a pequenas áreas e clima regional, a horticultura também foi considerada uma boa alternativa para a diversificação:

A fruticultura está em primeiro lugar, depois seria a piscicultura. Todas essas atividades são de alta renda, exigem pequenas áreas, utilizam mão-de-obra familiar e nós temos um potencial de clima, solo que serve pra elas. Acho que essas atividades seriam as principais. Elas não substituem o café, as complementam (E., técnico).

Poucos foram os produtos industrializados apontados como alternativas para a diversificação. Apenas a produção de doce e suco foram indicadas, mas com pouca expressão. Ou seja, embora a industrialização dos produtos tenha sido apontada pelos técnicos como uma das principais atividades atualmente desenvolvida pelos produtores familiares, não indicaram tais atividades como alternativas para a diversificação (Quadro 14):

Hoje existem aí alguns doces, uns diet da vida, mas o suco está em alta. Hoje, a juventude está preferindo tomar um suco do que um refrigerante, principalmente a donzela. A tendência do suco é crescer, é um mercado crescente e com um potencial muito grande. Já o doce é um mercado mais instável (E., técnico).

QUADRO 14 Possíveis alternativas para a diversificação sul-mineira na opinião os técnicos entrevistados, 2003.

Projetos ou atividades	Justificativa
Maracujá (n 5)	- Comercialização/mercado - Complementação da renda familiar - Melhor adaptação a pequena áreas e clima da região
Pêssego (n 2)	- Comercialização/mercado - Complementação da renda familiar
Uva (n 2)	- Comercialização/mercado - Complementação da renda familiar
Psicultura (n 2)	- Comercialização/mercado

Continua...

QUADRO 14 Continuação.

Projetos ou atividades	Justificativa
Apicultura (n 2)	- Comercialização/mercado - Exige menos do produtor
Horticultura (n 2)	- Proximidade com o mercado consumidor

	- Melhor adaptação com pequenas áreas e clima da região
Limão Taiti (n 1)	- Melhor adaptação a pequenas áreas e clima da região
Nectarina (n 1)	- Comercialização/mercado
Tomate (n 1)	- Comercialização/mercado
Alface (n 1)	- Comercialização/mercado
Sucos (n 1)	- Comercialização/mercado - Agregação de valor
Doces (n 1)	- Comercialização/mercado - Agregação de valor
Mamona (n 1)	- Comercialização/mercado
Reflorestamento (n 1)	- Comercialização/mercado
Cana-de-açúcar (n1)	- Comercialização/mercado
Goiaba (n 1)	- Complementação da renda familiar
Figo (n 1)	- Exige menos do produtor

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Os técnicos apresentaram outras opções para a diversificação, como a produção de tomate, alface, mamona, reflorestamento, cana e outros tipos de frutas (limão taiti, nectarina, goiaba e figo), de acordo com as características de cada microregião (Quadro 14).

A fruticultura foi apontada pelos entrevistados como melhor alternativa para a diversificação, assim como na percepção dos produtores familiares. Essa congruência de percepções pode ser considerada positiva, uma vez que o tipo de intervenção adotado pelos técnicos na interpretação dos produtores possui um caráter mais tutorial. Dessa forma, a possibilidade dos técnicos implementarem uma atividade que vá de encontro com os interesses dos produtores será maior. Também semelhante à percepção dos produtores, a diversificação rural é pouco interpretada como uma boa alternativa.

Procurando identificar de maneira mais precisa a percepção dos técnicos sobre a diversificação rural, serão agora apresentadas as possíveis contribuições e problemas acarretados pela implantação de agroindústrias na região. O ponto de partida desta discussão é a visão que os técnicos possuem sobre a agroindustrialização regional.

5.1.2.4 Contribuições e problemas acarretados pela implantação de agroindústrias

A forma como os técnicos interpretam as contribuições e problemas que possam ocorrer com a implantação de agroindústrias na região irá fornecer informações para que seja possível identificar se a diversificação rural vem sendo desenvolvida na região. Tais manifestações estão esquematizadas no Quadro 15.

Como os produtores familiares (Quadro 9), os técnicos acreditam que as agroindústrias representam um aspecto favorável ao desenvolvimento da agropecuária por representarem um aumento de renda para os produtores que terão valor agregado aos seus produtos (Quadro 15).

QUADRO 15 Contribuições e problemas com a implantação de Agroindústrias na região sul-mineira, na opinião dos técnicos, 2003.

Agroindústria do produtor		Grande agroindústria	
Contribuições	Problemas	Contribuições	Problemas
Agregação de valor (n 7)	-	Diversificação da produção (n 3)	Acirramento da concorrência (n 1)
Aumento da renda (n 3)	-	Aumento da renda (n 2)	Problemas ambientais (n 4)
Geração de emprego (n 2)	-	Geração de emprego (n 2)	Migração da mão-de-obra rural para indústria (n 1)
Incentivo à produção (n 2)	-	Evita o êxito rural (n 1)	Desvalorização da matéria-prima (n 1)

Continua...

QUADRO 15 Continuação.

Agroindústria do produtor		Grande agroindústria	
Diversificação da produção (n 2)	-	Garantia de mercado (n 1)	Pouco poder de barganha (n 1)
-	-	Aumento da produção (n 1)	Monopólio (n 1)
-	-	Melhoria no escoamento da produção (n 1)	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Acreditam também que a agroindústria seja “dos produtores” ou a “grande agroindústria” é responsável por estimular a produção regional e incentivar a implantação de novas atividades. Assim, a agroindústria pode ser considerada um estimulante para a diversificação, por representar um canal de comercialização garantido para os produtores. Conseqüentemente é vista como redutora de risco para os produtores, que não ficarão mais atrelados a uma única cultura. Se uma atividade não estiver indo bem ele terá outras atividades para cobrir aquela que vai mal. Afirmam que a diferença quanto às contribuições nesses dois tipos de agroindústria é que na “agroindústria do produtor”, haverá um maior agregação de valor ao produto.

Acreditam que os problemas serão decorrentes apenas das “grandes agroindústrias”, pelos seguintes fatores: a) aumento da concorrência, b) possíveis problemas ambientais, c) migração da mão-de-obra do campo para a indústria, d) desvalorização da matéria-prima pela formação de monopólios, por não pagarem aos produtores a valor justo pelo produto no caso de serem os únicos compradores existentes na região.

Assim como a implantação de agroindústria na região, outros fatores podem contribuir para formação da percepção dos atores quanto à diversificação como fator favorável ou limitante. Esses fatores serão agora apresentados, sob a perspectiva dos técnicos entrevistados.

5.1.2.5 Outros fatores favoráveis e limitantes

A diversificação deve ser analisada considerando todos os possíveis fatores que contribuam para a formação de seu significado, podendo ser caracterizada como favorável ou limitante. Neste item será verificada a maneira como a diversificação é percebida quando analisada juntamente com outros possíveis fatores favoráveis ou limitantes.

Dentre os outros fatores indicados como favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária sul-minera, a localização foi o fator mais citado, pela facilidade de escoamento da produção e por situar-se entre os grandes pólos comerciais: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (Quadro 16).

Fatores edafoclimáticos foram considerados favoráveis pelo fato das chuvas serem bem distribuídas e as estações bem definidas, favorecendo assim a diversificação, havendo várias opções para o desenvolvimento de novas de atividades. Outros fatores edafoclimáticos apresentados foram a fertilidade presente no solo, proporcionando um grande leque de opções para os produtores, as boas condições topográficas e abundância de águas:

O clima e solo da região fazem com que você tenha um leque de opções. Pode trabalhar aqui com café, com bovino de leite, com fruticultura, com piscicultura, com olericultura. Tudo isso aliado ao solo e ao clima, principalmente (E., técnico).

QUADRO 16 Outros fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira na opinião dos técnicos entrevistados, 2003

Fatores favoráveis	Fatores limitantes
Boa localização (n 9)	Falta de recursos financeiros (n 8)
Clima favorável (n 8)	Falta de organização do produtor (n 3)
Solo fértil (n 4) (fertilidade)	Tradicionalismo (n 3)
Mão-de-obra familiar (pequenas propriedades) (n 3)	Custo da produção (insumos) elevado (n 2)

Continua...

QUADRO 16 Continuação.

Fatores favoráveis	Fatores limitantes
Acesso à tecnologia (n 2)	Falta de política agrícola e de preço de garantia (n 2)
Implantação da fruticultura (n 2)	Presença de intermediários (n 2)
Boas condições de mercado (n 1)	Falta de agroindústria (n 1)
Alta renda per capita (n 1)	Má qualidade da terra (n 1)
Boas condições topográficas (n 1)	Falta de patrulha motomecanizada (n 1)
Abundância de água (n 1)	Competitividade com outras regiões com maior potencial (n 1)

Bom potencial vocacional (n 1)	Más condições topográficas (n 1)
Presença do turismo (agregação de valor) (n 1)	Tamanho da propriedade (n 1)
Tradição no trabalho agrícola (n 1)	Baixo nível de escolaridade dos produtores (n 1)
-	Pouco contato das academias (n 1)
-	Falta de infra-estrutura regional(n 1)
-	Deficiência nos serviços de assistência técnica
-	Monocultura (n 1)

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Pelo fato da própria família realizar o trabalho nas propriedades, não dependendo da mão-de-obra de terceiros e evitando possíveis problemas trabalhistas, a utilização da mão-de-obra familiar também foi apontada como favorável:

Elas próprias têm a sua mão-de-obra, então não necessitam de mais, pois empregam a sua mão-de-obra. Dessa forma, elas têm condições de desenvolver por si próprias e a mão-de-obra é um fator fundamental da produção (E., técnico).

O acesso à tecnologia e a fruticultura foi apontado como favorável pela presença de faculdades, universidades e escolas agrotécnicas na região e por representar uma alternativa de renda para o produtor, respectivamente. No caso da fruticultura, o clima propício para o desenvolvimento de algumas culturas frutíferas e a localização próxima aos CEASAS de Poços de Caldas, Pouso Alegre e Itajubá foram motivos que justificaram a percepção favorável dos entrevistados sobre a fruticultura como alternativa para a diversificação (Quadro 16):

Quando nós chegamos aqui, só existia leite. Então como opção de renda, uma alternativa de renda, nós optamos pela fruticultura e, dentro da fruticultura, o maracujá e nós vimos que a região tem um potencial muito grande e isso vem se expandindo (J., técnico).

A fruticultura é favorável pelo clima, pela proximidade da BR 381. Você tem CEASA em Poços de Caldas, em Pouso Alegre e Itajubá. Você não está longe de São Paulo. Então, em termos de consumo, a região é boa consumidora (E., técnico).

As boas condições de mercado, a alta renda per capita apresentada na região, o potencial turístico e as características culturais, como a vocação dos produtores e a tradição no trabalho agrícola, foram outros fatores considerados favoráveis pelos técnicos (Quadro 16).

Pelo menos com esse ponto, a pessoa não precisa se preocupar. Vai entrar na atividade do leite, por exemplo, vai se preocupar em ter um suporte para produzir, não precisa se preocupar em buscar um comprador de leite. O comprador de leite bate na porta dele. Milho também tem o comprador do milho, então, tem que se voltar mais a essa produção, mais pra dentro da propriedade mesmo, para fora está tranquilo (M., técnico).

Existe em Minas Gerais uma tradição na agricultura, de avô para pai e de pai para filho, embora o pessoal desloque para as cidades da região, mas acaba ficando parte da família na propriedade por questão vocacional. Por exemplo, meu avô era agricultor tem um filho agricultor. Sempre numa família entre quatro e cinco pessoas, mais da metade fica na roça, dois ou três até que saem (L., técnico).

Dentre os vários fatores limitantes citados, o principal foi a falta de recursos financeiros (Quadro 16) e que, muitas vezes, o recurso chega atrasado e faltando. Além disso, sua liberação é dificultada pela grande exigência de garantias dos órgãos responsáveis por sua distribuição. Outro fator limitante indicado foi a falta de organização dos produtores, dificultando ainda mais a liberação dos recursos. Uma alternativa sugerida para a possível solução desses problemas é a estruturação de uma associação, por acreditarem que conseguiriam mais facilmente o acesso ao crédito, por meio de um maior poder de argumentação e negociação:

A falta de organização leva à falta de recursos e com recursos consegue alguma coisa, mas, como não existe organização, então não existe o poder de reivindicação e a coisa fica solta (H., técnico).

Não tem dinheiro no mercado. Tem o PRONAF mas atende muito pouco o produtor. Então o Banco do Brasil vai emprestar e exige milhões de coisas, de garantias (S., técnico).

Fatores culturais como o tradicionalismo, citado anteriormente, como favorável na opinião de outro técnico, foi indicado também como fator limitante na percepção de outro entrevistado. Pelo fato desta pesquisa buscar a compreensão de percepções, é possível que o significado atribuído a um objeto seja diferente para os atores devido ao modo de interpretar (perceber) a realidade. Junto com o tradicionalismo, a desconfiança típica da região cria resistência à adoção de novas tecnologias e à implantação de novas atividades, fundamentado no receio de arriscar:

O tradicionalismo é fator cultural porque não se começou a produzir determinado produto ontem. São gerações produzindo isso. Eu acho que é cultural, mas também tem uma certa segurança que esse tipo de produto dá ao produtor, porque, como são produtos que já se produzem há muitas décadas, já se criou uma estrutura de comercialização definida. Então ele é avesso porque ele fala: “eu vou deixar o certo pelo incerto?” (S., técnico).

O alto custo de produção de algumas atividades, ocasionado pelos altos preços dos insumos, pela falta de políticas que possam garantir o preço dos produtos e pela presença de intermediários na comercialização, também foi apontado como limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar. A esse fator somam-se a ausência de agroindústrias na região para processar produtos oriundos da diversificação, a deficiência nos serviços de assistência técnica, o

baixo nível de escolaridade dos produtores dificultando a sua participação em eventos e cursos de capacitação e a falta de infra-estrutura regional (Quadro 16):

Se a gente pensa em piscicultura, você teria que ter uma indústria de processamento de pescado. Se pensa em fruticultura, tem que ter uma indústria de processamento de frutas. Então, para as opções que temos, nós não temos a indústria próxima. Então, isso impede realmente (H., técnico).

O nível de organização dos produtores será agora analisado pela importância de se conhecer o quanto o produtor está preparado para o trabalho participativo e conjunto na percepção dos técnicos.

5.1.2.6 Nível de organização dos produtores

A análise do nível de organização dos produtores na perspectiva dos técnicos justifica-se por ser um fator importante na implantação de novas atividades, uma vez que poderá conferir aos produtores um maior poder de reivindicação e negociação. Quanto mais organizado o grupo estiver, maior consciência terá sobre a importância de sua participação. Dessa forma, uma maior organização facilitaria o trabalho dos técnicos quando intervêm de forma participativa.

Na opinião dos técnicos entrevistados, a organização dos produtores é essencial para que eles consigam maior poder de reivindicação por recursos e negociação de seus produtos. Porém, afirmam que muitos produtores familiares da região ainda não possuem consciência de seu poder como grupo organizado:

O produtor, na verdade, não sabe a força que tem. Então, quando se fala em associativismo, o produtor fica meio assim: 'pra que vai servir isso?'. Ele não tem aquela consciência, aquela dimensão exata da força que teria se ele tivesse organizado. Uma coisa boa seria uma forte organização dos produtores para ir atrás do crédito (...) é muito mais

fácil um banco emprestar um recurso para uma associação já toda estruturada do que ficar pingando produtor isolado (E., técnico).

Alguns técnicos afirmaram que há uma resistência para a implantação do trabalho conjunto e acreditam que possa estar relacionada à desconfiança típica dos mineiros e ou falta de informação relacionada à baixa escolaridade dos produtores:

Tem aquele problema cultural, o mineiro tem aquela fama de ser desconfiado. Então, ele espera os outros irem. Na hora que vê que o negócio está sendo bom, ele vai (H., técnico).

Às vezes você não consegue juntar os produtores. Ainda, tem resistência, por causa de formação do próprio indivíduo (J., técnico).

O produtor é muito resistente. Você vai pra uma reunião, chama 50, vem 15, é difícil (...) O produtor é um ser muito difícil de ser associado (...) eu não sei se é questão cultural (E., técnico).

Esses fatores têm dificultado a formação de associações, pois acreditam que os produtores não estejam preparados para desenvolver um trabalho cooperativo, talvez pela presença marcante do individualismo e desunião que acreditam ser característicos da região:

Nós não fizemos uma associação ainda porque achamos, até agora, que esse grupo não está consciente para virar uma associação. Porque eu acho que associação, hoje, você encontra um monte por aí que não está apta para formar e trabalhar. Às vezes é uma associação mal feita e mal trabalhada (J., técnico).

O cooperativismo impera, mas, na prática, não funciona, porque o espírito de individualismo sobressai ao cooperativismo (...) Aqui no sul de Minas, eu creio que vai ser difícil mudar. Aqui predomina agricultores familiares individualistas (L., técnico).

Um outro fator que limita também é a desunião por parte dos produtores. Para você formar grupos e associações, não é muito fácil não (...) A gente tá sempre falando que o único jeito de vencerem essa crise é se associarem, porque sozinhos não vão a lugar nenhum (E., técnico).

Apesar de interpretações que enfatizam como um traço da cultura a desconfiança do produtor a práticas associativas, os técnicos afirmam que é extremamente importante incentivar a formação de associações, pois, por meio do espírito cooperativo torna-se mais fácil sua atuação junto aos produtores:

Eu acho que é importante a formação de associação porque você vai despertar o espírito cooperativo (...) Eu acho que se você consegue mais integração entre os produtores, facilita até o trabalho da EMATER. O nosso trabalho é basicamente voltado pra isso aí, o trabalho em grupo (J., técnico).

Reconhecem também que, mesmo com a desconfiança e resistência de alguns, existem produtores organizados em associações o que lhes tem garantido maior poder de negociação no mercado:

Eles estão juntando grupos de produtores, começando a instalar tanque de expansão. Já é um trabalho de associação, de grupo, associativismo. Colocando esse tanque em conjunto para o recebimento do leite, eles estão fazendo isso por causa desses obstáculos que tem, de preço no mercado, porque, com isso, eles estão recebendo um preço melhor do leite (J., técnico).

Os técnicos acreditam que há duas formas sobre as quais as organizações dos produtores se apresentam: na primeira, os produtores se unem somente para obter algum tipo de benefício e, na segunda, a união se estabelece sob a conscientização do produtor sobre a força do trabalho cooperativo:

Acho que a gente tem no sul de Minas duas formas de organização: aquela que nasce em função de recursos que apareceu e acaba

desmoronando logo depois e aquela que sente a necessidade de se organizar em associações e cooperativas e crescem a partir da organização. Sabem que o problema existe e é preciso encontrar uma solução e certamente aquele que está organizado tem uma visão mais clara do problema e do potencial da região (S., técnico).

As associações são organizadas, funcionam, mas têm pouco efeito prático (...) porque, embora sejam organizadas, não são unidas (...) Mas, se eu chegar e falar assim: eu vou dar um trator para vocês, aí elas fazem festas porque vão ganhar um trator. Mas, na medida que elas têm que trabalhar para ganhar esse trator, aí elas já agem diferente (...) Se eu dou um trator, eles se organizam, mas se eu não levo nada para a organização, eles não se organizam (...) Eles se organizam em função de alguma coisa que vão ganhar (L., técnico).

Na opinião dos técnicos, os sindicatos, outra forma de organização dos produtores, embora presentes na região, não têm desenvolvido um papel político atuante junto aos produtores, buscando melhores condições para o desenvolvimento das atividades, por exemplo, por meio de reivindicações por políticas que possibilitem maior acesso ao crédito ou garantia de preço para os produtos. Eles se atêm mais às questões trabalhistas e burocráticas, atribuindo um caráter assistencialista à organização:

O sindicato tem atuado mais no sentido dos direitos da classe, reivindicações da classe produtora. Ele não está entrando muito nessa área de produção e mercado (...) Ele fica muito restrito à parte de assistencialismo, à parte jurídica do produtor, à parte de reivindicações trabalhistas, serviços administrativos e nem tanto à parte de produção, de mercado. Os sindicatos poderiam estar reivindicando, já que o governo tem incentivado pouco as agroindústrias e o crédito rural. Ele poderia estar vendo até o poder de força que esses sindicatos exercem politicamente, se organizando através de federações, para que as políticas agrícolas aconteçam (E., técnico).

Outra forma de organização, as cooperativas, de acordo com os técnicos, está voltada mais ao atendimento dos interesses dos médios e grandes produtores

em termos de comercialização e capacitação profissional, visão muito próxima da manifestada pelas lideranças de produtores. Mas por outro lado, observam que as cooperativas facilitam a compra de insumos, que representa grande parte dos custos de produção para os produtores familiares. Talvez esse fato possa estar relacionado ao desconhecimento do produtor sobre o seu papel de cooperado, ou seja, não conhece sua importância como um membro do grupo e o seu nível de influência sobre a decisão na organização. Esse desconhecimento pode ser justificado pela falta de acesso à informação e à baixa escolaridade apontada tanto pelas lideranças de produtores quanto pelos técnicos.

A cooperativa contrata um pessoal pra fazer palestra, mas já é mais pros grande produtores, porque é direcionado mais para os grandes (E., técnico).

A cooperativa, ela própria financia o adubo para os produtores. Ela funciona muito bem aqui. Sem a cooperativa nós estávamos perdidos (E., técnico).

Em linhas gerais, os técnicos acreditam que ainda há uma grande resistência quanto ao trabalho conjunto. Afirmam que os produtores, muitas vezes, se unem em associações, apenas para conseguirem alguns benefícios. Afirmam que se organizam para obterem benefícios próprios e momentâneos e não por estarem conscientes de que o trabalho conjunto acarretará em aumento de poder de reivindicação e negociação. Além disso, as cooperativas e sindicatos têm “deixado a desejar” pois nem estão preocupados em buscar as melhores alternativas para os produtores familiares.

Percebe-se, ainda, que os técnicos atribuem importância à organização dos produtores familiares por acreditarem que isso poderá facilitar seu trabalho. Isso irá depender também da forma como os técnicos percebem seu próprio trabalho. Ou seja, o fato dos produtores serem organizados será positivo se a

atuação dos técnicos se fizer sob a forma de intervenção participativa. Isso será analisado no próximo item.

5.1.2.7 Atuação dos técnicos

A atuação dos técnicos poderá influenciar as possibilidades de diversificação para região. Se a intervenção se der de maneira participativa, a decisão sobre a adoção de novas atividades será definida pelos produtores, juntamente com a orientação dos técnicos, considerando as melhores possibilidades de acordo com as potencialidades regionais. Por outro lado, se possuir caráter tutorial; a decisão sobre o que implantar caberá aos técnicos, restando aos produtores somente a execução.

Na opinião dos técnicos, o trabalho que vêm desenvolvendo na região, além da assistência técnica nos cuidados com a lavoura, da busca de recursos para o produtor, da preocupação com uma melhor capacitação aos produtores, citados pelos produtores familiares, preocupam-se também com o processo de organização e conscientização dos produtores sobre o trabalho cooperativo e sua participação no processo de tomada de decisão:

Ela[EMATER] tenta orientar através de informações aos produtores, orientando o produtor sobre qual a melhor época de plantar, como produzir a um menor custo e a época de vender a um melhor preço (L., técnico).

No caso de recursos financeiros, o que a gente tem procurado é sensibilizar os agentes financeiros. Isso é muito relativo, porque negócio de crédito rural depende do gerente. Tem lugar que flui numa boa, noutros não. O que interessa é sensibilizar o gerente ou o responsável pelo crédito rural, a montar um esquema mais viável, para ver se eles conseguem mais recursos para a região (E., técnico).

A gente trabalha com o agricultor familiar e tenta promover o associativismo (...) Isso é uma meta da EMATER, montar um Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável em todos os municípios de Minas

(...) a gente tá tentando articular de uma certa forma para que a agricultura tenha a representatividade e exista essa organização (E., técnico).

A EMATER é basicamente o seguinte: a gente está na linha de frente. Então, você levanta a necessidade, forma e trabalha com os grupos. Você gerencia o grupo. Então, nós temos o grupo de leite, os produtores de maracujá, temos os grupos de jovens no meio rural também. Então, a gente trabalha basicamente na linha de frente levantando as necessidades e as potencialidades. Você tem que trabalhar também com o potencial que a comunidade te oferece (...) Você levar alguma coisa e trabalhar junto com eles tanto na parte de produção e na parte de comercialização (J., técnico).

A partir da percepção dos técnicos sobre o tipo de trabalho que realizam e a maneira como o fazem, é possível identificar uma forma de intervenção mais próxima do caráter participativo-educativo, uma vez que afirmam buscar o envolvimento e a participação dos produtores desde o levantamento das potencialidades e limitações de cada município até a elaboração de propostas para o desenvolvimento regional.

EMATER, juntamente com o município, todo ano, ela negocia programas que são levantados das demandas dos produtores. Então, a gente parte das culturas tradicionais que são desenvolvidas em cada município e a gente procura trabalhar com outros programas que são fomentados a nível do produtor ou por parte do próprio poder municipal (...) Então, a EMATER, juntamente com o município senta, elabora os projetos. Esses programas aponta qual público vai ser atendido, qual público vai participar de cada programa. Então, a EMATER acompanha, orienta. Mas, a maior função da EMATER, hoje, ela trabalha como agência de desenvolvimento da agropecuária do município (...). Dentro desse trabalho você tem a assistência técnica, tem os aspectos de extensão rural, que é a parte de educação do produtor, colocando tecnologia ao alcance de todos (E., técnico).

Mesmo desenvolvendo um trabalho que envolva organização e participação dos produtores, as maiores preocupações dos técnicos ainda são

relativas aos cuidados que os produtores devem ter da “porteira pra dentro”. Estes se referem aos cuidados que se deve ter para evitar pragas e doenças em suas lavouras, cuidados com colheita e aumento de produtividade, entre outros, como observa um dos técnicos entrevistados:

Eu confesso que, por enquanto, a nossa preocupação maior ainda está sendo voltada para dentro da propriedade, a questão mais técnica. Mas a gente não deixa de estar olhando a questão de fora, questão do mercado (M., técnico).

Segundos alguns técnicos, para o melhor desenvolvimento de seu trabalho, a EMATER tem buscado estabelecer parcerias com outros órgãos, como sindicatos, cooperativas, prefeituras, buscando a melhoria das condições infra-estruturais, financeiras e de produção para os produtores familiares:

O nosso trabalho é focado em parcerias com o sindicato dos produtores rurais, sindicato dos trabalhadores, prefeitura municipal através da secretaria municipal de agricultura e as cooperativas (E., técnico).

Como pode-se perceber, os técnicos consideram seu trabalho importante para os produtores não apenas no sentido de lhes prestar assistência em suas propriedades. Há também a preocupação de buscar melhores condições de crédito e uma maior capacitação profissional. Além disso, consideram importante a organização dos produtores e afirmam estar buscando estimular um processo de conscientização sobre a importância do trabalho cooperativo. Além disso, possuem consciência sobre a necessidade de buscar o estabelecimento de parcerias com outros órgãos, inclusive as prefeituras municipais.

A percepção dos representantes do governo municipal, considerando as mesmas questões analisadas sobre a percepção dos produtores familiares e técnicos a respeito da diversificação, será assunto da próxima seção.

5.1.3 Percepção dos representantes do governo municipais

Agora será analisada a forma como os representantes do governo local percebem a diversificação, de forma a lhe atribuir caráter favorável ou limitante. Esse ator, juntamente com o governo estadual e federal, pode ser considerado um dos responsáveis pelo estímulo ou desestímulo à implantação de novas atividades por meio da concessão de créditos, subsídios ou benefícios.

Os representantes do governo local (RGL) compreendem os prefeitos, secretários municipais da agricultura. Foram entrevistados doze representantes do governo dos onze municípios estudados.

5.1.3.1 Principais atividades desenvolvidas na região

A principal atividade desenvolvida na região, na opinião dos representantes do governo local (RGL), é a fruticultura, pelas condições climáticas e facilidade de manejo, predominando as culturas do maracujá, banana e morango, que se destinam à comercialização (Quadro 17):

O maracujá é exportado, produzido e vendido também para fábricas que beneficiam em forma de suco. Os produtores optaram pelo maracujá por acharem uma cultura fácil de lidar, uma cultura barata, não gasta muito, quase não há prejuízo e está em expansão (J., RGL).

O morango é produzido por causa do clima. Ele foi sozinho, ele cresceu sozinho, porque o clima é favorável. O morango gosta do clima frio. Solo e clima que influenciou. (P., RGL).

QUADRO 17 Principais atividades (agrícolas, pecuárias, industriais, artesanais) desenvolvidas na região sul-mineira, na opinião dos técnicos entrevistados, 2003.

Atividades					
Fruticultura	Grãos e cereais	Criação	Olericultura e horticultura	Produtos industrializados	Orgânico
Maracujá (n 4)	Café (n 7)	Leite (n 8)	Batata (n 4)	Doces (n 8)	-

Banana (n 3)	Milho (n 7)	Gado Corte (n 4)	Mandioca (n 2)	Artesanato (n 5)	-
Morango (n 2)	Feijão (n 7)	Frango Caipira (n 1)	Tomate (n 1)	Queijo (n 2)	-
Pêssego (n 1)	Arroz (n 4)	Suínos (n 1)	Cenoura (n 1)	Pinga (n 2)	-
Maxixe (n 1)	Soja (n 1)		Abóbora (n 1)	Taboa (n 1)	-
Morango (n 2)	Cana (n 1)	-	-	Açúcar mascavo (n 1)	-
Ameixa (n 1)	-	-	-	-	-
Acerola (n 1)	-	-	-	-	-
Citrus (n 1)	-	-	-	-	-
Goiaba (n 1)	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

A segunda atividade mais citada foi a pecuária leiteira e, em seguida, o café (Quadro17), produzidos, segundo os RGL, principalmente pela tradição (Quadro 18):

O leite é uma coisa que já vem de raiz, uma coisa de cultura do campo. Eu acho que a primeira coisa que o homem fez foi comprar uma vaquinha e começar explorar, tirar o leite, para o alimento das crianças e da própria família. Depois, em maior escala pra vender, comercializar, pra negociar pro laticínios (J., RGL).

O milho e o feijão foram também atividades que figuraram com grande frequência nos depoimentos dos RGL como atividades agrícolas desenvolvidas na região, uma vez que 7 dos 12 representantes dos governos locais (58%) apontaram estes produtos (Quando 17). Segundo esta categoria de atores, a produção destes produtos fundamenta-se nos objetos de orientação “tradição”, “subsistência” e “comercialização” (Quadro 18). Os depoimentos a seguir complementam as informações do Quadro 18.

80% da produção do milho é para subsistência, para a criação do frango caipira, para sustentação da família, para aves, suínos, pequenos animais. O feijão é para subsistência também (P., RGL).

Os cereais, milho e feijão aconteceram com a colonização portuguesa. Eu não sei te dizer porque; seria tradição também. E 80% são para subsistência e 20% para comercialização (J., RGL).

QUADRO 18 Justificativas para o desenvolvimento das principais atividades (agrícolas, pecuárias, industriais e artesanais), na opinião dos representantes do governo entrevistados, 2003.

Consumo	Tradição	Comercialização
Milho (n 4)	Café (n 3)	Milho (n 3)
Feijão (n 2)	Leite (n 3)	Feijão (n 2)
Arroz (n 2)	Milho (n 1)	Café (n 2)
Batata (n 1)	Feijão (n 1)	Fruticultura (n 2)
Mandioca (n 1)	-	Morango (n 2)
Aguardente (n 1)	-	Doce (n 2)
-	-	Artesanato (n 2)
-	-	Horticultura (n 1)
-	-	Maracujá (n 1)
-	-	Soja (n 1)
-	-	Farinha (n 1)
-	-	Olericultura (n 1)
-	-	Batata (n 1)
-	-	Leite (n 1)

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Outras atividades como arroz (produção para consumo), criação de gado (destinada a comercialização) e as culturas de batata e mandioca (para comercialização e consumo respectivamente) foram também indicadas (Quadros 17 e 18).

A industrialização de produtos foi mais indicada por esses atores que pelos produtores e técnicos. A produção de doces, o artesanato (com utilização da fibra de bananeira) e a fabricação de queijo e pinga foram as principais atividades industriais apontadas. Os três primeiros são produzidos para a comercialização e a aguardente para o consumo próprio.

A gente pode continuar trabalhando com a bovinicultura de leite mas, agregando valor. Então, trabalhando com laticínios melhores, com queijos melhores, mesmo dentro da fruticultura, não trabalhar só com produto in natura. Trabalhar com produto processado, que vai agregando valor e isso vai melhorando a rentabilidade mesmo do produto, o retorno que o produtor vai ter (...) A gente tem também visto que várias matérias-primas de origens agrícolas podem ser utilizadas no artesanato local. Então, isso tem agregado bastante valor a uma outra linha de trabalho que, às vezes, a gente ia jogar fora o talo da bananeira. Mas, o pessoal está utilizando a fibra da bananeira que vem do pseudo-caule e isso virou um produto super rico, de valor agregado muito grande e que está sendo exportado (K., RGL).

Embora o arroz tenha sido apontado como uma das principais atividades desenvolvidas para o consumo, alguns representantes do governo afirmam que essa atividade está sendo abandonada pelos produtores, por causa do preço e da dificuldade de comercialização. A cana-de-açúcar é outra atividade já desenvolvida na região e foi abandonada por falta de recursos. Pela maior facilidade de compra no mercado local, a rapadura e o fubá também deixaram de ser produzidos.

5.1.3.2 A natureza favorável ou limitante da diversificação

Ao contrário dos produtores familiares e técnicos, todos os representantes do governo municipal consideram a diversificação como um fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, não sendo identificado nos seus depoimentos nenhum fator que pudesse ser classificado como limitante (Quadro 19).

QUADRO 19 Percepções sobre a diversificação como fator favorável ou limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira dos entrevistados, 2003.

Justificativa favorável	Justificativa limitante
Diminuição do risco	-

Alavancagem do desenvolvimento agropecuário	-
Alavanca comércio interno externo	-
Agregação de valor ao produto	-
Maior ocupação de mão-de-obra familiar	-
Fixação do homem ao campo	-
Aumento da renda	-
Geração emprego	-
Alternativas de renda	-
Aumento da arrecadação do município	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Acreditam que a diversificação diminui o risco do produtor em manter uma única atividade, possibilita agregação de valor aos produtos (diversificação rural), gerando mais trabalho e renda, estimulando o desenvolvimento da região e incentivando o produtor a se manter na terra:

Diminui o problema de risco, problema de ocupação da própria mão-de-obra dele (...) No caso do morango, eles trabalham 6 meses por ano, depois ficam 6 meses à toa (...) Se tivesse uma diversificação, uma agroindústria, um cultivo de cana, uma produção de cachaça, intensificar o crochê, o tricô, para ocupar a mão-de-obra feminina. Então, essa diversificação é necessária para fixar o pessoal no campo (P., RGL).

Justamente por causa da fertilidade das terras nossas, então, é, logicamente vai produzir bastante, vai aumentar a renda do produtor e gerar emprego para o município, logicamente vai aumentar a arrecadação (J., RGL).

Dá mais opções à família de ter os seus recursos garantidos, pois você planta, por exemplo três, quatro coisas, uma está ruim de preço, mas a outra pode estar boa. Então, dá um certo equilíbrio econômico à propriedade (J., RGL).

Os RGL consideram a diversificação como um alternativa totalmente favorável para estimular o desenvolvimento regional. Dessa forma, tornar-se interessante verificar quais seriam as melhores alternativas para diversificação na opinião desses atores.

5.1.3.3 Principais alternativas para a diversificação

A fruticultura e a piscicultura foram as atividades consideradas como melhores alternativas para o desenvolvimento agropecuário da região, por representarem uma alternativa de renda e apresentarem mercado favorável (Quadro 20). Outra justificativa para a fruticultura foi a presença de clima favorável ao desenvolvimento de determinadas culturas:

Então, o clima aqui favorece várias atividades, como a fruticultura, que é uma opção para a região (K., RGL).

QUADRO 20 Possíveis e melhores alternativas para a diversificação sul-mineira na opinião dos representantes do governo local entrevistados, 2003.

Projetos ou atividades	Justificativa
Piscicultura (n 3)	- Subsistência - Comercialização - Alternativa de renda

Continua...

QUADRO 20. Continuação.

Projetos ou atividades	Justificativa
Fruticultura (n 3)	- Alternativa de renda - Mercado - Clima
Turismo rural (n 2)	- Tendência por causa do clima, da beleza, abundância das águas.
Palmito (n 2)	- Mercado garantido/parceria com agroindústria - Alternativa de renda - Porque outros municípios fizeram e deu certo
Mamona (n 2)	- Alternativa de renda
Frutilavras (n 1)	- Agregação de valor
Vermicultura (n 1)	- Alternativa de renda
Galinha caipira (n 1)	- Alternativa de renda
Goiabada (n 1)	- Alternativa de renda
Horticultura (n 1)	- Alternativa de renda
Reflorestamento (n 1)	- Porque outros municípios fizeram e deu certo - Alternativa de renda
Agricultura orgânica (n 1)	- Alternativa de renda
Plano Municipal de	- Para levantar os problemas e potencialidades da região

Desenvolvimento Sustentável (n 1)	
Banana (n 1)	- Clima propício
Maracujá (n 1)	- Clima, solo propícios - Mercado

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

Ao indicarem o turismo rural como uma possível alternativa de desenvolvimento rural, os RGL associaram essas atividades com os objetos situacionais de natureza edafoclimáticas e ou beleza da região, caracterizada por montanhas, abundância de águas e clima ameno (Quadro 20):

Existe este projeto de agroturismo. A tendência desta região é o turismo rural. Poderia surgir aqui é um cinturão verde (...) A tendência é o turismo rural, por causa do clima, da beleza, abundância das águas (P., RGL).

A produção de palmito, extraído da palmeira real, também é considerada uma boa alternativa de renda para os produtores, por apresentar garantia de mercado e por ser uma atividade desenvolvida de forma favorável em outros municípios. Acreditam que, pelo fato da atividade ter sido bem sucedida em outra região, certamente o mesmo ocorrerá no Sul de Minas. A mamona é considerada uma alternativa viável, pois o seu óleo possibilita a produção de combustível alternativo, o biodiesel. Dessa forma, certamente terá um mercado garantido nos próximos anos:

O objetivo nosso é a produção de biodiesel que todo mundo consome, que é um combustível ecologicamente correto, é substituto do óleo diesel comum que vem do petróleo. Então, é uma coisa que pode gerar, que pode não, que gera lucro e gera emprego. Eu acho que o problema maior é o desemprego e com essa diversificação vai dar condição do pequeno e médio produtor, que a maioria deles está plantando mamona, cuidando e tendo uma renda, segurando no caso, o êxodo rural. Acho muito interessante (M., RGL).

Como pode-se perceber, a fruticultura foi apontada pelos diferentes atores sociais entrevistados como a principal alternativa para a diversificação. Assim sendo, pode-se concluir que a diversificação agrícola ainda é tida como a melhor opção para o desenvolvimento agropecuário. As alternativas associadas à diversificação rural ainda são poucas. A implantação de agroindústrias, uma das formas de diversificação rural existentes, juntamente com suas conseqüências positivas e negativas para região, será apresentada na próxima seção.

5.1.3.4 Contribuições e problemas acarretados pela implantação de agroindústrias

A percepção dos RGL quanto às possíveis contribuições e problemas que podem surgir com a implantação de agroindústrias na região, permite verificar se, na opinião desses atores, há relação diretamente proporcional entre a diversificação rural e agrícola, ou seja, se por meio da criação de agroindústria pode surgir um estímulo à adoção de novas atividades agrícolas.

O Quadro 21 apresenta a opinião dos representantes do governo local com relação às contribuições e problemas que as agroindústrias podem trazer para a região.

Com relação à criação de agroindústrias pelos próprios produtores, acreditam que será um incentivo à produção, pois agregará valor aos seus produtos, aumentando sua renda e, conseqüentemente, estimulando o produtor a permanecer no campo, além de gerar mais emprego. O único problema que poderia surgir é com relação à venda dos produtos após a industrialização. Ou seja, será necessária a organização desses produtores para garantir o funcionamento da agroindústria e os canais de comercialização (Quadro 21). Esse modo de perceber a agroindustrialização é ilustrado pelas seguintes declarações:

Eu acredito na agroindústria caseira, na agroindústria que envolva a família, ou seja, a agricultura familiar que vai expandindo até ela trabalhar com produtos processados, agroindustrializados. Principalmente na nossa microrregião, por causa de clima, de local, da região possuir muitos pequenos produtores e pela região não possuir grandes áreas [propriedades] (...) Existe muito mais pequenos produtores e, para eles terem algum retorno, eles têm que estar trabalhando de uma forma mais eficaz e pra eles trabalharem de uma forma mais eficaz, eles têm que gastar menos pra ter um retorno melhor (K., RGL).

Olha, a agroindústria, hoje, é peça fundamental para o processamento dos produtos agropecuários e para geração de empregos. Como o município e a região nossa aqui, o extremo Sul, a produção de olerícolas é enorme, a necessidade de transformação desses produtos também é muito grande. O que perde desses produtos aqui na região é uma quantidade enorme. Poderíamos desidratar morangos agora no mês de agosto, setembro e comercializar toda essa produção de morango desidratado com o mercado europeu (J., RGL).

QUADRO 21 Contribuições e problemas com a implantação de agroindústrias na região sul-mineira, na opinião dos técnicos entrevistados, 2003.

Agroindústria do produtor		Grande agroindústria	
Contribuições	Problemas	Contribuições	Problemas
Geração de empregos (n 5)	Não conseguir vender a produção (n 1)	Geração de emprego (n 3)	-
Agrega valor ao produto (n 4)	-	Estimulam a produção (n 2)	-
Aumento da renda (n 2)	-	Estimulam a diversificação (n 2)	-
Fixa o homem ao campo (n 2)	-	Melhoria no armazenamento (n 1)	-
Incentivo à produção (n 2)	-	Maior consumo de produto (n 1)	-
Complementação renda familiar (MO mulher) (n 1)	-	Diminui o custo de transporte (n 1)	-
Diminuição de custos (transporte) (n 1)	-	Fixa o homem ao campo (n 1)	-
Incentivo ao trabalho familiar cooperativo (n 1)	-	Aumento da renda (n 1)	-
		Garantia de mercado (n1)	

Fonte: Dados da pesquisa.
n = número de vezes que a atividade foi citada.

O estímulo à diversificação agrícola e à produção pela garantia de mercado, assim como a geração de emprego para a região (Quadro 21) é a principal contribuição que os representantes do governo local acreditam que a implantação de uma agroindústria maior poderá trazer para a região:

Alguém que industrializa, uma Danone ou uma fábrica de polpa. Aqui, os maiores fabricantes que têm fica em outra região que é a Carbonare, Ricaelli e Demark, que pega muito morango para doce aqui. Então, tinha que ser aqui em Minas mesmo para vender melhor, porque o custo de transporte para vender lá fica em R\$1,00 por caixa com 5 kg de morango. Aí acaba ficando tudo no meio da estrada o dinheiro (P., RGL).

Por meio das opiniões dos RGL, pode-se concluir que há uma relação direta entre a diversificação rural e agrícola, uma vez que a implantação de agroindústria, considerada uma forma de diversificação rural, irá impulsionar a adoção de novas atividades, pela garantia de canal de comercialização dos produtos.

Outros fatores, tidos como favoráveis ou limitantes na visão dos RGL, podem contribuir para a formação de sua percepção quanto à diversificação como um meio ou condição. Essa análise será realizada na próxima seção.

5.1.3.5 Outros fatores favoráveis ou limitantes

Na formação do significado atribuído à diversificação torna-se necessária a compreensão do contexto em que os atores estão inseridos e que é formado por um conjunto de objetos de orientação compreendidos de maneira diferenciadas, conforme a realidade de cada ator social. Por isso a necessidade de se analisar outros possíveis fatores que podem influenciar de maneira

favorável ou limitante a forma como os atores percebem a adoção de novas atividades.

Na opinião dos RGL, o principal fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira é o clima, por possuir estações bem definidas, bom índice pluviométrico e por favorecer a implantação de novas atividades (Quadro 22). O solo e a topografia foram indicados pela fertilidade e possibilidade de mecanização característica da região (Quadro 22). Esses fatores citados são classificados neste estudo como edafoclimáticos. Outros fatores favoráveis citados foram o tradicionalismo, a altitude e o turismo rural (Quadro 22). As seguintes declarações ilustram este modo de perceber o ambiente em que atuam:

É um clima distinto. Tem um verão, um inverno, uma primavera, tem definições pluviométricas. São fatores que ajudam muito. Tanto que temos culturas que são das águas, da seca, tem a vegetação e tem a irrigação no inverno. São definidas as estações (P., RGL).

Também é o fator favorável que nós podemos dizer aí é a parte de topografia, onde existe áreas favoráveis para o cultivo principalmente do milho, do café, e de outras culturas. Apesar de ser uma área com topografia bastante elevada, há áreas boas para o plantio. Hoje, está entrando a soja aqui, que requer mecanização e tem áreas aqui que possa trabalhar colhedoras, dessas que vocês conhecem, e para o milho também. A topografia ajuda muito aqui no Sul de Minas (J., RGL).

QUADRO 22 Outros fatores favoráveis e limitantes para o desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, na opinião dos representantes do governo familiares entrevistados, 2003.

Fatores favoráveis	Fatores limitantes
Clima favorável (n 9)	Falta de recursos (n 8)
Boa localização (n 6)	Presença de atravessadores (n 3)
Solo fértil (n 5)	Más condições topografias (n 1)
Boa topografia (n 3)	Fator cultural (n 1)
Tradicionalismo (n 2)	Falta de orientação (n 1)
Boa altitude (n 2)	Baixo preço do produto (n 1)
Presença turismo rural (n 2)	Falta de capacitação (n 1)
Presença de rio (n 1)	Tradicionalismo/desconfiança (n 1)

Fácil acesso a tecnologias (n 1)	Baixo nível de escolaridade dos produtores (n 1)
Fácil acesso a informação (n 1)	Baixa lucratividade (n 1)
Fácil acesso ao crédito (n 1)	Má infra-estrutura (n 1)
Criação de programas específicos (n 1)	Altos Encargos (n 1)
Boa estrutura fundiária (n 1)	Falta de profissionalismo (n 1)
Presença de mão-de-obra familiar (n 1)	Baixo associativismo (n 1)
Presença de agroindústrias de produtores (n 1)	Baixa qualidade do produto (n 1)
-	Más condições de Transporte (n 1)

Fonte: Dados da pesquisa.

n = número de vezes que a atividade foi citada.

A localização foi indicada como favorável devido à proximidade com os grandes centros consumidores (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), centros de abastecimento (CEASAS de Pouso Alegre e Poços de Caldas) e o porto de Santos (Quadro 22):

Devido aos CEASAS próximos, centros de abastecimento, empresas que consomem o que nós produzimos aqui. Temos o CEASA aqui de Poços, pequeno, mas temos. Temos o de Pouso Alegre; não muito distante seria o de Campinas. Também não muito distante, Santos, no caso para exportação, São Paulo, Rio de Janeiro. Então, a localização nossa é perfeita para isso, para escoamento de produção (R., RGL).

A gente tá entre as três maiores capitais: Belo Horizonte, São Paulo e Rio. A gente tá meio centralizado nessa região (A., RGL).

Outros fatores indicados como favoráveis receberam uma citação (Quadro 22). O fácil acesso à tecnologia e à informação está associado à existência no Sul de Minas de cursos superiores e técnicos em ciências agrárias, escritórios da EMATER, estações experimentais da EPAMIG, Cooperativas, etc., bem como a presença de emissoras de rádio, televisão e edição de jornais em vários municípios, O RGL que apontou o “fácil acesso ao crédito” relacionou este fator com a presença do PRONAF na região. Já a presença da mão-de-obra familiar relaciona-se com a presença de número significativo de pequenas propriedades na região. A boa estrutura fundiária refere-se à

predominância de pequenas propriedades que, em certo sentido, está associada à presença de mão-de-obra da família.

Dentre os fatores limitantes (Quadro 22), a falta de recursos foi o mais indicado pelos RGL, justificada pela falta de apoio do governo federal, inexistência de uma política de preço mínimo, atraso na chegada dos recursos, falta de investimentos em projetos que agreguem valor aos produtos agrícolas e a própria deficiência em termos quantitativos dos recursos que são insuficientes para a quantidade de produtores existentes e necessitados:

O governo [federal], nessa parte, deixa a desejar. Essa nossa região parece que é a região mais esquecida pelo governo do estado. O povo da região comenta isso e nós temos sentido isso na pele (R., RGL).

Falando a grosso modo: dinheiro, empréstimos, mais empréstimos para os produtores rurais, para que eles pudessem adquirir insumos, maquinários, sementes, adubos. Tudo isso, se o governo federal desse incentivo, a gente seria auto-sustentável. Não estaria nessa, como diz, nessa não digo miséria, mas não estaria passando as dificuldades que passam atualmente (J., RGL).

O governo precisava dar mais apoio, precisava dar mais...vamo supor, um preço de garantia do produto, trocar as dívidas antigas por produto (A., RGL).

A presença dos atravessadores, dificultando a comercialização foi o segundo fator mais indicado como limitante (Quadro 22), fazendo, na visão dos representantes do governo municipal, com que grande parte do lucro do produtor fique nas mãos desses intermediários:

Tem a presença do atravessador, mas eu acho que o básico disso tudo é a falta de capitalização do setor produtivo. O produtor só produz. Ele não sabe as informações da porteira para fora. São os outros que põem valor no seu produto e falta conhecer o mercado comprador (M., RGL).

A topografia, embora tenha sido indicada por alguns RGL como favorável pela possibilidade de mecanização, foi apontada por outros como limitante pelo fato da região se caracterizar por relevo de montanhas que dificultam a mecanização (Quadro 22). Essa aparente controvérsia de opiniões pode ser explicada pela heterogeneidade topográfica existente na região. Alguns municípios possuem o relevo mais acidentado e inclinado, dificultando a implantação de máquinas agrícolas, enquanto outros possuem uma topografia mais regular, favorecendo a mecanização:

A qualidade, a fertilidade, são boas. Só que temos um fator desfavorável, que é a questão topográfica da região. Por isso, a característica daqui são de pequenos produtores, porque se fossem grandes produtores teria que ser mecanizada, mas a topografia não permitiria (P., RGL).

A falta de capacitação dos produtores para a adoção de novas atividades, o alto custo do produto ocasionado pelos preços dos insumos e encargos sociais, o tradicionalismo, a desconfiança típica dos mineiros, o baixo nível de escolaridade dos produtores, a falta de profissionalismo do produtor e o baixo nível de associativismo na região foram alguns entre outros fatores limitantes citados (Quadro 22):

E o que dificulta também um pouco é a própria falta também de orientação de como trabalhar, então, curso assim de qualificação, uma coisa nessa área (J., RGL).

“Baixa qualidade do produto” e “más condições de transporte” também figuraram entre o conjunto de fatores relacionados como limitantes pelos RGL (Quadro 22). Atribui-se a “baixa qualidade do produto” como sendo um resultado de confluência de diferentes fatores anteriormente citados, tais como, falta de recurso, falta de capacitação, falta de profissionalismo e

tradicionalismo/desconfiança. O potencial negativo deste fator está associado ao fato do consumidor urbano rejeitar os produtos regionais em favor dos produtos originados em outras regiões ou estado. A “má condição de transporte” resulta da falta de manutenção da malha rodoviária federal, estadual e municipal que integra o Sul de Minas às demais regiões mineiras e a outros estados, encarecendo o transporte e ocasionando perda dos produtos.

Recapitulando, os RGL também citaram os fatores edafoclimáticos como favoráveis e também consideram que podem facilitar a diversificação agrícola, pelo fato da região apresentar estações bem definidas e solo com boa fertilidade, o que favorece a adoção de novas atividades. A localização favorável poderá facilitar a comercialização desses novos produtos, devido à proximidade dos grandes centros consumidores, embora na opinião de alguns RGL, este fator positivo pode ser atenuado pela baixa qualidade do produto e má conservação da malha viária regional. Também a falta de apoio do governo federal, devido à escassez de recursos, desestimula a implantação de novas atividades, assim como a presença de atravessadores na comercialização, retendo grande parte do valor do produto.

A literatura revisada aponta a organização dos produtores familiares como uma das possíveis formas para solucionar ou contornar os fatores apontados como limitantes e aproveitar as oportunidades criadas pelos fatores identificados como favoráveis, bem como aumentar o poder de reivindicação e negociação. Por essa razão, no próximo item será analisado o nível de organização em que se encontram os produtores, na perspectiva dos representantes da administração municipal.

5.1.3.6 Nível de organização dos produtores

Na opinião dos RGL, o processo de organização dos produtores ocorre muito lentamente na região. Eles acreditam que esse fato pode estar relacionado à falta de tradição aos costumes associativistas:

A organização é quase que nenhuma, é muito pouquinho; você conta nos dedos as comunidades que são organizadas. O baixo associativismo é inerente à própria formação do produtor da nossa região. Ele não tem uma aptidão associativista, não tem antecedentes e o associativismo é um pouco diferente do sul do Brasil, em que eles são europeus e têm antecedente (J., RGL).

Todavia, reconhecem que existem alguns produtores que possuem uma certa conscientização sobre a importância do trabalho cooperativo como forma de sobrevivência diante da atual conjuntura econômica do país:

Então, existe essa consciência. Vamos nos unir, vamos nos organizar, senão nós vamos morrer por aí (P., RGL).

Para eles, a dificuldade de reunir os agricultores se manifesta até mesmo em eventos como cursos de capacitação ou palestras informativas. Acreditam também que, pela dificuldade existente no processo de organização de grupos, alguns produtores acabam desistindo do trabalho cooperativo:

Nós achamos uma dificuldade muito grande aqui de formar grupos aqui mais pelo seguinte: quando nós damos palestra, por incrível que pareça se convida 100 vai 10. E então, isso é um problema sério (R., RGL).

Acredito que sim, tem consciência do que precisa fazer só que, às vezes, deixa de fazer porque tem que organizar (P.,RGL).

A mulherada para reunir, só se você der dinheiro na reunião. Aí elas vão; fora disso, não tem um (J., RGL).

Extraiu-se dos depoimentos dos RGL que as ações dos sindicatos existentes na região possuem caráter mais assistencialista, prestando aos produtores serviços de assistência odontológica e contábil. Como foi evidenciado nas declarações das lideranças de agricultores e técnicos, os depoimentos dos

representantes do governo local também sugerem que, aparentemente, os sindicatos não possuem uma atuação política na região, pela própria falta de organização e união dos produtores:

O sindicato tem a parceria deles com, às vezes, atendimento odontológico, enfim, várias coisas (E., RGL).

O sindicato é o seguinte: não tem aquela força por causa da falta de união do produtor. O que funcionaria aqui mesmo é uma grande associação ou a cooperativa. Agora é que os produtores estão vendo que não está dando para se manter sozinho, então, se não se unir a partir de agora, eu acho que daqui a alguns anos vai ficar muito difícil trabalhar, porque a gente está sentindo na pele agora (A., RGL).

As associações e cooperativas, acreditam esses entrevistados, são a saída para o produtor familiar, pois por meio da união de forças, certamente terá maior facilidade de acesso a recursos que sozinho não consegue obter. As cooperativas já estabelecidas direcionam seu trabalho para a assistência técnica e acesso a máquinas e equipamentos para o produtor:

O pessoal chegou numa triste conclusão: ou vive-se numa cooperativa ou vai acabar que a agricultura vai morrer (P., RGL).

A cooperativa já deve ter uns 4 ou 5 agrônomos que fica por conta disso também, que ajuda na parte de café, dá assistência técnica, né? (A., RGL).

A cooperativa ajuda na parte de, também maquinários, ajuda na parte aí de convênios que existem. De um modo geral, todos os órgãos dentro das suas atividades, dentro daquilo que eles podem fazer pro produtor, tem ajudado (E., RGL).

Quanto às associações de agricultores, consideram que são poucas, mas têm servido de exemplo para a organização de outros grupos. São ilustrações de

que, por meio do trabalho coletivo, conseguem maior acesso ao crédito, informação e apoio do governo.

Essas organizações são muito unidas, o que tem sido fundamental para dar certo. À medida que você entra com crédito e apoio a essas pequenas associações, eles vêem o trabalho aparecendo. Então, outras associações começam a perceber que realmente aquele trabalho está sendo feito por outra associação está dando certo, na questão da assistência, do crédito e da informação. Uma associação ligada através da informação, da união do grupo e da liderança, faz com que as outras comecem a se fortalecer também, porque começam parecer os resultados (D., RGL).

Porém, identificam alguns problemas internos que limitam a continuidade do trabalho coletivo como a dificuldade de consenso, causada pela divergência de opiniões:

Existem associações, mas não são estatutadas. É muita divergência – eu participei de algumas; muita divergência, muita divergência entre um e outro e acaba não chegando a um denominador comum. Então, eu acho que deveriam se organizar mais para isso acontecer (R., RGL).

É possível perceber, nos depoimentos dos RGL, que não há um incentivo por parte dos representantes do governo local para a organização dos produtores, embora considerem este um fator fundamental para a sobrevivência deles. O que os RGL fazem é oferecer algum tipo de assistência após o estabelecimento de uma associação ou cooperativa. Também não é perceptível o estabelecimento de parcerias entre as secretarias municipais, os sindicatos, as cooperativas e associações:

Tem associações, mas é muito fraca também, viu? É muito. Começa naquele ano, não dá nada depois. Aí, eu até mando a patrulha agrícola vim fazer canteiro lá no bairro tal, no outro bairro, sempre ajudando. Quando cê volta lá, tá um mato desgraçado, todo mundo já desanimou. Infelizmente, é difícil trabalhar, difícil pra gente (A., RGL).

Veja bem, cada entidade dessa puxa sardinha pra si próprio. Quando a cooperativa vai fazer alguma coisa, ela sempre faz pensando na cooperativa, não tanto nos produtores como deveria. Sindicatos da mesma forma, outras entidades da mesma forma. Elas tentam desenvolver, mas poderiam estar desenvolvendo aquilo que eles estão programado que seria para o produtor. Então, eu acho que deixa a desejar (R., RGL).

Na opinião dos RGL, o processo de organização dos produtores ocorre de maneira lenta na região. As cooperativas, associações e sindicatos existentes não possuem forte atuação. Mesmo considerando relevante o processo de organização e conscientização sobre a importância do trabalho conjunto, nota-se que pouco tem sido feito para que isso aconteça. Uma das possíveis maneiras de conscientizar os produtores sobre a importância de sua organização como categoria social é por meio do trabalho de orientação dos técnicos, que será discutido a seguir.

5.1.3.7 Atuação dos técnicos

Na opinião dos RGL, a EMATER pode ser considerada um órgão que realmente visa a busca do desenvolvimento regional por meio da integração dos produtores:

Agora eu vejo. Na minha cidade tem EMATER.. Ela é uma grande ferramenta que a gente tem aqui (C., RGL).

Segundo os RGL, as localidades que possuem escritório da EMATER é possível visualizar melhorias no setor rural, tendo como foco central de trabalho a agricultura familiar e a pequena produção.

Hoje para vocês terem uma idéia, onde se ergueu um escritório da EMATER, tem mais alguma coisa, o pessoal está mais integrado (P., RGL).

A EMATER, o perfil do público da EMATER é bem diferenciado. É pessoal mais humilde, pequeno produtor, que está mais voltado para extensão rural (M., RGL).

Algumas secretarias municipais de agricultura têm desenvolvido parcerias com a EMATER para melhor atender às necessidades dos produtores familiares. Para os RGL, a atuação desta empresa abrange cuidados necessários com a lavoura, cursos de capacitação que visam proporcionar mais informações aos produtores com o objetivo de torná-los mais competitivos e a organização dos produtores estimulando o trabalho cooperativo:

A EMATER, ela dá mais uma parte técnica pra nós. Ela tem feito um acompanhamento de perto no plantio de milho, no plantio de feijão. Sempre tá levando como que deve ser a calagem, a adubação, toda essa parte é através da EMATER.. E nós temos um convênio com a EMATER, que ela vai trabalhar junto com a gente. Nós temos uma patrulha agrícola e ela faz a distribuição pra pequenos produtores. Nós não desviamos o trator pra grande, é só pra pequeno. Essa parte de semente é distribuída. Quando a gente tem a semente distribui pros pequenos. Isso tudo a EMATER faz pra gente aqui. (A , RGL).

Através da EMATER tem havido cursos, até bastante curso para o pequeno produtor. Tem curso de bordado, curso de desenho pras moças, cursos de pintura. Tem tido também é curso pra tratoristas. E os produtores procuram bastante (J., RGL).

Tenta trazer capacitação de outros locais, junto com a EMATER, pra aumentar o nível de conhecimento desse pessoal. Tem tentado unir em associações, cooperativa pra comercializar, pra conseguir escoar a produção melhor e junto com isso na formação desse Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (C., RGL).

No entanto, as entrevistas com RGL também evidenciaram que, em outras localidades, não há muito entrosamento entre as secretarias de agricultura e a EMATER:

Pra falar a verdade, eu não conheço de perto o trabalho que eles desenvolvem. Então, ficaria um pouco difícil pra mim responder. Então, pra ter um começo, pra começar, então, acho que é isso. Pra ter um primeiro contato, pra vir, conversar, levantar alguns problemas, daqui a pouco vão tá trabalhando esses problemas (J., RGL).

Os depoimentos dos representantes do governo local confirmam os depoimentos dos técnicos e de alguma lideranças de que a EMATER tem estimulado tanto a diversificação agrícola quanto a rural. Um exemplo é a implementação da fruticultura na região e sua industrialização como alternativa e complementação de renda para os produtores familiares:

A EMATER dá apoio total, incentiva plantação do maracujá, que nós temos muito aqui no nosso município. Sai toneladas e toneladas de maracujá para industrialização. Ele é transformado em suco e exporta para São Paulo, Rio, às vezes vai até para o exterior (P., RGL).

Alguns dos RGL acreditam que a EMATER poderia realizar, juntamente com a EPAMIG, com os sindicatos e com a própria secretaria municipal, o levantamento das potencialidades e limitações da região, assim como a realização de cursos de capacitação que proporcionem maior acesso às informações para que os produtores possam decidir o que é bom ou não para si mesmos. Porém, nota-se que esse diagnóstico partiria das instituições, participação efetiva dos produtores nessa etapa do planejamento. Quem estaria levantando os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades locais seriam os técnicos e ou agentes de desenvolvimento. Apenas a execução dos objetivos e estratégias previamente definidas envolveria os produtores familiares e os

prováveis cursos de capacitação seriam realizados apenas com intuito de inserção de novas informações. A partir das considerações, nota-se que há uma maior caracterização de intervenção de caráter tutorial:

Ah, aí teria, por exemplo, acho que teria que vir aqui, no caso a EPAMIG junto com a EMATER, fazer um levantamento, além desses problemas. A gente acompanha mais de longe, pra levantar realmente os problemas de perto, então, pra tá trabalhando em cima dessas dificuldades do produtor, na tentativa de melhorar (J., RGL).

Os órgãos como a EMATER, a EPAMIG, sindicatos e todos os outros órgãos que trabalham dentro da secretaria de agricultura do estado, poderiam estar sendo mais efetivos porque, se você tem capacitação, você tem informação, você tem opção, você tem como saber discernir o que para você vai ser melhor ou não. Agora, se eu não estudo, se eu não tenho conhecimento eu paro no tempo. Vai ser muito difícil eu querer mudar, eu quero continuar fazendo o que eu sempre fiz (K., RGL).

Alguns RGL vêem o trabalho dos técnicos da EMATER como um favor que esses prestam aos produtores que, algumas vezes, não reconhecem esse serviço que lhes é oferecido:

Eu vejo na EMATER também é o seguinte: tem pessoas [produtores] que querem trabalhar e tem pessoas que não querem trabalhar (...) Então, hoje, a EMATER, aqui na nossa região, ela trabalha muito bem com o pequeno produtor. Ela visa aí um chamado desenvolvimento sustentável. É claro que a gente volta naquilo que eu te disse: não adianta a gente querer bem pro outros, se os outros não querem esse favor (C., RGL).

A análise das percepções mostrou que, em muitos pontos, existem convergências nos modos como as lideranças de produtores, técnicos e representantes do governo municipal interpretam a realidade da agropecuária sul-mineira. Em outros pontos, a convergência é menor. A discussão sobre a convergência será retomada neste estudo. Antes, porém, serão identificados e

discutidos os objetos identificados como fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas.

5.2 Objetos situacionais identificados como fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas

Essa seção também se baseia no esquema geral de análise desse estudo esquematizado na Figura 5 constituído por três subseções. Na primeira, serão apresentados os objetos de natureza social, física e cultural que orientaram os diferentes atores sociais a atribuírem à diversificação o significado de meio (fator favorável) ou condição (fator limitante) ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira. Na segunda seção, discute-se cada um dos fatores favoráveis. Os fatores limitantes e o potencial restritivo que apresentam para a implantação da diversificação como alternativa de desenvolvimento são analisados na terceira seção.

Os objetos que orientaram os atores a considerarem a diversificação como fator favorável ou limitante foram caracterizados segundo a sua natureza, como a) fatores físicos, divididos em edafoclimáticos e infra-estruturais, b) fatores sociais e c) fatores culturais.

Incluem-se na categoria de fatores edafoclimáticos os objetos de natureza física que descrevem a potencialidade da agropecuária regional e na categoria de infra-estruturais os objetos que indicam a existência de organizações de apoio à agropecuária, estruturas de transporte, comunicação, transformação industrial, comercialização, bem como a distância de centros consumidores.

Os objetos sociais foram classificados como os demais atores, cujas reações e atitudes eram percebidas como positivas ou negativas quanto à diversificação para o desenvolvimento regional.

Na categoria de objetos culturais, foram incluídos os fatores que reportam aos valores e tradições dos habitantes da região estudada. Foram

divididos em fatores intrínsecos/subjetivos e fatores econômicos. Os primeiros se referem aos valores inerentes à forma como pensam, orientados pela herança de costumes e tradições passadas de geração a geração. No segundo, os valores se referem às formas de orientação por costumes e tradições, só que com finalidade econômica, financeira e de subsistência.

A seguir, serão discutidas as razões pelas quais os entrevistados atribuíram a alguns objetos de orientação o significado de favoráveis e a outros o de limitantes, bem como a articulação que estabeleceram entre tais fatores e outros objetos de orientação para que esses significados fossem atribuídos.

5.2.1 Fatores favoráveis

Esta discussão se inicia pela identificação dos objetos de natureza física que figuram na interpretação das três categorias de atores sociais tomados como ponto de referência neste estudo como fatores favoráveis.

5.2.1.1 Objetos de natureza física

Os **fatores físicos** classificados como **edafoclimáticos** são representados pelo clima, solo e altitude (Quadro 23). O clima e solo foram apontados como favoráveis à implantação da diversificação na região pelos diferentes atores sociais envolvidos no estudo. Esses dois fatores foram indicados pelo fato dos solos serem considerados férteis e o clima ser bem definido, o que facilita a inserção de outras atividades. A altitude foi indicada apenas pelos produtores familiares. Dessa forma, pode-se concluir que os fatores edafoclimáticos representam possibilidade de diversificação agrícola para a região.

Os **fatores categorizados como infra-estruturais** envolvem as situações favoráveis de mercado para novos produtos, a estrutura de comercialização existente na região, assim como a proximidade com grandes centros consumidores e distribuidores de produtos (Quadro 23).

QUADRO 23 Fatores favoráveis à diversificação como estratégia de desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003.

Atores sociais	OBJETOS DE ORIENTAÇÃO				
	Físicos		Sociais	Culturais	
	Edafocli máficos	Infra-estruturais		Valores intrínsecos/ subjetivos	Valores econômicos
Produtores familiares	- Clima - Solo - Altitude	- Mercado - Comercialização - Presença de agroindústrias - Potencial turístico	- Incentivo dos técnicos - Menor utilização mão-de-obra	- Consumo - Facilidade manejo de algumas atividades	- Diminuição do risco - Alternativa e complementação da renda - Consumo

Continua...

QUADRO 23 Continuação.

Atores sociais	OBJETOS DE ORIENTAÇÃO				
	Físicos		Sociais	Culturais	
	Edafocli máficos	Infra-estruturais		Valores intrínsecos/ subjetivos	Valores econômicos
Técnicos	- Clima - Solo	- Mercado - Comercialização - Localização - Potencial turístico - Presença de agroindústrias	- Fixação do homem no campo	- Aptidão - Consumo	- Diminuição do risco - Alternativa e complementação da renda - Consumo
Representantes do governo local	- Clima - Solo	- Mercado - Comercialização - Agregação de valor - Presença de agroindústrias	- Fixação do homem no campo - Desenvolvimento bem sucedido em outras regiões	- Consumo	- Diminuição do risco - Alternativa e complementação da renda - Consumo

Fonte: Dados da pesquisa.

A presença de agroindústrias na região também foi considerada como fator favorável (Quadro 23), pois elas estimulam a implantação de novas atividades, uma vez que representam garantia de mercado para os produtores, além de significar redução de custos com transporte e armazenamento. O potencial turístico foi indicado, por representar uma alternativa para os produtores e pelo fato da região possuir belezas naturais que, conseqüentemente, atraem a atenção de turistas, gerando emprego e renda. Tanto a presença de

agroindústrias quanto o potencial turístico representam alternativas de diversificação rural para a região.

5.2.1.2 Objetos de natureza social

Os fatores sociais relativos às percepções e atitudes de outros atores foram interpretados de maneira diferenciada entre os entrevistados (quadro 23).

Para os produtores familiares, um dos fatores sociais que orientaram sua percepção quanto à diversificação como favorável, foi o incentivo dos técnicos para a adoção de novas atividades. Isso porque em alguns casos, os produtores optam por “entrar” em novas atividades sob orientação de outras pessoas, no caso, os técnicos que lhes prestam assessoria e que são vistos como amigos e conselheiros (Quadro 23). Outro fator refere-se ao fato de algumas atividades exigirem menos mão-de-obra. Dessa forma, a influência de outro ator sob a percepção do produtor se dá pelo fato de que poderá utilizar o seu trabalho e o da família de maneira mais eficiente por meio de novas alternativas (atividades) (Quadro 23).

Para os técnicos e os representantes do governo local, a diversificação representa a fixação do homem ao campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural e a superpopulação em aglomerados urbanos. A manutenção do produtor no campo é considerada fator social, pois, pela diversificação poderá ocorrer geração de emprego e renda, fazendo com que as pessoas permaneçam nas áreas rurais (Quadro 23).

Outro fator social que caracteriza a diversificação como favorável, na opinião dos RGL, é o desenvolvimento bem sucedido de novas atividades em outras regiões (Quadro 23). Eles acreditam que a implantação de uma nova atividade no município vizinho que teve boa aceitação pelos produtores e pelo mercado e que se adapte às características edafoclimáticas regionais, certamente será bem sucedida em outra localidade. Dessa forma, esse fator se explica como social, por envolver o resultado do trabalho de outros atores.

5.2.1.3 Objetos de natureza cultural

Os objetos de orientação de natureza cultural foram categorizados em dois grupos: dos valores intrínseco-subjetivos e dos valores econômicos, ambos pertencentes ao lado não material da cultura (Quadro 23).

O fator relativo ao **valor intrínseco-subjetivo**, apontado exclusivamente pelos técnicos, foi a aptidão dos produtores na agricultura, pois possuem experiência agrícola que facilita a implantação de novas atividades. Já para os produtores familiares, a facilidade de manejo de algumas atividades também poderá estimular a diversificação.

Os fatores culturais, representados pelos **valores econômicos** que caracterizam a diversificação como meio ao desenvolvimento da agropecuária, na opinião dos diferentes atores pesquisados, são representados pela diminuição do risco de se ter uma única atividade como fonte de renda, uma vez que se está sujeito às condições imprevisíveis da natureza (geada, tempestades, etc.) e do mercado (oferta, demanda e preço). A diversificação também representa uma alternativa e ou complementação da renda do produtor.

O fator cultural foi apresentado de maneira consensual entre os entrevistados, representado tanto por seu valor intrínseco/subjetivo como econômico, foi o fato dos produtores produzirem determinados produtos para o consumo, o que representa sua sobrevivência em épocas de crise de outros produtos.

5.2.2 Fatores limitantes

Poucos foram os objetos de orientação percebidos pelas três categorias de atores sociais entrevistados capazes de atribuir à diversificação o caráter de fator limitante ao desenvolvimento da agropecuária familiar Sul Mineira (Quadro 24).

Dentre os **objetos de natureza física** e caracterizados como infra-estruturais, apenas os técnicos perceberam a possível “dificuldade para a comercialização de novos produtos” como um fator limitante (Quadro 24).

A ineficiência produtiva que a diversificação pode ocasionar pela implantação simultânea de várias atividades foi considerada como fator limitante em potencial por produtores familiares e técnicos (Quadro 24). Esse fator foi incluído na categoria de **objetos sociais** por envolver decisões e ações do produtor e demais pessoas do núcleo familiar.

Fatores classificados como objetos culturais intrínsecos-subjetivos como “desconfiança”, o que acreditam ser típico das pessoas da região, as quais preferem esperar o resultado do trabalho do vizinho para decidir adotar ou não uma nova atividade, bem como o “tradicionalismo” em manter algumas explorações, como, por exemplo, café e leite, foram ponderados por técnicos e nutriram a percepção da diversificação como fator limitante (Quadro 24).

QUADRO 24 Fatores limitantes à diversificação como estratégia de desenvolvimento da agropecuária do Sul de Minas Gerais, na perspectiva dos atores sociais entrevistados, 2003.

Atores sociais	OBJETOS DE ORIENTAÇÃO				
	Físicos		Sociais	Culturais	
	Edafoclimáticos	Infra-estruturais		Valores intrínsecos/subjetivos	Valores econômicos
Produtores familiares	-	-	- Ineficiência produtiva	-	-
Técnicos	-	- Condições de mercado	- Ineficiência produtiva	- Tradicionalismo de algumas atividades - Desconfiança	-
Representantes do governo local	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Feita a identificação geral dos fatores favoráveis e limitantes da diversificação como estratégia de desenvolvimento do Sul de Minas, o próximo passo será a análise de convergência ou divergência de opiniões entre produtores, técnicos e representantes do governo local.

5.3 Análise de convergência ou divergência de opiniões dos diferentes atores envolvidos no estudo

Nesta seção serão apresentadas as percepções comuns e contrárias entre os atores entrevistados. A aplicação desse tipo de análise se justifica por ser fundamental o conhecimento das diferentes percepções para a elaboração de estratégias e ações que realmente beneficiem os produtores familiares. Dessa forma, torna-se importante o conhecimento da opinião dos produtores, técnicos e representantes do governo local, a fim de se estabelecer um consenso e superar o dissenso existente entre eles.

Inicialmente serão analisadas as divergências e convergências com relação às principais atividades desenvolvidas e às melhores alternativas para a diversificação. Posteriormente, apresentar-se-ão as percepções a respeito da diversificação como fator favorável ou limitante, seguidos das opiniões sobre a implantação de agroindústria na região. O nível de organização dos produtores e a atuação dos técnicos na região finalizarão a seção.

Café, leite, arroz, feijão, milho, batata, frango, suinocultura, artesanato e fruticultura foram considerados, na opinião consensual, as principais atividades desenvolvidas na região (Figura 5). Nota-se que a diversificação agrícola está mais presente na região que a diversificação rural. Na opinião comum entre técnicos e produtores a produção de doces é considerada uma importante atividade (Figura 5). A produção de soja e mandioca surgiram nas opiniões dos produtores e representantes locais do governo. E a produção de queijo se fez presente nas percepções dos técnicos e representantes do governo local. Pode-se perceber que a diversificação rural aparece como atividade de importância no

discurso dos três diferentes atores, porém, não há unanimidade quanto o desenvolvimento de uma atividade.

Por meio da análise de divergência, foi possível identificar quais atividades os produtores consideram importantes para a região e que simultaneamente não se faz presente nas percepções dos técnicos e dos representantes do governo local (e vice-versa). Para os produtores familiares, a produção de orgânicos, mel e algumas olerícolas é importante para a região (Figura 5). Já na opinião dos técnicos, o turismo rural, o reflorestamento, a produção de quitandas e a horticultura foram indicadas como algumas das principais atividades desenvolvidas na região (Figura 5). Os representantes do governo local indicaram a produção de algumas olerícolas, juntamente com a ‘pinga’ (aguardente) e o açúcar mascavo, como sendo de grande importância (Figura 5).

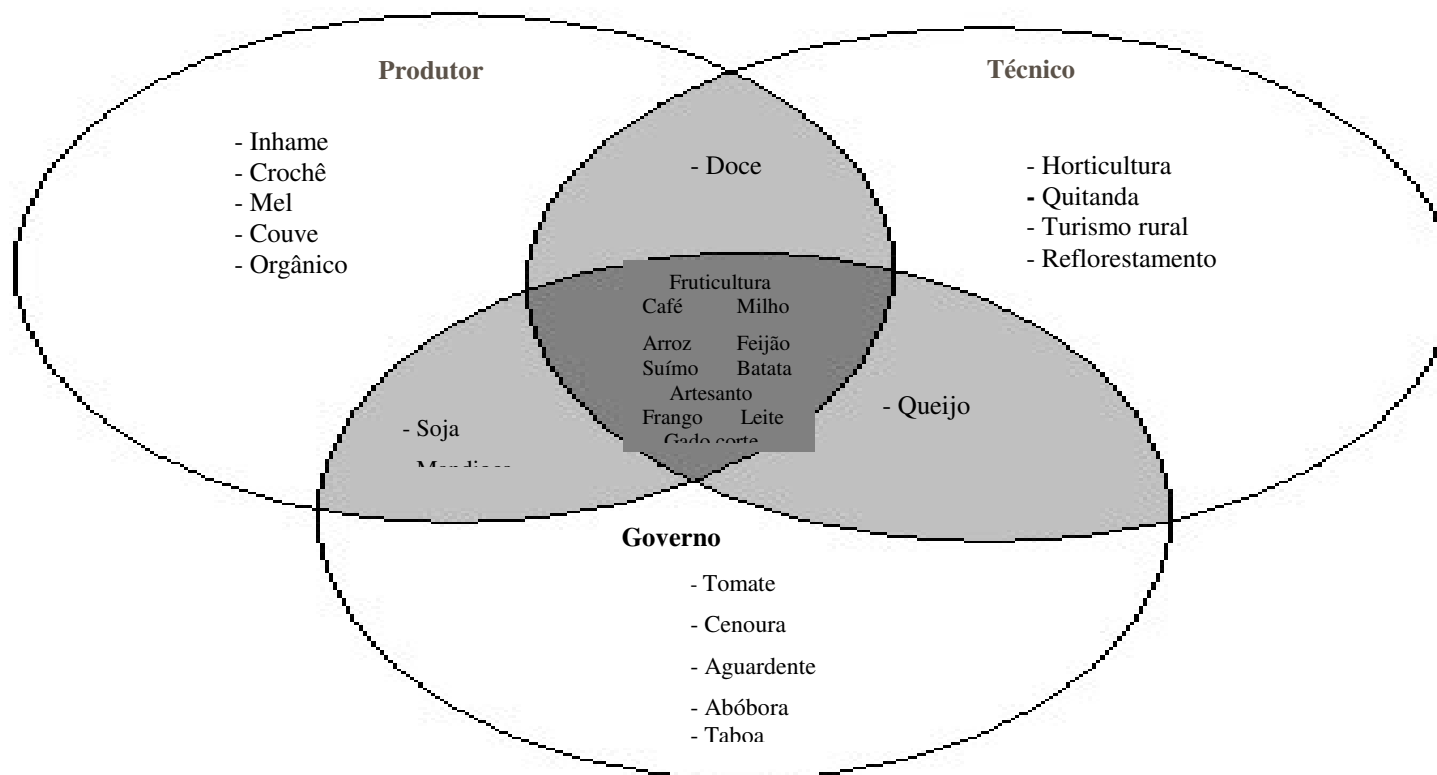


FIGURA 5 Principais atividades desenvolvidas na região sul mineira, na opinião dos atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

De maneira geral, a diversificação é vista como favorável pelos diferentes atores entrevistados, por representar uma redução de risco e proporcionar alternativa de renda para o produtor familiar. Técnicos e produtores familiares também acreditam que a diversificação seja uma forma de garantir a sustentação de outras atividades que possam estar passando por crises (Figura 6).

Representantes do governo e técnicos concordam que o fato dos produtores se manterem no campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural, é também um fator que caracteriza a diversificação como favorável. Isso porque o desenvolvimento não deve ser visto apenas pelo seu aspecto de crescimento econômico, mas também considerando os aspectos sociais e políticos. A diversificação pode ser vista uma forma de criar emprego e renda para os produtores que, por sua vez, passarão a ter acesso a recursos de que antes não dispunham. Em outras palavras, poderá trazer liberdade de escolha aos produtores e melhoria da qualidade de vida (Figura 6).

Os produtores afirmam ainda que a diversificação poderá proporcionar rendas mensais ou semanais, garantindo a sobrevivência familiar. Os técnicos acreditam que a diversificação pode significar alternativa de mercado e os representantes do governo local apontam a agregação de valor aos produtos que a diversificação rural pode trazer e a conseqüente geração de emprego como favoráveis (Figura 6).

Dentre as principais alternativas para a diversificação na região, a fruticultura e a piscicultura foram as mais indicadas consensualmente (Figura 8). A agricultura orgânica e o turismo rural surgiram nos discursos dos produtores familiares e representantes do governo local (Figura 8). O reflorestamento é visto como alternativa para os técnicos e representantes do governo local. Os produtores consideram a produção de leite, queijo e legumes como boas alternativas e os técnicos consideram a horticultura, a produção de doces e de sucos. Os representantes do governo local indicaram as atividades da mamona,

palmito, vermicultura e criação de galinhas caipiras como possíveis e melhores alternativas para a diversificação da região.

As três categorias de entrevistados avaliaram a diversificação como uma estratégia favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar do Sul de Minas, como foi realçado nas discussões anteriores. Todavia, esta convergência, não impediu que produtores e técnicos identificassem fatores que podem reduzir a eficácia desta estratégia (Figura 7). Neste caso, a interpretação destas duas categorias de atores sociais convergem ao indicar “ineficiência produtiva” como fator limitante, mas divergem entre si quando os técnicos apontam “condições de mercado”, “tradicionalismo” e “desconfiança do novo” como fatores que limitam “a diversificação (Figura 7). Os RGL não apontaram nenhum fator que pudesse limitar a diversificação (Figura 7).

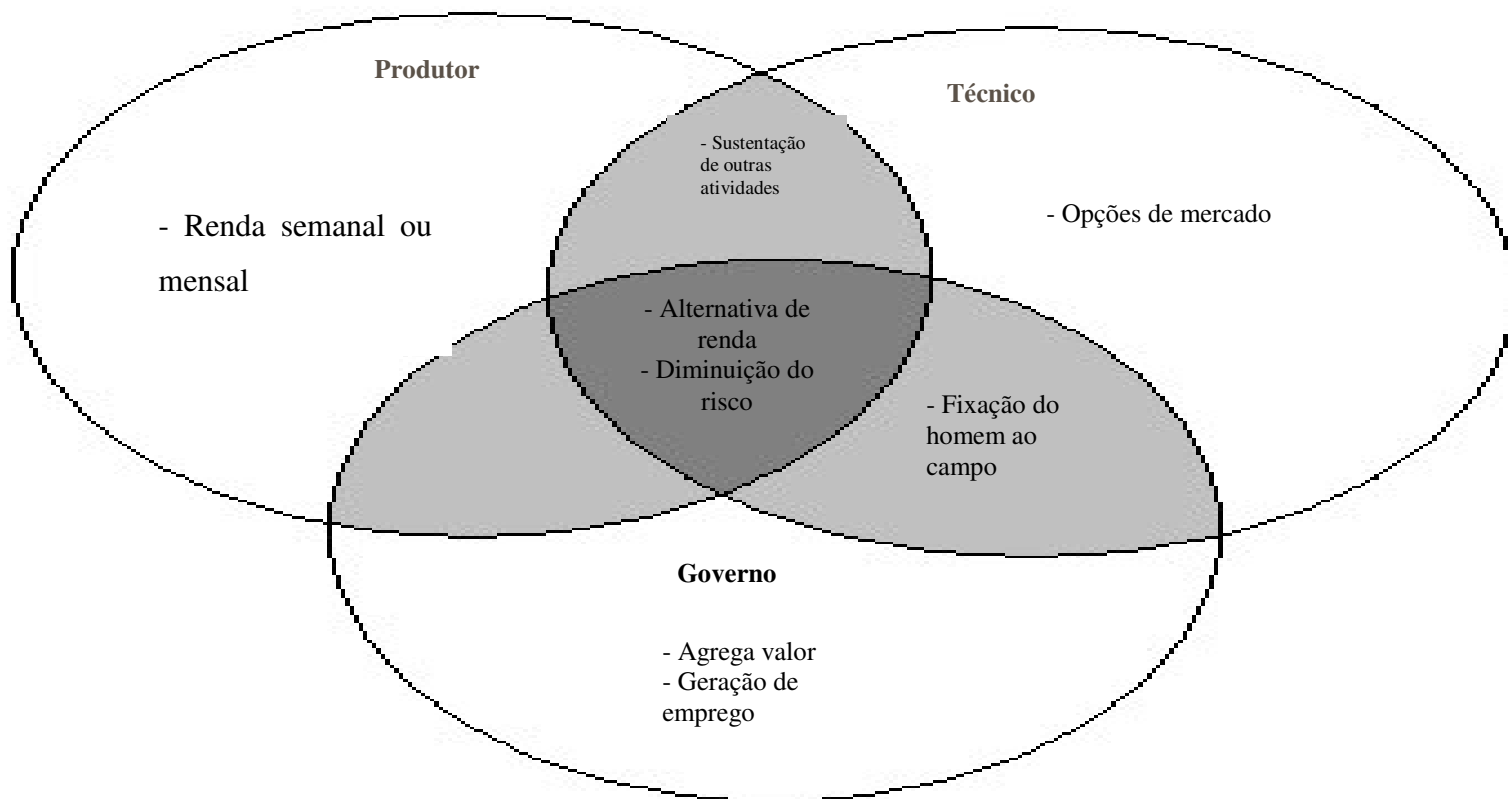


FIGURA 6 Diversificação como fator favorável ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, na opinião dos atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

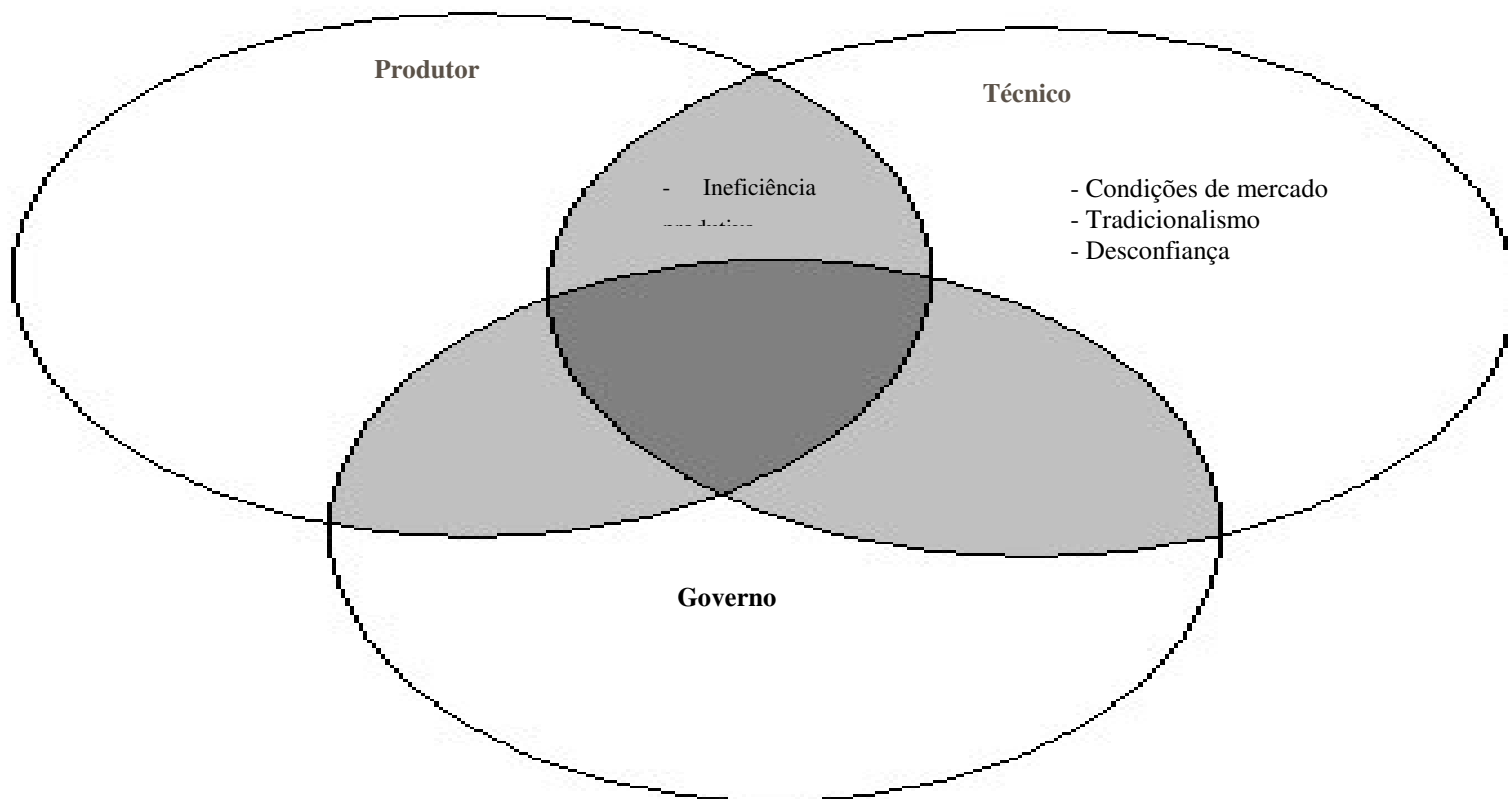


FIGURA 7 Diversificação como fator limitante ao desenvolvimento da agropecuária sul-mineira, na opinião dos atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

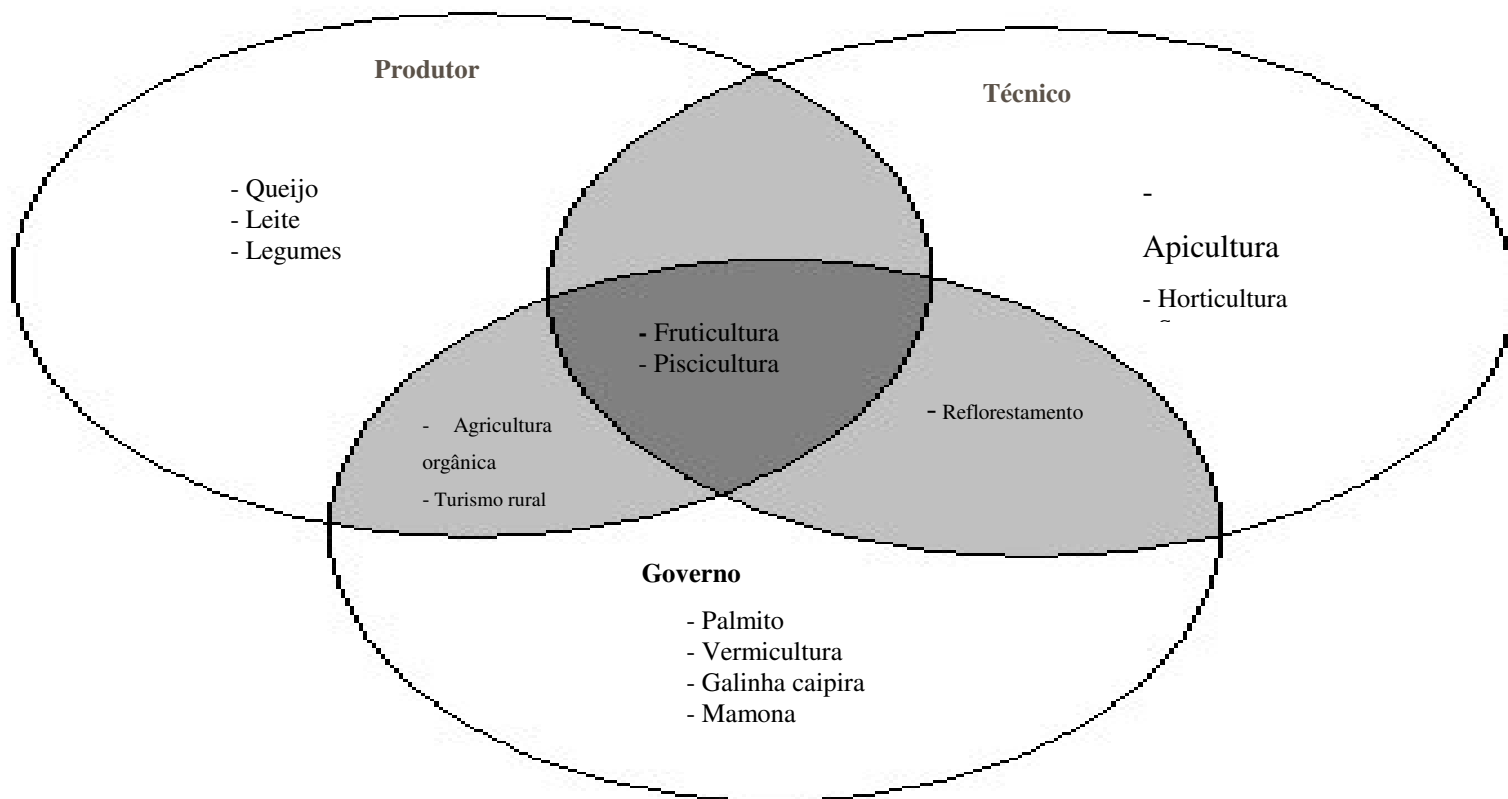


FIGURA 8 Alternativas para diversificação, na concepção dos diferentes atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

Foi possível caracterizar as contribuições e problemas ocasionados pelas agroindústrias sob dois prismas: visto sobre a ótica da grande agroindústria e sob a ótica da agroindústria criada pelo produtor, aqui caracterizada como pequena agroindústria.

No caso da implantação de grandes agroindústrias na região, tanto os produtores familiares quanto os técnicos e os representantes do governo local acreditam que a principal contribuição seja a geração de emprego que possam proporcionar. Produtores e técnicos concordam que a garantia de mercado seria outro fator contribuinte. Os fatores comuns citados pelos técnicos e representantes do governo local referem-se ao estímulo à diversificação e à produção que essas agroindústrias podem ocasionar e o fato de fixarem o homem ao campo por meio da geração de renda para os produtores (Figura 9).

Dentre os problemas citados, na visão dos produtores familiares e técnicos, com a implantação desse tipo de agroindústria estão os possíveis impactos ambientais que possam causar na região. A falta de credibilidade das grandes agroindústrias e a ausência de organização entre os produtores foram fatores citados pelos produtores. Para os técnicos, a concorrência dessa agroindústria com os próprios produtores, a estrutura de monopólio adotada, a desvalorização da matéria-prima e o baixo poder de negociação dos produtores foram indicados como outros possíveis problemas gerados. Os representantes do governo local acreditam que essas agroindústrias trazem somente benefícios para a região, incluindo melhores condições de armazenamento e redução com custos de transporte (Figura 9).

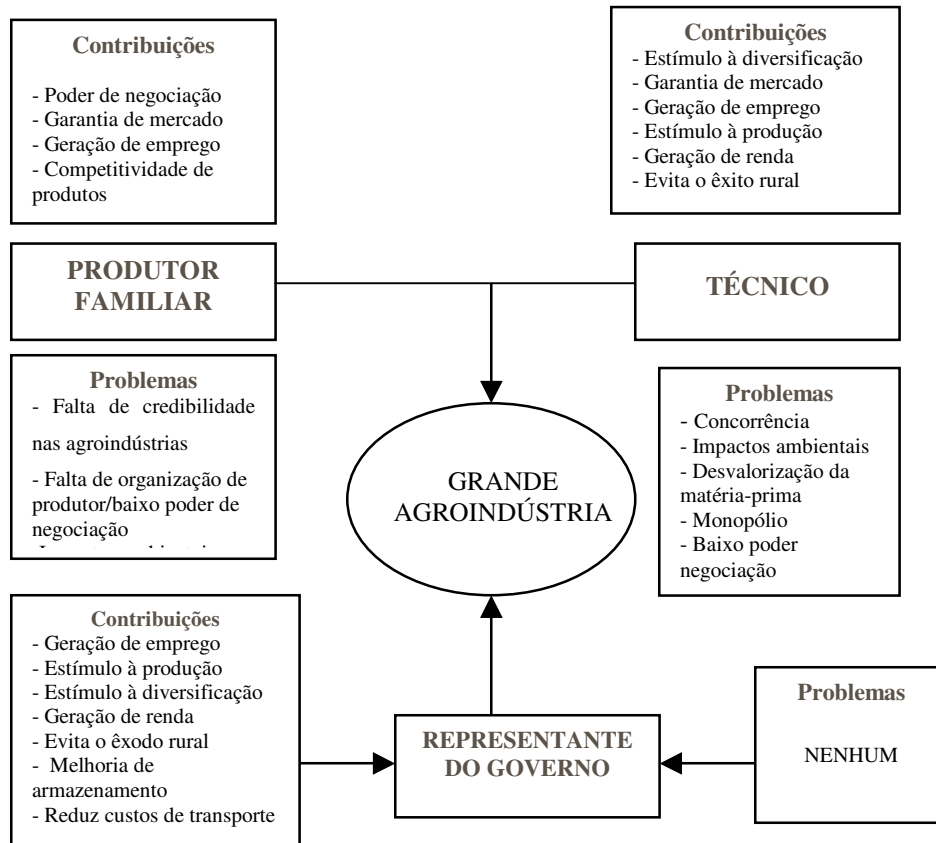


FIGURA 9 Problemas e contribuições ocasionados pela implantação de grandes agroindústrias na região, na concepção dos diferentes atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003

Com a implantação de agroindústrias criadas pelos próprios produtores as principais contribuições seriam a geração de emprego e renda e a agregação de valor ao produto (Figura 10). Os produtores e representantes do governo local ainda afirmam que isso irá contribuir para a redução dos custos de produção. Os técnicos e representantes do governo acreditam que poderá estimular a produção na região, pela garantia de mercado e os representantes do governo local somam às contribuições o estímulo ao trabalho cooperativo e a fixação do homem ao campo.

Poucos foram os problemas apontados para a implantação desse tipo de agroindústria. Os produtores familiares temem os possíveis impactos ambientais enquanto que os representantes do governo local se preocupam com a possibilidade dos produtores não conseguirem comercializar seus produtos já industrializados. Para os técnicos, não há nenhum problema com a implantação dessa pequena agroindústria na região (Figura 10).

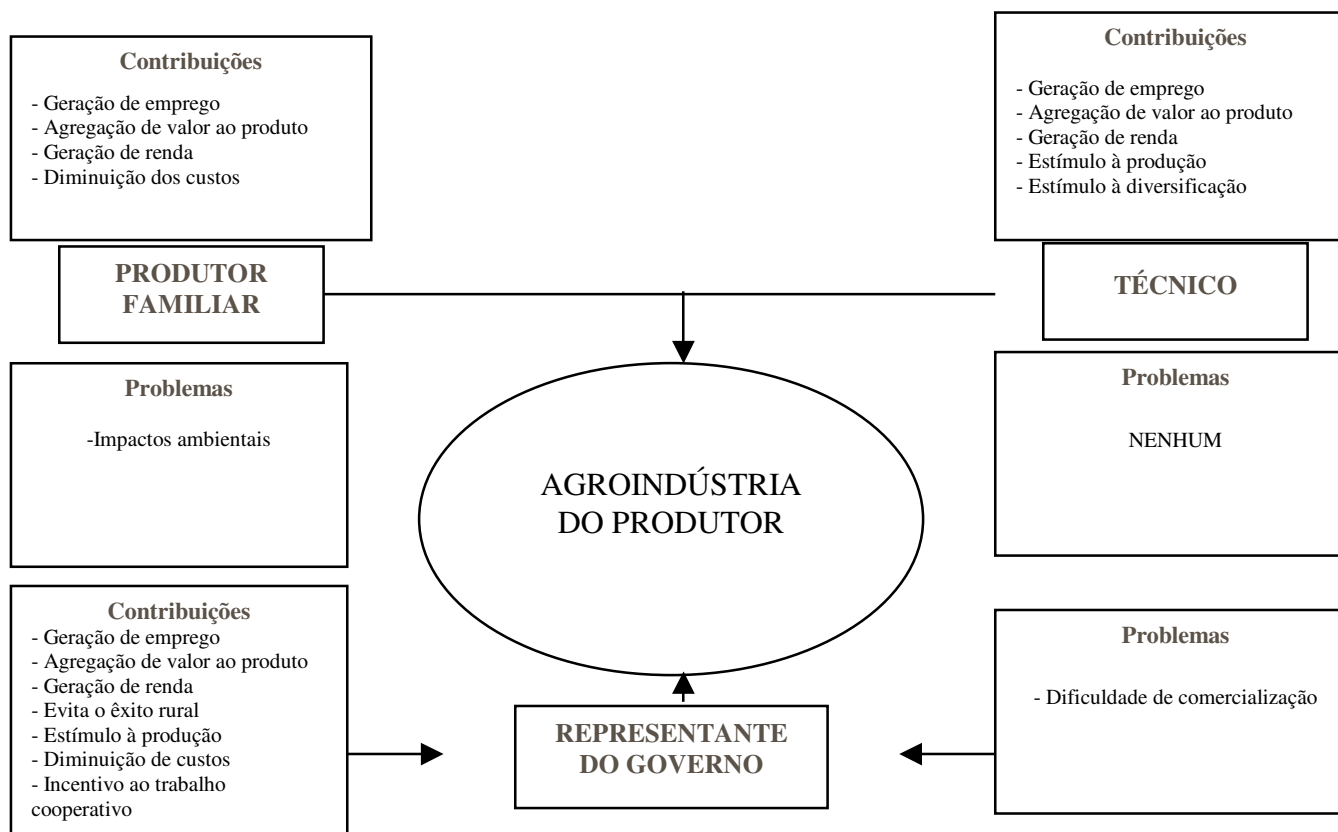


FIGURA 10 Problemas e contribuições ocasionados pela implantação de agroindústrias de produtores na região, na concepção dos diferentes atores sociais entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

Outros fatores foram citados como favoráveis ou limitantes para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira e podem ser direta ou indiretamente relacionados com a percepção dos atores com relação à diversificação (Figura 11).

Dentre os fatores favoráveis, utilizando-se a análise de convergência de opiniões, o clima e a localização regional foram os mais citados por influenciarem indiretamente sobre a opção de se implementar ou não novas atividades. Isso porque essas atividades devem ser adequadas ao clima regional e deve ser possível a comercialização desses produtos, facilitada pela boa localização e proximidade aos grandes centros consumidores (Figura 11). Para os produtores familiares e técnicos, a utilização da mão-de-obra familiar e a implantação da fruticultura na região também são consideradas como fatores favoráveis. A fruticultura encontra-se diretamente relacionada à diversificação por ser a atividade mais indicada, tanto pelos produtores, técnicos e representantes do governo local, como melhor alternativa de produção para os produtores (Figura 11).

Na opinião consensual de técnicos e representantes do governo local, a fertilidade do solo é outro fator favorável a ser considerado. Este fator está relacionado à diversificação, pelo fato da decisão de implantação de novas atividades dependem da capacidade produtiva da terra para as atividades escolhidas. Os produtores familiares ainda citaram a abundância de água e assistência técnica presente na região como favoráveis. Esse segundo fator apresenta-se de extrema importância para a implantação da diversificação pelo fato dos técnicos, muitas das vezes, serem responsáveis por incentivar os produtores a implementarem novas atividades como alternativa de emprego e renda.

Os técnicos citaram também como fator favorável o melhor acesso à tecnologia de que dispõem os produtores, quando comparados aos produtores de

outras regiões, pois a região apresenta um grande número de escolas agrotécnicas e universidades agrícolas.

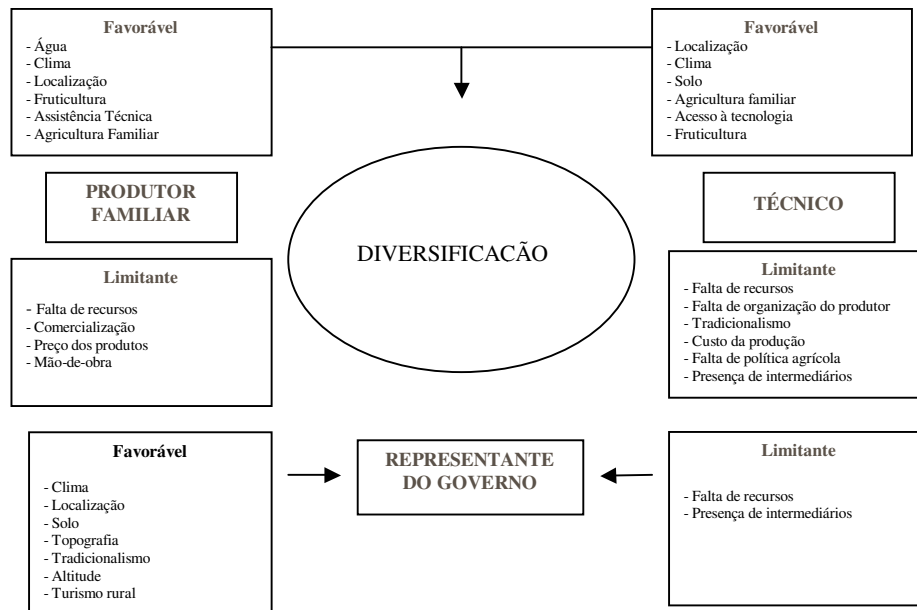


FIGURA 11 Influência de outros fatores favoráveis e limitantes sobre a diversificação, na opinião dos atores entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

Os representantes do governo local ainda citaram a topografia, o tradicionalismo, a altitude e o turismo rural como meios ao desenvolvimento da agropecuária. No caso do tradicionalismo, poderia estar relacionado à diversificação de forma mais limitante que favorável, pois os produtores apresentam certa resistência a novas atividades por estarem acostumados a desenvolver atividades tradicionais, passadas de pai para filho e, por temerem o desconhecido, preferem não arriscar. O turismo rural está diretamente relacionado à diversificação (rural), representando uma alternativa de emprego e renda para os produtores (Figura 11).

Com a implantação de agroindústrias criadas pelos próprios produtores as principais contribuições seriam a geração de emprego e renda e a agregação de valor ao produto (Figura 10). Os produtores e representantes do governo local ainda afirmam que isso irá contribuir para a redução dos custos de produção. Os técnicos e representantes do governo acreditam que poderá estimular a produção na região, pela garantia de mercado e os representantes do governo local somam às contribuições o estímulo ao trabalho cooperativo e a fixação do homem ao campo.

Poucos foram os problemas apontados para a implantação desse tipo de agroindústria. Os produtores familiares temem os possíveis impactos ambientais enquanto que os representantes do governo local se preocupam com a possibilidade dos produtores não conseguirem comercializar seus produtos já industrializados. Para os técnicos, não há nenhum problema com a implantação dessa pequena agroindústria na região (Figura 10).

Com relação ao nível de organização dos produtores familiares foi difícil identificar uma opinião consensual entre os atores. Os produtores familiares acreditam que, mesmo que ainda haja desconfiança de alguns produtores quanto ao trabalho cooperativo, esse vem sendo desenvolvido lentamente na região por meio da formação de grupos de interesses e associações. Eles afirmam que os principais obstáculos para um maior processo de organização da classe justificam-se pela baixa escolaridade dos produtores, pouco acesso à informação e pela escassez de recursos (Figura 12).

Os técnicos, por sua vez, avaliam a falta de consciência entre os produtores sobre a importância do trabalho conjunto gera resistência ao trabalho cooperativo. Essa resistência pode ainda ser justificada pela desconfiança que acreditam ser típica dos produtores da região. Afirmam também que os poucos produtores que participam de trabalhos cooperativos o fazem a fim de atingir dois objetivos: ou se mobilizam para adquirir algum benefício e depois o grupo

se desfaz ou realmente se conscientizam sobre a importância de sua organização (Figura 12)

Os representantes do governo, bem como os técnicos, observam que falta um processo de conscientização dos produtores sobre a importância do trabalho cooperativo, o que, segundo eles, pode ser justificado pela falta de tradição na região por esse tipo de trabalho (Figura 12).

Para os produtores familiares e técnicos, as cooperativas presentes na região visam atender mais aos interesses dos médios e grandes produtores. Afirmando ainda, juntamente com os representantes do governo local, que os sindicatos, mesmo atuando junto aos produtores familiares, na maioria das vezes não cumprem sua verdadeira função: a função política. Normalmente, ocupam-se da prestação de alguns serviços que poderiam caracterizá-los como assistencialistas (Figura 12).

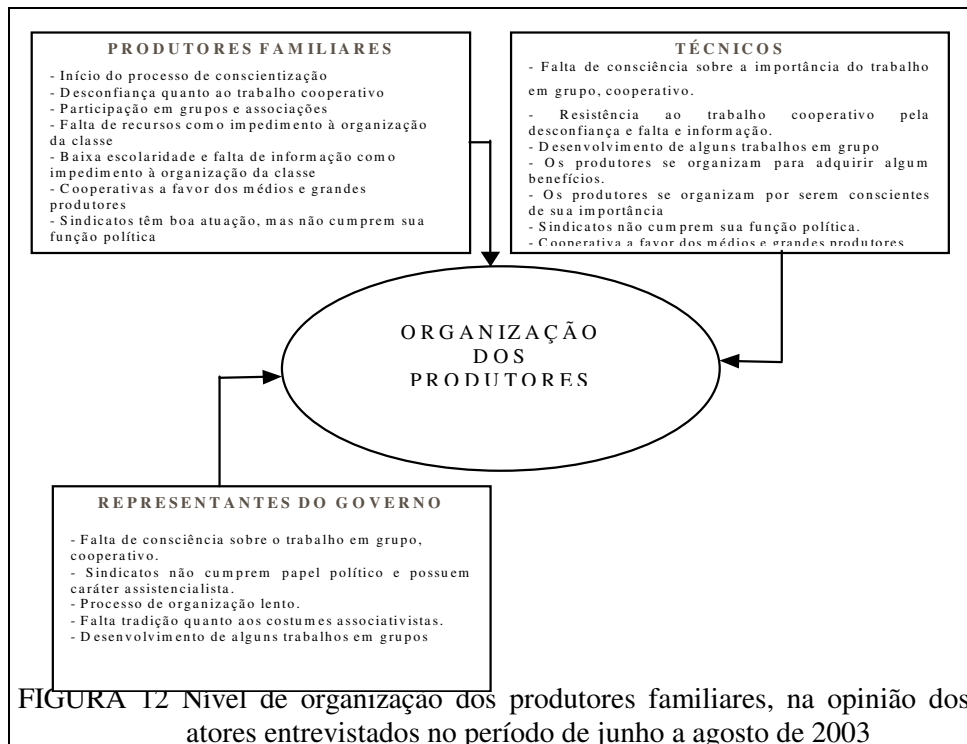


FIGURA 12 Nível de organização dos produtores familiares, na opinião dos atores entrevistados no período de junho a agosto de 2003

A forma como atuam os técnicos é vista de maneira diferenciada entre os atores entrevistados (Figura 13).

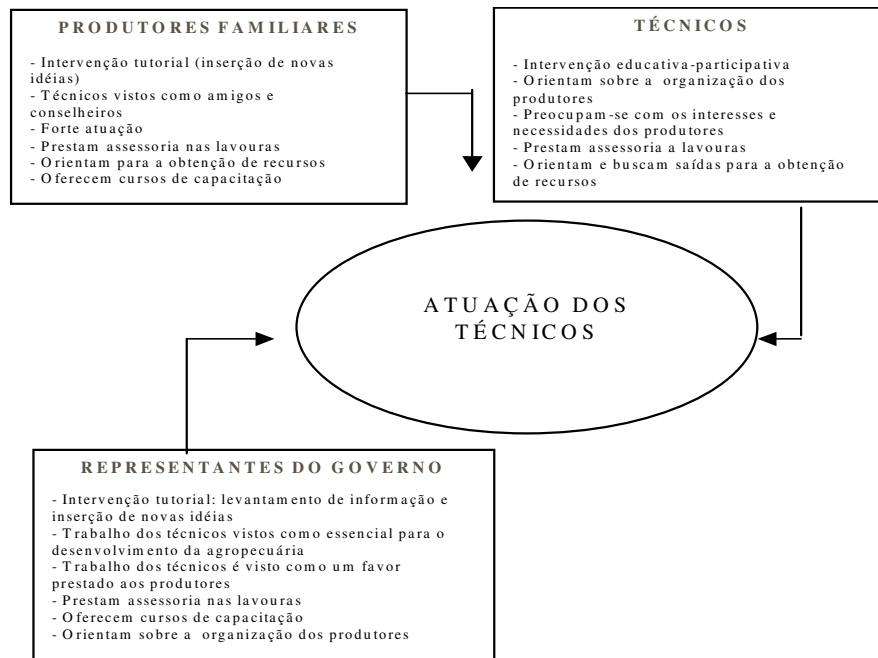


FIGURA 13 Atuação dos técnicos, na opinião dos atores entrevistados no período de junho a agosto de 2003.

Por meio da análise da percepção dos produtores familiares, foi possível caracterizar o modo de intervenção como tutorial. Não foi possível identificar uma preocupação dos técnicos sobre a importância da participação dos produtores durante a realização de um diagnóstico que apresente as limitações e potencialidades regionais, nem na definição de estratégias a fim de eliminar ou minimizar os obstáculos e melhor aproveitar as potencialidades e no processo de controle e avaliação das atividades, a não ser na percepção dos próprios técnicos. A adoção desse tipo de intervenção não implica necessariamente na má relação entre técnicos e produtores, pelo contrário, a relação existente entre esses atores

é extremamente favorável, pela forte atuação dos técnicos que estão sempre presentes como amigos e conselheiros.

A forma como os técnicos percebem seu trabalho permite uma caracterização da intervenção como participativa-educativa, havendo uma preocupação constante com o atendimento das necessidades e interesses dos produtores, orientando-os sobre a importância de sua organização e a forma como podem se organizar. Não se preocupam somente em inserir novas informações em cima de decisões preestabelecidas. Há também uma preocupação com a participação dos produtores familiares nas etapas de diagnóstico, estabelecimento de diretrizes, execução e avaliação de todo o processo (Figura 13).

Para os representantes do governo local, o trabalho realizado pelos técnicos é de essencial importância para o desenvolvimento agropecuário regional, encarado, algumas vezes, como um favor oferecido aos produtores (Figura 13). O tipo de intervenção utilizada caracteriza-se como tutorial, justificada pelos mesmos motivos apresentados no discurso dos produtores familiares.

Tanto os produtores familiares quanto os técnicos e representantes concordam que as principais atividades desenvolvidas pelos técnicos são a assessoria prestada às lavouras e os cursos de capacitação oferecidos (Figura 13). A orientação sobre como obter acesso aos recursos foi citada também pelos produtores e a orientação sobre a importância e as formas de organização foi indicada pelos técnicos e representantes do governo local.

Pode-se perceber que a forma como os atores sociais envolvidos no estudo interpretam a realidade em que vivem assume significados distintos, em virtude dos diferentes valores, crenças, experiências e interesses desses atores. No planejamento de estratégias de intervenção, essa diferença de percepção deveria ser levada em consideração.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversificação é vista, de maneira geral, na percepção dos atores envolvidos no estudo, como favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira. Além de representar uma redução do risco para o produtor, proporciona-lhe alternativas de renda.

Percebe-se que a diversificação agrícola é mais utilizada na região, tendo como principal alternativa a fruticultura. As atividades que envolvem a diversificação rural foram menos citadas, embora considerem a implantação de agroindústrias na região - sejam elas criadas pelo próprio produtor (pequena agroindústria) ou trazidas por terceiros (grande agroindústria) - favorável ao desenvolvimento da agropecuária familiar pela geração de trabalho e renda, pela possibilidade de agregação de valor aos produtos, pelo incentivo à produção e pelo estímulo à introdução de novas atividades, representado garantia de mercado.

Os principais objetos que orientaram a percepção dos atores a considerarem a diversificação como favorável foram a) os fatores edafoclimáticos, b) fatores estruturais, como condições de mercado e comercialização, c) fatores relacionados aos valores intrínsecos-subjetivos e econômicos, como a produção destinada ao consumo, diminuição do risco de uma única atividade e a complementação da renda familiar.

Poucos foram os entrevistados que atribuíram à diversificação o caráter limitante. A principal justificativa apresentada foi a possibilidade de ineficiência produtiva.

Outros fatores citados como favoráveis ou limitantes ao desenvolvimento da agropecuária familiar sul-mineira serviram como objetos de orientação para a percepção da diversificação como fator favorável ou limitante.

Com relação às melhores alternativas indicadas para a diversificação, pode-se perceber que nem sempre o que é considerado melhor para os

produtores na opinião dos próprios produtores é visto da mesma forma pelos técnicos e representantes do governo local. Isso pode ser explicado pelo fato de esses atores possuírem experiências, valores e crenças diferenciadas e situarem-se em diferentes contextos guiados por diferentes objetos de orientação para formação de sua percepção.

Para que seja possível identificar quais as restrições e potencialidades para a diversificação e realmente elaborem projetos que atendam às necessidades dos produtores, sem desconsiderar seu ponto de vista e interesses, mas ao mesmo tempo estejam de conformidade com as características peculiares da região e dentro da realidade política-financeira local, é aconselhável que haja uma maior integração entre os produtores familiares, os técnicos e os representantes do governo local.

Além disso, os produtores deveriam participar de todo o processo de tomada de decisão que vai desde o diagnóstico regional até a avaliação e controle de todo o processo. Para isso, torna-se fundamental uma que ocorra mudança de mentalidade por parte desses atores.

No caso dos técnicos, a mudança deveria iniciar como tipo de intervenção praticada. Apesar de considerarem sua forma de intervenção como participativa-educativa, ela é percebida pelos produtores e representantes do governo local como tutorial.

Os representantes do governo local deveriam reavaliar a forma como percebem o trabalho dos técnicos por considerá-lo apenas um favor oferecido aos produtores, podendo caracterizar seu tipo de gestão como assistencialista, visando apenas resolver problemas a curto prazo, não conferindo aos projetos desenvolvidos a sustentabilidade necessária para o alcance do desenvolvimento regional.

Os produtores familiares devem conscientizar-se sobre a importância do trabalho cooperativo e da participação. Mas, para que isso se torne possível, é necessário o desenvolvimento simultâneo ou até mesmo prévio do processo de

organização e conscientização da importância da participação e do trabalho conjunto para os produtores familiares. Por meio da cooperação, os produtores poderão ter maior poder de reivindicação e negociação, que poderá beneficiar na implantação de novas atividades conforme seus interesses e necessidades.

É aconselhável que esse processo de conscientização e organização parta dos próprios produtores, mas, como pôde-se perceber, a iniciativa parte, na maioria das vezes, dos técnicos. Mas, isso não deve ser considerado de todo negativo. Se a orientação ocorrer no sentido de guiar os produtores sobre como realizar o processo de tomada de decisão ou de organização e não no sentido de introduzir idéias preestabelecidas, pode ser vista como uma ação positiva.

Pelo fato do Sul mineiro ser uma região com características diversas e peculiares devido à sua extensão, seria interessante o desenvolvimento de um estudo que possibilitasse a análise das percepções sobre a diversificação por microrregião. Neste estudo não foi possível realizar esse tipo de análise devido a questões relativas ao tempo e recursos.

Outra possível sugestão para novos estudos é sobre a importância de se desenvolver um trabalho que envolva a percepção de professores universitários a respeito da diversificação e da forma como as escolas agrotécnicas e universidades vêm desenvolvendo esse tipo de trabalho junto aos produtores, técnicos e representantes do governo local, a fim de possibilitar maiores condições ao desenvolvimento regional.

Por fim, acredita-se ser interessante a análise da percepção dos representantes do governo nos níveis local, estadual e federal, para se verificar uma possível convergência ou divergência de interesses políticos na implantação da diversificação como estratégia alternativa de desenvolvimento.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, A. R. C. **Saber camponês e mudança técnica: um estudo de caso junto a pequenos produtores do bairro de Cardoso, Poço Fundo, MG.** 1992. 148 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, MG.

ALENCAR, E. **Complexos agroindustriais.** 2. ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 90 p.

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v. 2, n. 1, p. 23-43, jan./jun. 1990.

ALENCAR, E. **Formas de Intervenção em associações comunitárias: apresentação de três casos.** Revista Brasileira de Administração Contemporânea. Rio de Janeiro, v.1, n.10, p. 97-115, set.1995

ALENCAR, E.; ESPÍRITO SANTO, L. S.; ANDRADE, M. P.; INOUE, M. Y.; FONSECA, W. M. da; MATOS, W.; GRANDI, D. S.; ANDRADE, D. M. de. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas: um estudo com lideranças rurais e profissionais de ciências agrárias.** Lavras: DAE/UFLA, 2001. 65p.

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo.** Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.

ANDRADE, M. C. **Os desníveis de desenvolvimento (regional e a política de aménagement du territoire).** espaço, polarização e desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 1987. 120 p.

BALSADI, O. V. Mudanças o meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001.

BANDURA, A. Social cognitive theory: an agentic perspective. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 52, p. 1-26, Feb. 2001.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. Fundamentos teóricos. In: _____. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994. cap. 3, p. 52-62.

BORDENAVE, E. J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84 p.

BROSE, M. Avaliação em projetos públicos de desenvolvimento local. O caso do projeto prorenda no Rio Grande do Sul. In: FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. 344 p.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Visión: Buenos Aires, 1974. 342 p.

COHN, G. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, M. C. B. de. **Teoria da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 63-75.

CORSI, F. L. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 11-29, nov. 2002.

CRAIB, I. **Modern social theory: from Parsons to Habermas**. London: Harvester Wheatsheaf, 1992. 262 p.

DEMO, P. **Participação é conquista**. Fortaleza: EUFC, 1986. 176 p.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. http://www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_a_no2_num3_parte12_artigo.Pdf. Acesso em: 17 jan. 2004.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 219 p.

FARAH, M. F. S. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 126-156, jul./ago. 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTRATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário de 1995-1996. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>(captado em 14 de setembro de 2001).

GARCIA JR. **O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 285 p.

GIDDENS, A. **Sociology**. Oxford: Blackwell, 2001. 750 p.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 137 p.

IDRHa. Instituto de desenvolvimento rural e hidráulica. **Introdução à Diversificação de Atividades em Meio Rural**. Disponível em: http://www.idrha.min-agricultura.pt/meio_rural/introducao.htm>. Acesso em: 05 jan. 2004.

IZIQUE, C. **O novo rural brasileiro**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/divulg/humanid1.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2004.

JONES, P. **Studying society: sociological theories and research practices**. London: Collins, 1993. 182 p.

LAYDER, D. **Understanding social theory**. London: Sage, 1994. 230 p.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A.M.; REYDON, B.P.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVEIRA, J.M.J.; FONSECA, M.G.D.; RAMOS, P.; FONSECA, R.B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In. DELGADO, G.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 1990, p. 113-223.

KLUTH, V. S. A rede de significados: imanência e transcendência. In: BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 106-140.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LAMOUNIER, B. **Determinantes políticos da política agrícola**. Brasília: IPEA, 1994. 58p.

LAVINE, C.; DIONNE, J. Das informações à conclusão. In: _____. **A construção do saber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Cap. 8, p. 197-231

LOVISOLO, H. R. **Terra, capital e trabalho: produção familiar e acumulação**. Campinas: UNICAMP, 1989. 231 p.

MÜLLER, G. Estado e classes sociais na agricultura. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 81-94, ago. 1982.

OAKLEY; MARSDEN, GARFORTH, C. Guide to extension training. Roma: FAO, 1985. 144p.

OAKLEY; MARSDEN, D. **Approaches to participation in rural development**. Geneva: International Labour Office. 1985. 91 p.

PARSONS, T.; SHILS, E. A. **Hacia una teoría general de la acción**. Buenos Aires: Kapelusz, 1968. 555 p.

PERONDI, M. A.; RIBEIRO, E. M. As estratégias de reprodução de sítiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 2, n. 2, jul./dez. 2000.

PINHO, J. A . G.; SANTANA, M. W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In: FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador , BA: Casa da Qualidade , 2002. 344 p.

SANTOS, A. C. **Estrutura organizacional no agribusiness cooperativo**. 2000. 199 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, S. **Agricultura familiar, marketing e inserção nos mercados: o sonho possível?** 1999. 87 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras. Lavras, MG.

SANTOS JESUS, J. C. dos. **Trajetória de decisões administrativas na unidade camponesa e na empresa agropecuária capitalista: estudo de casos no Sul de minas gerais**. 1993. 147 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, MG.

SEOANE, C. J. B. La escuela de Frankfurt y los posmodernos: un diálogo posible. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas, v. 6, n. 2, p. 193-217, mayo/ago. 2000.

SCHUCH, H. J. **A Importância da opção pela Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/fetagr/fetagr99>. Acesso em: 17 jan. 2004.

SILVA, J. F. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 1997.

- SILVA, J. F. G. da. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? **Textos para Discussão Nead**, Campinas, v. 2, n. p. 5-52, 2001.
- SILVEIRA, C.M. **Desenvolvimento local**: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. 344p.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152 p.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basic of qualitative research**: grounded theory procedures and techniques. London: Sage, 1990. 268 p.
- TAYLOR, C. Interpretation and the sciences of man. In: RABINOW, P. ; SULLIVAN, W. M. **Interpretive social science**: a reader. Los Angeles: University of California Press, 1979. p. 25-71.
- TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Publica**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 101-125, 1997.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 304 p.
- VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. São Paulo. NEAD. 2001.
- WEBER, M. **Economía y sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1969. 1237 p.
- WEISSHAUPT, J. A teoria da ação em Alain Touraine: alguns supostos e uma aplicação teórica. In: CARVALHO, M. C. B. de. **Teoria da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 11-40.
- ZIZEK, S. De história e consciência de classe à dialética do esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 159-175, 2003.